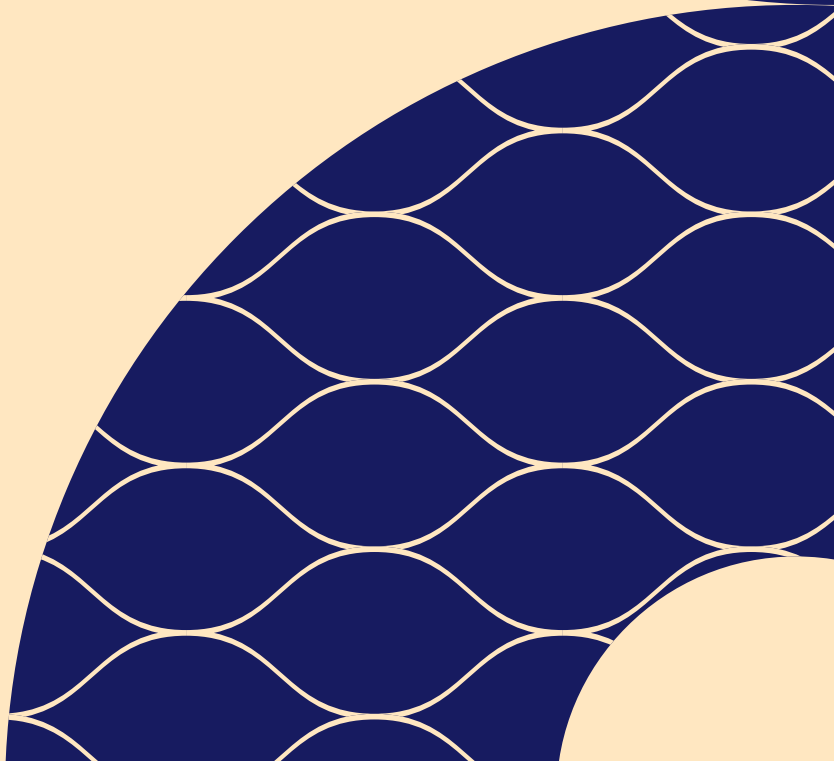





20 relatório  
22 anual

O que esperar  
para 2022?



# Índice

Índice.....	2
Editorial.....	4
Sobre a Abdib.....	8
Livro Azul da Infraestrutura.....	12
Comitês e grupos de trabalho.....	16
Comitê Gestão da Crise.....	18
Comitê Financiamento, Riscos e Garantias.....	20
Comitê Legal e Tributário.....	22
Comitê Desestatização.....	24
Comitê Sustentabilidade.....	26
Comitê Engenharia.....	28
Comitê Inovação.....	30
Comitê Relações Internacionais.....	32
Comitê Ética e Responsabilidade Social.....	34
Comitê Estratégico do Setor Elétrico.....	36
Comitê Geração de Energia.....	38
Comitê Transmissão de Energia.....	40
Comitê Iluminação Pública.....	42
Comitê Petróleo e Gás Natural.....	44
Comitê Rodovias.....	46
Comitê Ferrovias.....	48
Comitê Aeroportos.....	50



Comitê Portos.....	<b>52</b>
Comitê Mobilidade Urbana.....	<b>54</b>
Comitê Recursos Hídricos e Saneamento Básico.....	<b>56</b>
Comitê Resíduos Sólidos.....	<b>58</b>
Comitê Indústria.....	<b>60</b>
Planos de trabalho dos comitês 2022.....	<b>62</b>
Encontros e debates.....	<b>74</b>
Seminários e eventos.....	<b>84</b>
Agenda Legislativa.....	<b>86</b>
Educação corporativa.....	<b>88</b>
Comunicação.....	<b>89</b>
Barômetro da Infraestrutura.....	<b>90</b>
Índices Econômicos.....	<b>91</b>
Investimentos em Infraestrutura.....	<b>92</b>
English version.....	<b>94</b>
Conselhos e diretoria.....	<b>106</b>
Empresas associadas.....	<b>107</b>

## Editorial

# O que esperar para 2022?

No ano passado, apesar da grave crise com a eclosão da pandemia do COVID-19, havíamos pontuado fatores que poderiam ensejar uma perspectiva otimista para o setor de infraestrutura. Como se sabe, choques de curto prazo costumam se dissipar e ter pouco efeito na racionalidade de longo prazo de investimentos do setor. Apesar do frágil ambiente internacional, desalinhamento dos preços relativos e um cenário político conturbado, houve resultados positivos na infraestrutura. O ano de 2022 também carrega evoluções institucionais e regulatórias do setor de infraestrutura que se constituíram na última década. No entanto, fatores internos e externos trazem desafios para a economia brasileira. O ano é marcado ainda pelas eleições para Presidente da República e Governadores dos Estados.

Vale lembrar que no período recente, elementos positivos foram adicionados na dinâmica do setor de infraestrutura. Desde a criação do programa de parceria dos investimentos (PPI), importantes avanços puderam ser vistos. Resultados quanto a melhoria da governança, transparência e diálogo com o setor privado foram nitidos e reconhecidos pelo mercado. Projetos bem estruturados foram leiloados, obtendo êxito em seus objetivos. Em 2019 podemos recordar importantes reformas aprovadas. Os principais destaques foram (i) a nova estrutura das agências reguladoras, (ii) a lei de liberdade econômica e (iii) a aprovação da reforma da previdência. Em 2020, o (i) novo marco do

saneamento e (ii) a nova lei de falências trouxeram boas perspectivas para o setor de infraestrutura.

Outras medidas legislativas possuem potencial de fomentar ainda mais o setor que tem obtido nos últimos anos relativo êxito nos projetos colocados à iniciativa privada. No triênio de 2019/21, foram efetuados 115 leilões, com geração de R\$ 125 bilhões em outorgas. Para 2022, a perspectiva de leilões é bastante positiva, tanto na esfera federal quanto na dos estados. Pelo lado privado, as ações têm sido acertadas, mas a carência do investimento público expõe a dificuldade de se alicerçar planos perenes ao setor que culminem no aumento efetivo do estoque de infraestrutura do país e reduza as fragilidades nos mais diversos segmentos. Somente a condução sinérgica entre os entes públicos e privados podem gerar a redução dos gargalos estruturais, aumento da competitividade e inserção em novos mercados.

O fato é que a despeito de importantes ações no setor de infraestrutura, o ambiente econômico externo e interno estão mais desafiadores. Pelo lado externo, a economia global ainda se mostra fragilizada com o descasamento da estrutura de demanda e oferta do comércio global, ainda resultado da pandemia. China, o principal parceiro comercial do país, mostra um arrefecimento do crescimento, com cortes expressivos na produção de aço para a contenção do aumento dos preços das commodities e alinhamento com as questões ambientais. O impacto de um patamar mais baixo dos preços das commodities

brasileiras, em uma configuração ainda mais reduzida, poderá ser outro fator de preocupação para 2022. O ponto positivo é que a depender da magnitude e efetivação do plano de infraestrutura dos EUA, esperado em U\$S 1,2 trilhão, uma importante fonte de dinamismo externo pode ser adicionada na economia brasileira.

Ademais, o desempenho do Brasil na COP26 surpreendeu positivamente, passando uma imagem de maior comprometimento quanto a questões da agenda ambiental. Em um ambiente onde pilares ESG e de sustentabilidade são essenciais para a canalização de recursos para investimentos privados no país, tal sinalização é de grande importância.

Pelo lado interno, a desarticulação das cadeias produtivas globais gerou um desarranjo substancial da economia, com um aumento generalizado dos preços. Tal efeito nos principais indicadores de inflação do país é agudizado pelo patamar apreciado da taxa de câmbio. O aumento substancial da inflação e consequentemente dos juros dificultam a retomada da economia em um ambiente de baixo dinamismo. Nesse ambiente, complexo, temos ainda uma das maiores crises hídricas contemporâneas, que agrava ainda mais as expectativas de inflação diante do rebote no preço da energia e, consequentemente, na cadeia produtiva.

Por último, mas não menos importante, é salutar ressaltar que a sinalização da política fiscal carece de um melhor direcionamento.

O investimento no orçamento precisa ser preservado e expandido ao passo que ações que solapem a boa condução da política fiscal e a estabilização da dívida pública no longo prazo sejam veementemente evitadas. Um ambiente político e institucional mais harmônico é também fator importante para a melhoria do ambiente de investimentos do país. Embora o investidor olhe a demanda, retorno ao capital investido, boas condições regulatórias e segurança jurídica no planejamento de seus investimentos, a estabilidade político-institucional é fator de grande relevância na tomada de decisão.

Esperamos que o processo eleitoral consiga estabelecer uma convergência de interesses na sociedade que possibilite a definição de uma estratégia de desenvolvimento mais atrativa ao investimento de longo prazo.



**Venilton Tadini**  
Presidente-executivo  
da Abdib



## Editorial

# What to expect for 2022?

Despite the serious crisis with the outbreak of the Covid-19 pandemic, last year we had drawn attention to factors that could trigger an optimistic outlook for the infrastructure sector. As we know, short-term distress usually dissipates and causes little impact on the sector's long-term investment goals. Despite the fragile international scenario, misalignment of relative prices, and a troubled political scenario, infrastructure showed positive results. 2022 also bears institutional and regulatory developments of the infrastructure sector that have arisen over the last decade. However, internal and external factors pose challenges to the Brazilian economy. The year is also marked by presidential and gubernatorial elections.

It is worth noting that in recent periods positive elements have been included in the dynamics of the infrastructure sector. Major signs of progress could be seen since the creation of the Investment Partnership Program (PPI). Results from improved governance, transparency, and dialogue with the private sector have been clear and recognized by the market. Well-structured projects were sold, succeeding in their objectives. We can recall major approved reforms in 2019, the main ones being (i) the new structure of the regulatory agencies, (ii) the economic freedom act, and (iii) the approval of the pension reform. In 2020 (i) the new sanitation framework, and (ii) the new bankruptcy code introduced good prospects for the infrastructure sector.

Other legislative measures have the potential to further boost the sector, which has

been relatively successful in recent years with projects to the private sector. From 2019 to 2021, 115 auctions raised R\$125 billion with awarded contracts. The prospect of bidding processes is very positive for 2022, both at the federal and state levels. On the private side, the actions implemented have been flawless, but the lack of government investments reveals the difficulty of laying the foundations of perennial plans for the sector that ends up in the actual increase of Brazil's infrastructure inventory and reduce instabilities in the most diverse segments. Only the synergetic headship between government and private sectors can reduce structural bottlenecks, increase competitiveness, and lead to penetration into new markets.

The fact is that despite major actions in the infrastructure sector, the Brazilian and foreign economic scenarios are more challenging. On the international front, the global economy is still weakened by the mismatch between the global trade's demand and supply structure, still a result of the pandemic. Growth in China, Brazil's main trade partner, has slowed down with significant cuts in iron production to control the rise in commodity prices and adapt to environmental matters. The impact caused by lower Brazilian commodity prices, in an even more reduced structure, might be another concern for 2022. The good thing is that, depending on the extent and effectiveness of the U.S. infrastructure plan, estimated at US\$1.2 trillion, a major source of external dynamism may be added to the Brazilian economy.

Moreover, Brazil's performance at COP26 was a great surprise by showing greater commitment to the environmental agenda. In a scenario where ESG and sustainability pillars are key to transfer funds to private investments in Brazil, such indication is of great importance.

On the domestic side, the reorganization of global production chains led to a significant economic disorder with global price increases. This effect on Brazil's main inflation indicators worsened with high exchange rates. The significant inflation increase and subsequent rise in interest make it difficult to resume the economy in a low dynamic environment. Within this complex environment, we also have one of the major contemporary water crises that further worsens inflation expectations due to impacts on energy prices, and consequently, on the production chain.

Last, but not least, it is important to emphasize that the fiscal policy signaling lacks better orientation. It is necessary to preserve and expand dedication to the budget to avoid actions that undermine running the fiscal policy and the stabilization of government debt in the long term. A more harmonious political and institutional environment is also a major factor for the improvement of Brazil's investment scenario. Although investors look at demand, return on invested capital, good regulatory conditions, and legal security when planning investments, political-institutional stability is extremely important in decision making.

We hope that the electoral process can converge interests in society, thus enabling the creation of a more attractive development strategy for long-term investments.



**Venilton Tadini**  
President of Abdib

# Sobre a Abdib

## Missão

Fundada em 1955, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

- Contribuir para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base.
- Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base.
- Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos.
- Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

## Associadas

A Abdib congrega uma ampla gama de empresas públicas e privadas que participam de todas as fases dos negócios (estruturação, investimento e operação) nos setores de infraestrutura e indústrias de base, tais como concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços como engenharia e advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de *private equity*, seguradoras, bancos de investimentos e empresas de consultoria, entre outras.

A Abdib encerrou o ano de 2021 com mais de 120 empresas associadas atuantes nas áreas de energia elétrica, petróleo e

gás natural, transportes, saneamento ambiental, telecomunicações e indústrias de base.

A entidade possui um Código de Conduta e de Governança Interna cuja adesão das empresas associadas é obrigatória. Dessa forma, a Abdib passou a atuar fortemente na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando conceitos e comportamentos que ratifiquem a integridade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.

## Valores

- Atuar de forma ética no relacionamento com públicos internos e externos.
- Ser transparente, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.
- Atender às expectativas das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.
- Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

## Estrutura de governança: Conselhos e Presidência

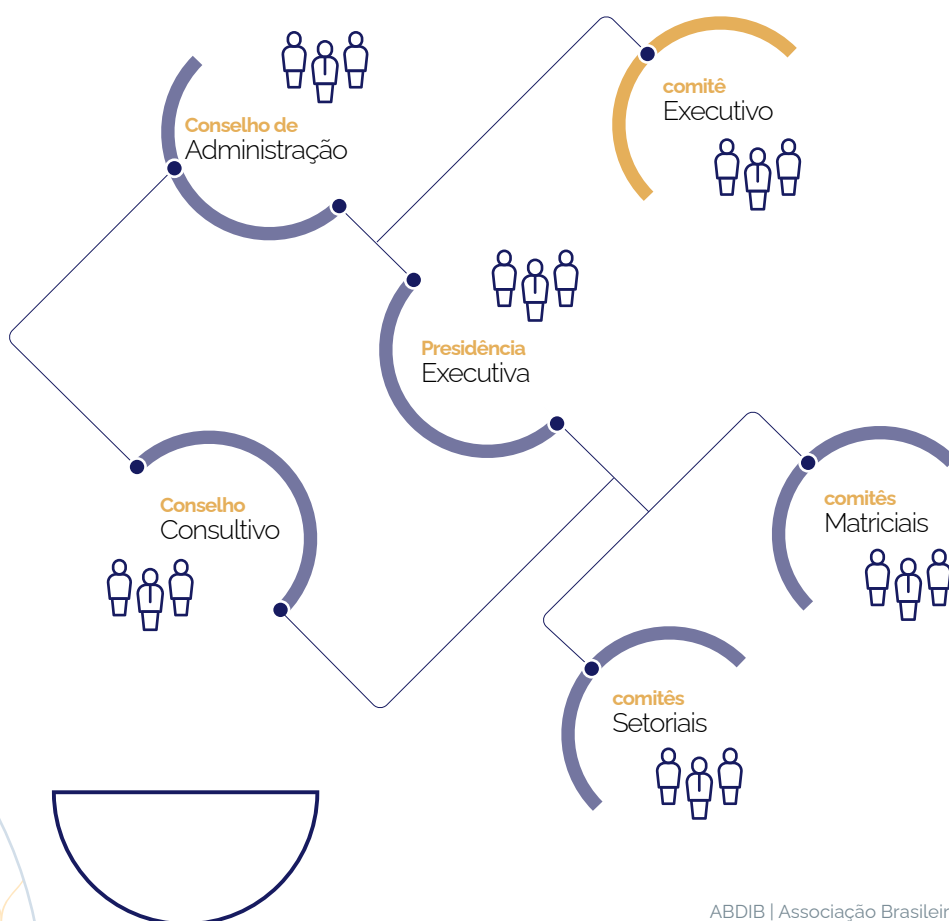
O Conselho de Administração é composto por 25 integrantes, presidentes e principais executivos de algumas das maiores empresas do país, com a função de contratar e orientar o presidente-executivo e estabelecer as diretrizes para o planejamento estratégico e da gestão.

O presidente-executivo, com dedicação exclusiva, é responsável pela administração geral e pela execução do plano de atividades da Abdib definido pelo Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o Conselho de Administração em matérias

de planejamento da Abdib e acompanhar o desenvolvimento das atividades de comitês e grupos de trabalho.

A Abdib ainda conta com a atuação do Comitê Executivo, cuja função é auxiliar a tomada de decisão e a gestão exercidas pelo Conselho de Administração. É formado por sete integrantes: presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, presidente-executivo e quatro membros indicados pelo presidente do Conselho de Administração para os seguintes assuntos: finanças e auditoria; organização e gestão de pessoas; mudança climática, sustentabilidade e inovação; e assuntos jurídicos e legais.



# About Abdib

## Missão

Founded in 1955, the Brazilian Association of Infrastructure and Basic Industries (Abdib) is a private non-profit business association. Its major mission is:

- Contribute to Brazilian sustainable economic growth and social development through infrastructure and basic industry investments;
- Work to strengthen the competitiveness of companies of goods and services for infrastructure and basic industries;
- Collaborate with public and private agents in the search for solutions;
- Expand the Brazilian companies share in the global infrastructure market.

## Members

Abdib gathers a large range of public and private companies that take part in all business and investment phases for infrastructure and basic industry. It includes public service concessionaires, equipment manufacturers, service companies like engineering and law firms, major infrastructure users, private equity funds, insurance companies, financing and consultancy companies, among others.

The institution registered more than 120 associated companies in 2021, from areas such as electric power, oil and natural gas, transportation, water and sanitation, telecommunications, and basic industries.

Abdib has an Ethics and Compliance Policy whose membership of associated companies is mandatory. In this way, Abdib

started to act more incisively in the orientation on ethical rules in infrastructure sectors, emphasizing concepts and behaviors that ratify integrity in business, competition and free initiative.

## Values

- Acting ethically in the relationship with internal and external publics.
- Being transparent, disseminating information to members equitably and informing society about the association's actions and objectives.
- Meeting associated companies expectations with critical sense, responsibility and in accordance with rules and laws.
- Working in an agile, simple and objective way, focusing on maximizing technical and human resources through innovation and creativity.

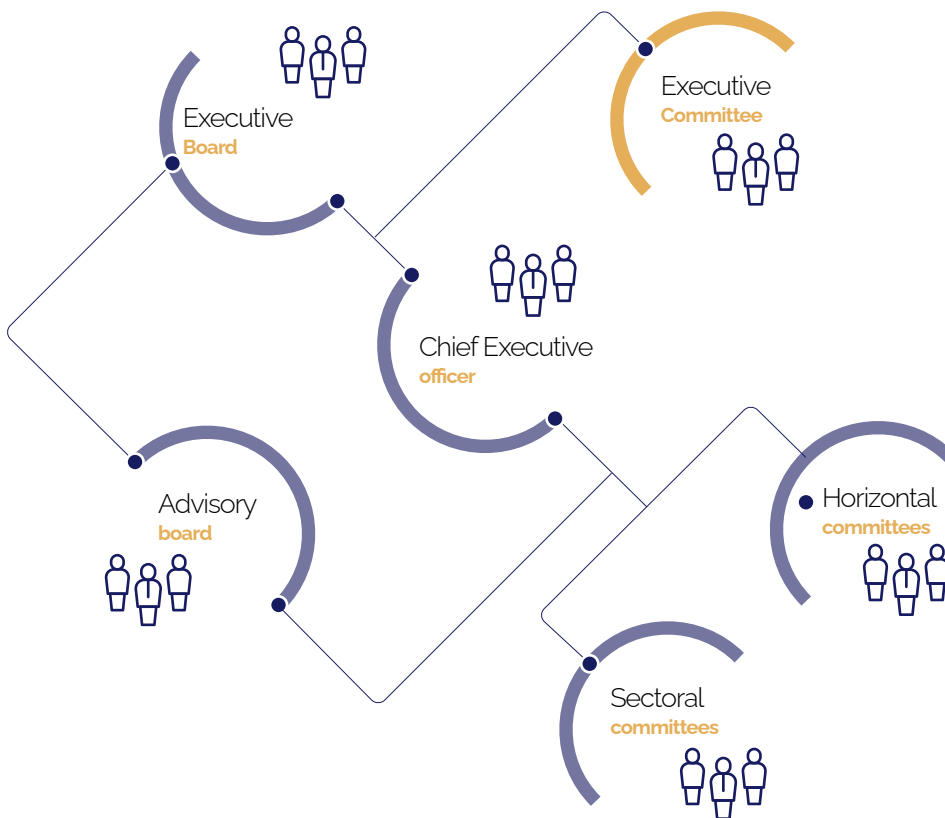
## Management structure: Boards and President

25 members form the Executive Board. They are president or main executives of some of Brazil's largest companies. Their role is hiring and guiding the CEO, as well as establishing the guidelines for the strategic and business plan.

The Chief Executive Officer (full dedication) is responsible for the management and execution of the ABDIB business plan defined by the Executive Board with support of the Advisory Board and the committees.

The Advisory Board is composed of 40 members. Their role is to advise the Executive Board on planning issues and to support the activities of the committees and working groups.

Abdib also created an Executive Committee for assisting decision making and management exercised by the Executive Board. It consists of seven members and will be responsible for the following matters: finance and auditing; organization and management of people; climate change, sustainability and innovation; and legal and legal matters.



# Livro Azul da Infraestrutura

## Plataforma de projetos

Depois de lançar o Livro Azul da Infraestrutura em 2020, a Abdib apresenta uma plataforma digital com mais de 1.600 projetos nas áreas de infraestrutura econômica social

Depois de lançar em dezembro de 2020 o Livro Azul da Infraestrutura, publicação que consolida todos os projetos de concessões e PPPs da União, dos estados e do Distrito Federal, a Abdib apresentou ao mercado em dezembro de 2021 a Plataforma de Projetos do Livro Azul da Infraestrutura. O objetivo da plataforma é prover uma fonte de informações sobre oportunidades de investimentos para melhor orientação do mercado e consequente atração de investimentos para o setor bem como para a reflexão de políticas públicas. A plataforma é um sistema digital com atualização constante de dados que permite aos usuários selecionarem os projetos que constam na publicação a partir de critérios como setor, ente federativo, valor do investimento, modalidade contratual e estágio de execução.

Tanto as tabelas da versão impressa do documento Livro Azul da Infraestrutura quanto o banco de dados digital da plataforma contêm o mesmo conteúdo, mas a última facilita as pesquisas do público na medida em que permite navegação amigável a partir de diversos critérios a partir da escolha do usuário, que ainda pode gerar versões impressas das pesquisas.

A Plataforma de Projetos do Livro Azul da Infraestrutura é a mais completa do gênero no Brasil, tem acesso gratuito e contempla, na versão atualizada, independentemente do formato, mais de 1.600 projetos listados a partir de consulta ao ente público de cada esfera administrativa – União, estados, Distrito Federal e agora também as capitais. Cada iniciativa é acompanhada de uma descrição com diversas informações.

O governo federal apresenta a maior quantidade de projetos em diversas fases de preparação, incluindo também as iniciativas de grande porte. Na área ferroviária, há dez empreendimentos, entre novas ferrovias e investimentos adicionais em concessões já existentes. Há também 40 aeroportos federais, 34 terminais portuários e 28 trechos rodoviários que serão levados a leilão. Há ainda cinco lotes de transmissão de energia e centenas de blocos para exploração de petróleo e gás natural.

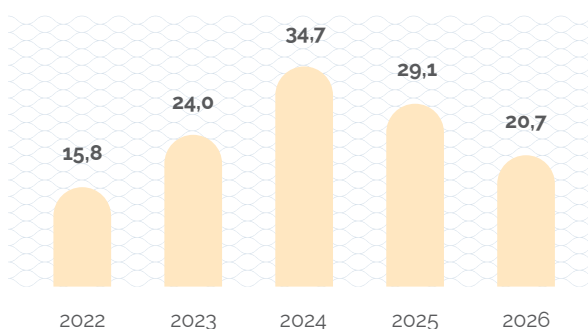
Já os estados e o Distrito Federal apresentam atualmente mais de 300 iniciativas e projetos em diversas áreas de infraestrutura de transporte, energia, saneamento, telecomunicações e infraestrutura social. Todos os estados conduzem atualmente programas de concessões e PPPs.

Novidade na versão de 2021, o Livro Azul da Infraestrutura traz projetos e iniciativas de capitais, somando mais de 60 oportunidades de investimento privado.

O Livro Azul da Infraestrutura contém ainda análises sobre a situação dos gastos em infraestrutura no Brasil, apontando o quanto os projetos de concessão e PPPs vão acrescentar de investimentos nos próximos cinco anos e destaca a projeção destes investimentos em transporte e logística, setor que demanda o maior volume de recursos, até 2026, bem como no setor de saneamento ambiental, que tem grande importância para a saúde pública.

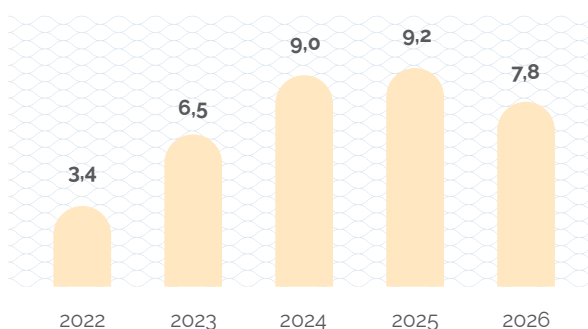
## Quanto os novos projetos de concessão acrescentam de investimentos nos próximos anos nos setores de transporte e logística e de saneamento básico?

### Projeção setor de transporte e logística (R\$ bilhões)



Fonte: Abdib. Cálculos elaborados pela Diretoria de Planejamento e Economia da Abdib a partir de dados disponibilizados pelos governos estaduais e pela Secretaria do Programa de Parceria de Investimentos do governo Federal. Inclui projetos a serem licitados e projetos licitados a partir de 2019, em fase inicial de investimentos de responsabilidade da iniciativa privada. Cálculo feito com base na data prevista da licitação/prorrogação dos contratos.

### Projeção setor de saneamento (R\$ bilhões)



Fonte: Abdib. Os valores não representam os valores previstos para os projetos de privatização/concessão. Os valores no gráfico representam os valores previstos para os primeiros cinco anos da concessão do serviço. Cálculos elaborados pela Diretoria de Planejamento e Economia da Abdib.

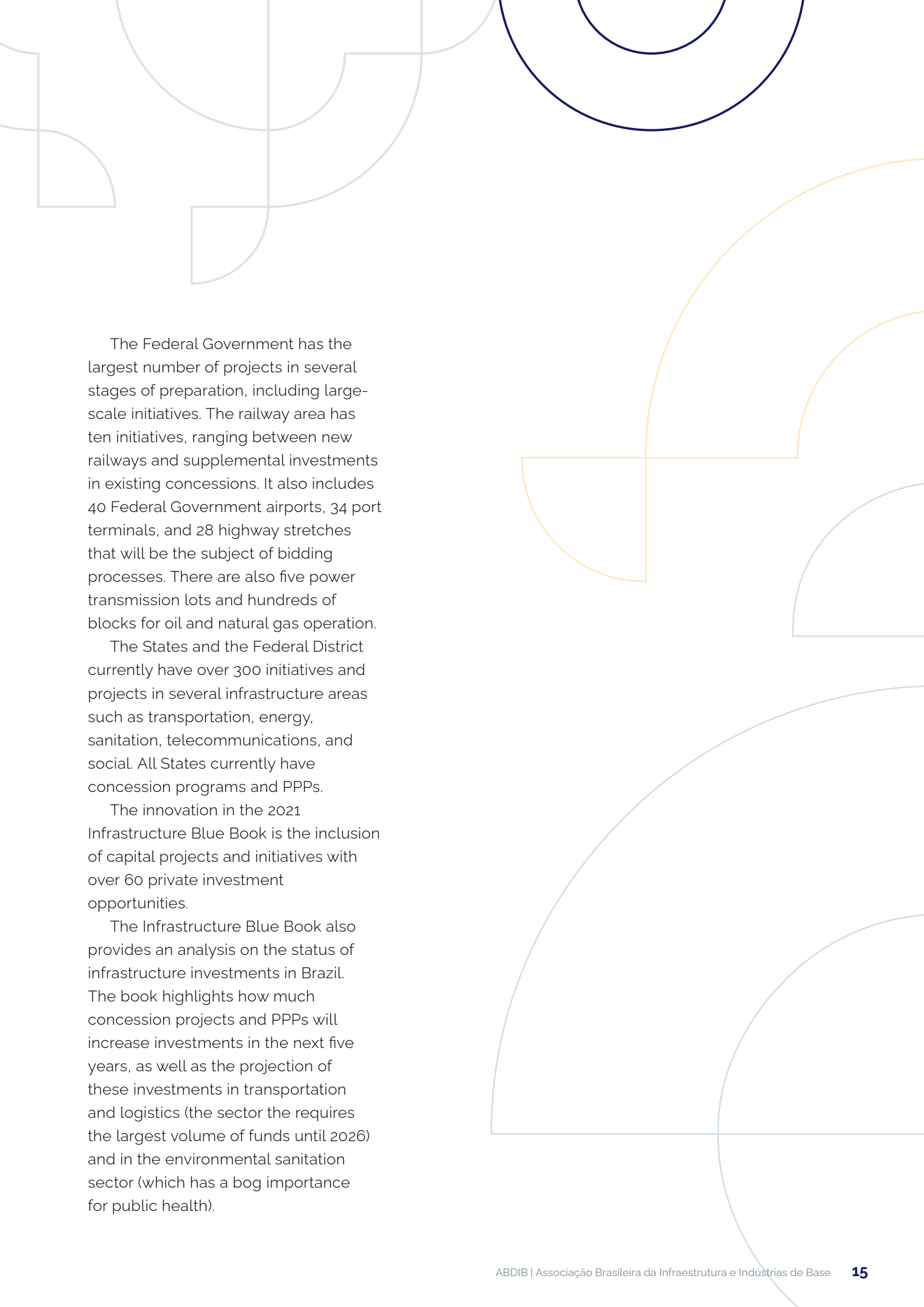
# Infrastructure Blue Book

## The most comprehensive infrastructure project platform in Brazil

After launching the Infrastructure Blue Book in December 2020, a publication that consolidates all concessions projects and PPPs of the Federal Government, States, and the Federal District, in December 2021, Abdib presented the Infrastructure Blue Book Project Platform to the market. The objective of the platform is to provide a database and a source of information on investment opportunities to further market guidance and attract investments to the sector, and to reflect upon government policies. The platform consists of a digital system that constantly updates data that allows users to select publication projects based on criteria such as sector, federal entity, investment value, type of contract, and stage of execution.

Both the tables in the printed version of the Infrastructure Blue Book and the platform's digital database offer the same content, but the latter makes users' research easier as it provides user-friendly browsing based on several criteria chosen from users' choices, in addition to an option to generate also printed versions of the research.

The Infrastructure Blue Book Project Platform is the most complete free platform of its kind in Brazil, and its updated version, regardless of format, includes more than 1,600 listed projects of the government agent of each administrative level – Federal Government, States, Federal District, and capital cities. Each initiative brings a description with several pieces of information.



The Federal Government has the largest number of projects in several stages of preparation, including large-scale initiatives. The railway area has ten initiatives, ranging between new railways and supplemental investments in existing concessions. It also includes 40 Federal Government airports, 34 port terminals, and 28 highway stretches that will be the subject of bidding processes. There are also five power transmission lots and hundreds of blocks for oil and natural gas operation.

The States and the Federal District currently have over 300 initiatives and projects in several infrastructure areas such as transportation, energy, sanitation, telecommunications, and social. All States currently have concession programs and PPPs.

The innovation in the 2021 Infrastructure Blue Book is the inclusion of capital projects and initiatives with over 60 private investment opportunities.

The Infrastructure Blue Book also provides an analysis on the status of infrastructure investments in Brazil. The book highlights how much concession projects and PPPs will increase investments in the next five years, as well as the projection of these investments in transportation and logistics (the sector that requires the largest volume of funds until 2026) and in the environmental sanitation sector (which has a high importance for public health).

# Comitês e Grupos de Trabalho

## Os *think tanks* da infraestrutura

Ambientes de discussões e formulação de diagnósticos e propostas, comitês setoriais e transversais e também grupos de trabalho funcionam como base para a atuação da Abdib

Os comitês da Abdib funcionam como verdadeiros *think tanks* e são o suporte para a formulação de diagnósticos e contribuições aos poderes públicos e ao setor privado sobre os mais variados assuntos relativos aos elos de geração de valor da infraestrutura.

Em 2021, a partir das discussões programáticas, foi possível para a Abdib produzir análises e divulgar posicionamentos de forma a convidar autoridades públicas e segmentos sociais a refletirem sobre diversos temas, entre eles a gestão da crise hídrica, que logrou impactos na geração de energia e em todos os outros segmentos produtivos, e também sobre os possíveis efeitos das propostas de reformas da legislação tributária sobre os negócios e os investimentos.

Nos comitês da Abdib são produzidos ainda estudos que contribuem para os agentes de mercado e autoridades públicas

visualizarem novas possibilidades e tendências para o desenvolvimento da infraestrutura. A Abdib conta atualmente com 22 comitês – 13 deles abordando pautas setoriais e outros nove tratando de questões matriciais aderentes a todos os setores de infraestrutura, sendo que, no Comitê Ética e Responsabilidade Social e no Comitê Gestão de Crise, os trabalhos se desenvolvem de acordo com os acontecimentos e constante atualização.

Devido às medidas de isolamento social estabelecidas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, a atividade dos comitês e grupos de trabalho em 2021 continuaram a ocorrer por videoconferências. Os encontros virtuais registraram, tal qual em 2020, ampla participação dos empresários e especialistas das empresas associadas, com índices de presença aproximadamente 50% superiores aos registrados em 2019, momento anterior à pandemia.

**Grupos de trabalho** – Para alguns assuntos específicos, grupos de trabalho são criados internamente nos comitês para dar continuidade aos temas com mais profundidade e foco. Foram principalmente utilizados ao longo de 2021 para avaliar e idealizar propostas sobre assuntos relacionados à agenda regulatória do mercado de transmissão de energia, ao potencial de desenvolvimento do setor de iluminação pública, às regras de seguros e garantias no âmbito nova lei sobre licitações públicas, à nova rodada de concessões de aeroportos federais, ao novo regulamento

para as concessões de rodovias, ao estudo de um modelo de governança para o desenvolvimento dos transportes públicos metropolitanos, debêntures de infraestrutura, reforma tributária, regulamentação do marco legal do saneamento e crise hídrica, entre outros temas.

Os grupos de trabalho são também estruturas essenciais para avaliações de notas técnicas e análises de impacto regulatório publicadas pelas agências reguladoras no âmbito de consultas públicas e outros processos formais com o objetivo de colher contribuições dos agentes do mercado sobre assuntos regulatórios.

Em 2021, os comitês da Abdib promoveram quase cem reuniões, ritmo de atividade que vem se mantendo estável ao longo dos últimos anos. No mesmo ano, os comitês organizaram 28 grupos de trabalho para estudar temas específicos com mais profundidade, os quais realizaram cerca de cem reuniões entre seus integrantes – volume recorde nos últimos anos.

**Consultas públicas** – Graças aos grupos de trabalho a Abdib conseguiu participar de 15 processos de tomada de subsídios, consultas e audiências públicas em assuntos dos setores de transmissão de energia, rodovias, saneamento básico e ferrovias.

As participações envolveram contribuições em processos de renovação de contratos de concessões ferroviárias, novo regulamento de concessões

rodoviárias, norma de referência regulatória sobre metas de universalização dos serviços de saneamento básico, segurança cibernética na infraestrutura de transmissão de energia elétrica e normas para investimentos em reforços e melhorias de sistemas de transmissão, entre outros.

#### **Comitês matriciais**

1. Comitê Gestão da Crise
2. Comitê Financiamento, Riscos e Garantias
3. Comitê Legal e Tributário
4. Comitê Desestatização
5. Comitê Engenharia
6. Comitê Relações Internacionais
7. Comitê Sustentabilidade
8. Comitê Ética e Responsabilidade Social
9. Comitê Inovação

#### **Comitês setoriais**

1. Comitê Estratégico do Setor Elétrico
2. Comitê Geração de Energia
3. Comitê Transmissão de Energia
4. Comitê Iluminação Pública
5. Comitê Petróleo e Gás Natural
6. Comitê Rodovias
7. Comitê Ferrovias
8. Comitê Aeroportos
9. Comitê Portos
10. Comitê Mobilidade Urbana
11. Comitê Recursos Hídricos e Saneamento Básico
12. Comitê Resíduos Sólidos
13. Comitê Indústria



# Comitê Gestão da Crise

## Sai a pandemia, entra a energia

Com discussões encaminhadas sobre o impacto da pandemia nos setores de infraestrutura, o Comitê Gestão da Crise voltou as atividades para a administração da crise hídrica

O governo federal não trabalha com a hipótese de racionamento. A sentença foi proferida pelo secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Christiano Vieira da Silva, que acompanhado de Luiz Carlos Ciochi, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), atendeu convite<sup>1</sup> dos integrantes do Comitê Gestão da Crise para uma avaliação detalhada sobre a visão das autoridades do setor elétrico – e as possíveis manobras operacionais – sobre os impactos da crise hídrica em 2021.

O Comitê Gestão da Crise foi criado pela Abdib em 2020, quando da eclosão da pandemia da Covid-19, para permitir uma resposta rápida aos diversos setores produtivos englobados na esfera de atuação da entidade. Formado pelos coordenadores dos 22 comitês setoriais e transversais, a estrutura oferece uma consulta organizada e célere aos mais de 1.100 executivos e especialistas que representam as empresas associadas nestes grupos, um mecanismo valioso para contribuir com o poder público quando for necessário contar com avaliações incisivas e propostas assertivas rapidamente.

No encontro, os empresários foram informados que o governo federal trataria a crise hídrica com transparência e com o objetivo de dar previsibilidade e estabilidade para a sociedade e para o setor produtivo. Além disso, as autoridades do setor elétrico e do ONS pediram contribuições da Abdib para a gestão da crise, engajamento voluntário dos grandes consumidores industriais no deslocamento da demanda para horários fora do pico de consumo (chamado de programa de resposta da demanda), apoio nas campanhas de comunicação e esclarecimento a segmentos da sociedade e ações de eficiência energética.

1. No encontro, em 18/06/2021, os empresários ressaltaram que a situação conjuntural é crítica e que precisa ser superada a partir dos esforços conjuntos do governo federal e do setor produtivo, mas que, em paralelo, é fundamental endereçar as soluções estruturais já conhecidas para que as restrições e riscos vivenciados este ano não sejam repetidos também nos próximos anos.



## Comitê

# Financiamento, Riscos e Garantias

## Cada vez mais próximo

O financiamento de projetos de infraestrutura na modalidade que dispensa garantias corporativas, essencial para impulsionar um novo ciclo de investimentos, avança no Brasil

Uma das pautas mais importantes do setor de infraestrutura diz respeito às condições de financiamento dos investimentos, tema ao redor do qual orbitam questões adjacentes como fontes internas e externas de recursos, matriz de riscos dos empreendimentos (um mapa que identifica a probabilidade e a intensidade de ocorrências adversas impactarem os projetos, incluindo os mitigadores), e as garantias, um leque de ativos, direitos e produtos financeiros que asseguram o cumprimento de obrigações das partes envolvidas.

Essa agenda está refletida no Comitê Financiamento, Riscos e Garantias da Abdib. Com Petrônio Cançado, diretor de Crédito e Garantia do BNDES, por exemplo, foi possível discutir sobre o financiamento na modalidade *project finance non recourse*. Empresários foram informados que o BNDES aprovou uma política para dispensar garantias corporativas, fiança bancária e apólices de seguro para projetos selecionados, com limite de R\$ 500 milhões.





Conectado ao *project finance* está o tema dos seguros e outros instrumentos de proteção. Especialistas ofereceram a visão das empresas seguradoras<sup>2</sup> sobre o mercado, estrutura de garantias e agentes reguladores para o desenvolvimento de operações de financiamento sem as garantias corporativas. Nesse contexto, foi criado o Instituto de Inovação e Seguros<sup>3</sup>, instituição que atuará para modernizar o mercado segurador nacional. Gesner Oliveira, coordenador do Centro de Estudos de Infraestrutura e Soluções Ambientais da FGV e também da nova instituição, explicou na Abdib o andamento dos trabalhos.

Para discutir as fontes de financiamento para os investimentos, a Abdib recebeu Claudia Prates, diretora-geral do Escritório Regional das Américas do New Development Bank (NDB), que explicou as iniciativas do banco no Brasil, e executivos do FI-FGTS<sup>4</sup>, que ofereceram detalhes da estratégia do fundo para apoiar, via operações de dívida, desenvolvimento de empreendimentos de infraestrutura.

Outro tema relevante foi tratado no dia 24/06/2021, quando Verônica Rios (Ministério do Desenvolvimento Regional) explicou regras de um novo fundo para fomento de investimentos privados, atividades que incluem recursos para estruturação de projetos de concessões e PPPs, prestação de garantias de entes subnacionais e investimentos em fundos de infraestrutura.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ✦ Concepção e funcionamento de fundo do Ministério do Desenvolvimento Regional.
- ✦ Propostas e análises para Projeto de Lei sobre debêntures de infraestrutura visando os investidores institucionais.



2. Jorge Sant'Anna (BMG Seguros) e André Dabus (Marsh) explicaram os assuntos em reunião realizada no dia 01/03/2021.
3. O Instituto de Inovação em Seguros foi lançado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em fevereiro de 2021 com a função de ser um centro para pensar estratégias e ações para o desenvolvimento do mercado brasileiro de seguros e resseguros. A Abdib participa do Conselho Consultivo.
4. No dia 23/04/2021, as regras do edital de chamada pública do FI-FGTS para investimentos em projetos de infraestrutura foram explicadas por Alexandre Xavier Ywata de Carvalho, vice-presidente de Fundos de Investimento da Caixa, acompanhado de Jorge Louzada Kozlovsky, diretor de Fundos de Investimento, e de Guilherme Ribeiro de Oliveira, gerente Nacional de Fundos Estruturados.






# Comitê Legal e Tributário

## Agenda cheia

Com o Congresso Nacional ou com o Poder Judiciário, o Comitê Legal e Tributário tem apoiado a Abdib em pautas relevantes para o ambiente de negócios com atuação tempestiva em 2021



Com diversas propostas de reforma tributária e de mudanças regulatórias em discussão no Congresso Nacional, o Comitê Legal e Tributário da Abdib trabalhou bastante em 2021. O grupo foi a base para análise e posicionamento das alterações previstas nestas legislações, que impactam diretamente na gestão dos contratos, dos negócios e dos investimentos nas áreas de infraestrutura. Reuniões emergenciais, além das ordinárias, foram demandadas para permitir uma atuação tempestiva diante de regras que surgiram repentinamente na tramitação dos projetos de lei.

Em diversas manifestações, à sociedade e aos congressistas, a partir de avaliações



realizadas pelo Comitê Legal e Tributário, a Abdib apontou inconsistências e relatou impactos das propostas de reforma tributária – tanto no PL 2.337/2021 (Imposto de Renda) quanto no PL 3.887/2020 (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS) bem como nas PECs 45 e 110. Em posicionamentos e correspondências, a Abdib reforçou pedido para a formação de uma comissão mista para analisar as mudanças na legislação do Imposto de Renda de forma mais ampla, apontou risco de aumento da carga tributária, o que foi considerado inaceitável, e defendeu redução incondicional das alíquotas e manutenção das atuais regras de juros sobre capital próprio, entre outras observações.

O Comitê Legal e Tributário, por designação do Conselho de Administração, também lidera o esforço setorial para defender as regras de transferência de contratos de concessão e de controle acionário de concessionárias sem licitação prévia que são contestadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em uma ADI de 2003<sup>5</sup>. A Abdib, a partir da elaboração de documentos e argumentos entregues aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), tem defendido a constitucionalidade das regras e o rápido julgamento da questão, evitando insegurança jurídica e riscos aos investimentos.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Agenda legislativa da infraestrutura<sup>6</sup>.
- Aplicação da nova lei de licitações públicas (Lei 14.133/2021).

5. Em agosto de 2021, o ministro do STF, José Dias Toffóli, relator da ADI 2.947, que contesta o Art. 27 da Lei 8.987/1995, apresentou voto tornando inconstitucional a transferência de concessões e validando a transferência de controle acionário de concessionário, sendo seguido pelo ministro Alexandre de Moraes. Em outubro de 2021, o relator transferiu o julgamento do plenário virtual para o presencial, invalidando votos anteriores e recomeçando o processo no dia 8/12/2021, com votos favoráveis até então à constitucionalidade da questão.

6. PL 7.063/2017 (concessões) e PL 2.646/2020 (debêntures de infraestrutura) foram alguns projetos de lei discutidos ao longo do ano.



# Comitê Desestatização




## Novos parâmetros à frente

Além do monitoramento em processos de desestatização, a Abdib avaliou como inserir na estruturação dos projetos os atributos ambientais, sociais e de governança corporativa

Importantes iniciativas de desestatização foram conduzidas pelos três níveis de governo em 2021. Um exemplo foi a promulgação da lei que autoriza a desestatização da Eletrobras, pelo qual será realizado um aumento de capital que diluirá a participação da União. No âmbito regional, governos estaduais, com apoio do BNDES, avançaram nas desestatizações no saneamento básico, onde a concessão da Cedae se destacou. As ações envolvendo a abertura do mercado de gás e a desestatização das companhias de docas também evoluíram e todos estes assuntos foram pauta do Comitê Desestatização da Abdib.






Além das desestatizações, assuntos de vanguarda foram tratados no comitê, como os impactos nos investimentos futuros de concessões da agenda ESG, que destaca os aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa relativos a produtos, empresas e segmentos produtivos. Por isso, em 2021, foram promovidos encontros para compreender melhor os impactos e as oportunidades em torno da agenda ESG nos processos de estruturação e de financiamento de projetos nas áreas de infraestrutura.

Para isso, foram convidados para o debate na associação especialistas de empresas investidoras e de consultoria para analisar temas considerados importantes, entre elas BlackRock, EY, Patria, Sitawi<sup>7</sup>, BID e IFC<sup>8</sup>, que avaliaram as muitas vertentes do tema, como a trajetória da consideração de critérios ESG nos investimentos dos gestores de recursos, os estudos mercadológicos e regulatórios para a expansão dos financiamentos verdes no Brasil, a experiência dos fundos de investimentos sobre a agenda ESG, o processo de preparação dos ativos e da certificação e a visão dos bancos multilaterais na estruturação e no financiamento de projetos considerando melhores práticas de governança corporativa, ambiental e social.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Análise do projeto de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).
- Avaliação sobre as oportunidades oriundas da Lei 14.134/2021, a nova lei de gás.
- Mecanismos de apoio para projetos municipais (iluminação pública, parques e infraestrutura social).
- Melhores práticas para o serviço de verificador independente<sup>9</sup>.



- 
7. No dia 29/06/2021, Gustavo Pimentel (Sitawi) e Marcia Ferraresi (Patria Infraestrutura) debateram com empresários na Abdib.
  8. No dia 17/08/2021, Maria Schneider Netto (BID), Rafael Lima Cavazzoni (BID) e Diogo Falchano Bardal (IFC) participaram de encontro organizado pela Abdib.
  9. Um grupo de trabalho realizou estudos e discussões sobre boas práticas nas contratações de um verificador independente, serviço especializado cada vez mais utilizado na gestão de contratos administrativos de concessão e PPPs entre poder concedente e concessionária privada. O objetivo é conferir o atendimento dos indicadores de desempenho da prestação de um serviço delegado em consonância com o escopo da contratação.

# Comitê Sustentabilidade

## Muito além do licenciamento

As licenças ambientais são apenas parte dos processos pelos quais o setor de infraestrutura comprova viabilidade e respeito aos conceitos e regras socioambientais, assuntos tratados pelo Comitê Sustentabilidade da Abdib em 2021

Em um ano marcado por ascensão da agenda ambiental ao topo das prioridades empresariais e com a realização de uma conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP-26, o Comitê Sustentabilidade da Abdib, aderente ao plano de trabalho elaborado para 2021, atuou para disseminar conhecimento sobre temas emergentes, para apontar aperfeiçoamentos em projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e apoiar as empresas de infraestrutura em adaptações importantes sobre temas ambientais. A Abdib aderiu a um posicionamento empresarial<sup>1º</sup> solicitando ousadia e empenho do Estado brasileiro para estipular e cumprir metas de redução de emissões de carbono acertadas no Acordo de Paris, firmado em 2015 e do qual o Brasil é signatário.



No Congresso Nacional, um tema de elevada importância para o setor de infraestrutura foi o PL 3.729/2004, que propõe uma Lei Geral do Licenciamento Ambiental, aprovada pela Câmara dos Deputados em maio de 2021 e agora em avaliação pelo Senado Federal. A Abdib promoveu discussões<sup>11</sup> para compreender as regras em fase de alteração e encaminhou proposta aos parlamentares, com o objetivo de oferecer a eles o ponto de vista empresarial sobre alguns mecanismos inseridos na proposta de lei.

A agenda do Comitê Sustentabilidade da Abdib também comportou debates sobre consultas públicas abertas pelo Banco Central<sup>12</sup> para discutir riscos ambientais e climáticos. Uma delas sugeriu estabelecer regras para orientar a divulgação de informações sobre riscos sociais, ambientais e climáticos por parte instituições financeiras. Outra teve o propósito de aperfeiçoar regras de gerenciamento destes riscos, quando aplicáveis aos bancos.

Em dezembro, o Comitê Sustentabilidade da Abdib realizou encontro para analisar os direcionamentos da COP-26 e os prováveis reflexos das decisões tomadas na conferência global para o setor de infraestrutura do Brasil. Foi possível compreender os desafios para os setores produtivos em âmbito global, mas também especificidades para o cenário nacional, para o cumprimento das

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) brasileiras.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Participação em websérie organizada pela Abdib sobre transição energética e desenvolvimento sustentável, apresentando explicações sobre licenciamento ambiental, agenda ESG e atributos ambientais dos projetos de energia elétrica.



10. O documento chama-se Posicionamento Empresários pelo Clima, produzido e lançado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) em agosto de 2021.
11. Em encontro realizado no dia 26/05/2021, o advogado Marcos Saes, especialista em direito ambiental, apoiou o debate oferecendo uma análise da versão aprovada pelos deputados federais.
12. Um encontro realizado no dia 18/11/2021 contou com presença de David Salles de Barros Valente (Departamento de Regulação Prudencial e Cambial do Banco Central), Werner Grau (Pinheiro Neto Advogados) e Nabil Kadri (Departamento de Meio Ambiente do BNDES).



# Comitê Engenharia

## Disseminar a melhor técnica

O Comitê Engenharia tem um propósito que segue inalterado: divulgar informações sobre as melhores práticas, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e serviços

Depois de um ano marcado por atividades relacionadas à necessária adaptação e às respostas para a crise econômica e sanitária derivada da pandemia, o Comitê Engenharia da Abdib conduziu as atividades em 2021 privilegiando a apresentação de casos de referência em setores importantes para a engenharia consultiva e construção. Essa nova programação foi inaugurada com soluções no setor de saneamento básico<sup>13</sup>, que ganhou impulso com programas do governo federal e dos estados para licitar ao setor privado blocos envolvendo a prestação de serviços de água e esgoto de diversos municípios conjuntamente.

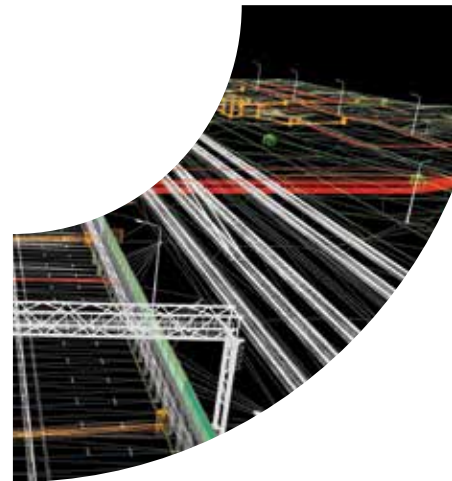
A adaptação não mudou o propósito do Comitê Engenharia, que segue o mesmo – disseminar informações relevantes sobre as melhores práticas de engenharia, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e serviços nesta área de forma a incentivar o debate, o melhor conhecimento e a integração dos serviços com os diversos setores produtivos. A agenda trouxe debates sobre estratégias de execução e modelos de contratação em empreendimentos das áreas de infraestrutura e indústria<sup>14</sup> e também sobre tendências tecnológicas em grandes empreendimentos<sup>15</sup>.

O BIM (*Building Information Modeling*), uma tendência que se consolida cada vez mais no setor de engenharia consultiva e construção, fez parte da pauta. Nos encontros da Abdib, executivos e especialistas das empresas ressaltaram benefícios da tecnologia, como ter à disposição em um ambiente integrado e compartilhável todas as etapas de desenvolvimento de um empreendimento: planejamento, projeto básico, projeto executivo, cálculos, orçamentos, documentação, fabricação, construção e logística, operação e manutenção, demolição e renovação.

Um fator essencial para obter os ganhos de produtividade esperados é criar um ecossistema entre projetistas, empreendedores e todos os atores envolvidos.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Participação em websérie organizada pela Abdib sobre transição energética e desenvolvimento sustentável, apresentando explicações sobre licenciamento ambiental, agenda ESG e atributos ambientais dos projetos de energia elétrica.



13. No dia 27/04/2021, em reunião conjunta com o Comitê Recursos Hídricos e Saneamento Básico, foram apresentadas contribuições da engenharia na fase de operação das concessionárias, ferramentas de planejamento e gestão no aprimoramento da operação e manutenção de ativos de saneamento e redução de perdas aparentes nas operações das concessionárias.
14. No dia 29/06/2021, houve apresentações sobre as condições para a definição do modelo de contratação e sucesso na implantação de empreendimentos, focando a importância de processos técnicos e econômicos de análise de engenharia para controlar riscos diversos, e sobre as implicações entre modelo de contratação e estruturação de *funding*.
15. No dia 31/08/2021, foram realizadas apresentações sobre os benefícios do uso do BIM em projetos de centrais fotovoltaicas e sobre a aplicação do BIM na geotecnia em projetos ferroviários.



# Comitê Inovação

## A infraestrutura é 'tech'

Ao longo de 2021, o Comitê Inovação da Abdib procurou discutir e disseminar conhecimento sobre casos de sucesso na aplicação de inovação e tecnologia nas áreas de infraestrutura

Por meio da articulação com empresas de infraestrutura que conduzem projetos com elevado teor de soluções inovadoras, o Comitê Inovação da Abdib buscou cumprir o objetivo de avaliar e propor recomendações sobre o universo de novidades e temas ligados à utilização de inovação, desde tecnologias emergentes como internet das coisas e robotização até melhores práticas em coleta e tratamento de dados e inteligência artificial.

Ao longo de 2021, o comitê organizou encontros com quase uma dezena de palestras<sup>16</sup> pelas quais as empresas associadas, entre concessionárias de

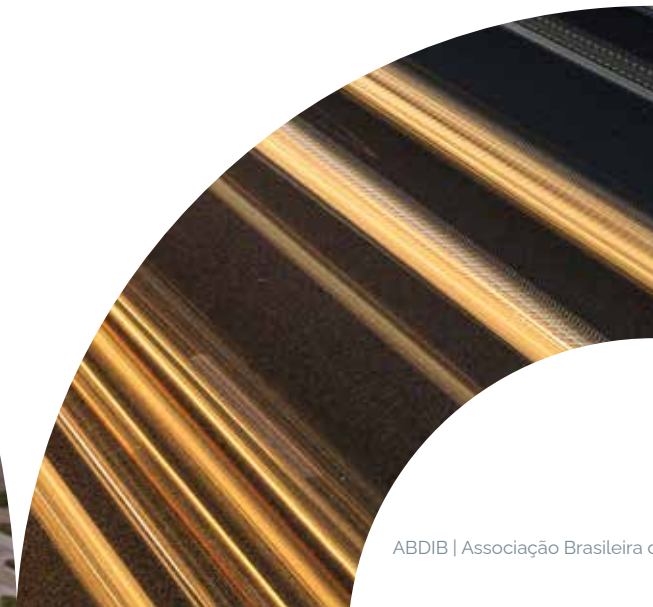
infraestrutura, mas também companhias de construção e engenharia, escritórios de advocacia e fabricantes de equipamentos, puderam apresentar e conhecer casos práticos de desenvolvimento e aplicação de tecnologia e inovação com resultados reais de aumento da eficiência, da segurança, da confiabilidade, da produtividade e/ou da qualidade da prestação de serviços de infraestrutura.

Ao término do programa de apresentações, os integrantes do Comitê Inovação conheceram o funcionamento da Distrito<sup>17</sup>, empresa apontada como o maior ecossistema de inovação aberta da América Latina, com mais de 30 mil *startups* qualificadas, cuja missão é apoiar as empresas nascentes e emergentes na implementação de novos modelos de negócios por meio de plataforma de transformação digital, conexão com *startups* e inteligência de dados. A Abdib e a Distrito informaram na ocasião que vão avaliar uma maneira de cooperação entre as partes para beneficiar o setor de infraestrutura.



**16 .** As apresentações envolveram: a plataforma Embarca Ai de mobilidade que cria novos mecanismos de geração de valor para as operadoras de ônibus e para a sociedade (KPMG); solução de monitoramento e gestão do consumo de energia utilizando inteligência artificial e aprendizado de máquina (Engie); projeto de armazenamento de energia no Brasil (Siemens); uso de drone para lançamento de cabo em linhas de transmissão e magnetizador de água para uso em concreto na construção da Usina de Belo Monte (Andrade Gutierrez) ; uso das tecnologias BIM e GIS em linhas de transmissão para monitoramento da implantação (Concremat); uso de equipamentos não tripulados na indústria da construção (Construtora Barbosa Mello); escopo do Urban Futurability, que testa em São Paulo mais de 40 tecnologias nas áreas de automação, digitalização, operação e modernização da rede elétrica de distribuição (Enel Distribuição São Paulo); entre outras.

**17 .** A apresentação foi conduzida por Gustavo Araujo, fundador da Distrito, no dia 30/09/2021.



# Comitê Relações Internacionais

## Impactos e oportunidades

Diante das negociações sobre abertura comercial, o Comitê Relações Internacionais da Abdib procurou especialistas e autoridades públicas para ampliar o conhecimento das empresas sobre o processo

A abertura comercial foi o foco da agenda de atividades do Comitê Relações Internacionais da Abdib em 2021. Com o objetivo de avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base, o comitê convidou autoridades no assunto para debater com os empresários e especialistas os impactos das mudanças em curso.

Um dos convidados foi Lucas Spadano<sup>18</sup>, que ofereceu detalhes sobre a evolução e as características do Acordo de Compras



Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC), pontuando as oportunidades e os riscos para o setor de infraestrutura e indústria de base no Brasil. O tema cresceu em relevância após o governo brasileiro anunciar que apresentou uma oferta para aderir ao acordo da OMC<sup>19</sup>. Empresas e entidades de classe representantes de setores produtivos variados não foram consultadas e passaram a temer os impactos negativos do conteúdo da proposta brasileira que, caso aprovada entre as partes, terá ainda de ser ratificada pelo Congresso Nacional.

Outro convidado foi Roberto Fendt<sup>20</sup>, secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, que explicou o programa do governo federal de abertura comercial para integração nas cadeias globais de valor destacando o cronograma de redução de tarifas de importação, os acordos bilaterais e multilaterais, a perspectiva de entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>21</sup> e a adesão a política internacional de compras governamentais.

- 18.** O encontro ocorreu no dia 05/03/2021. Lucas Spadano é doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em International Business Law pela London School of Economics and Political Science.
- 19.** Spadano explicou que o setor de compras públicas representa de 10% a 15% do PIB de cada país – no Brasil, pode significar US\$ 160 bilhões – e há oportunidades muito importantes de vendas para vários mercados em praticamente todas as nações.
- 20.** Encontro realizado dia 06/05/2021. O secretário especial disse que o governo federal reduziu de 13 para 6,5 dias o tempo necessário para fazer operações de exportações. Para as operações de importações, a meta era reduzir o prazo médio para concluir as operações de 17 para 10 dias – atualmente, o prazo está em 9,8 dias.
- 21.** Roberto Fendt explicou que o processo de adesão exige que cada país membro da OCDE cumpra 245 instrumentos. Na data do encontro na Abdib, o Brasil já tinha cumprido 99 dos 245 requisitos (33 desde o início de 2019).



# Comitê Ética e Responsabilidade Social

## Apoio ao poder público na saúde

Idealizado para durar dois anos, esforço das empresas associadas da Abdib para doar recursos financeiros para fortalecer a resposta do Estado no atendimento da pandemia continuou em 2021

Diante das demandas médicas e hospitalares geradas pela pandemia da Covid-19, o que criou gargalos na infraestrutura de saúde pública, algumas empresas associadas da Abdib<sup>22</sup> organizaram uma ação de doação de recursos para projetos que tenham o objetivo de fortalecer a infraestrutura de atendimento médico.

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP)<sup>23</sup> foi o escolhido para receber recursos monetários doados por dez companhias que se engajaram na primeira fase do programa Infra Saúde da Abdib. Outras empresas decidiram seguir avaliando a participação no programa entre 2020, quando ele foi idealizado e realizado, e 2021, quando os recursos foram transferidos.

O Programa Infra Saúde foi desenhado no âmbito do Comitê Ética e Responsabilidade Social da Abdib com previsão para durar dois anos. No biênio, houve um esforço institucional para angariar recursos de empresas associadas que visem o fortalecimento da infraestrutura de saúde pública.

No contexto, além das ações do poder público de enfrentamento da pandemia da Covid-19, mesmo que os números de novos casos e mortes tenham começado a apresentar redução consistente, a visão é que haverá necessidade de dar suporte às equipes médicas para atendimento a consultas, exames e outras intervenções represadas em virtude do receio da população de buscar hospitais durante os momentos de pico da pandemia.



**22.** Participaram da primeira fase do programa Infra Saúde: Acciona, Aegea, Alupar, BMPI Infra, Camargo Corrêa Infra, CCR, Construtora Queiroz Galvão, Sabesp, EY e Leite Tosto e Barros Advogados.

**23.** Abdib e Hospital das Clínicas assinaram no dia 6 de novembro de 2020 um acordo pelo qual empresas associadas do setor de infraestrutura decidiram doar recursos para projetos de reforço da infraestrutura de saúde do hospital paulista. Os recursos foram transferidos em 2021.



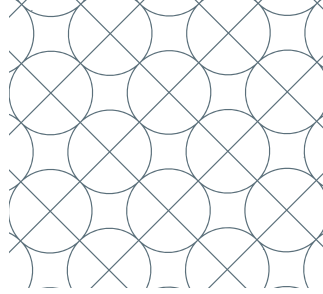
# Comitê Estratégico do Setor Elétrico

## Esforço concentrado

O Comitê Estratégico do Setor Elétrico serviu como base de pensamento e formulação de propostas para a Abdib contribuir no enfrentamento de uma das mais severas crises hídricas da história brasileira

O cenário de abastecimento elétrico brasileiro foi paulatinamente se tornando mais crítico ao longo de 2021 devido ao registro de índices pluviométricos caracterizados entre os piores da história nacional. Apesar da expansão da geração de energia por fontes eólica e solar, o suprimento elétrico brasileiro ainda é oriundo majoritariamente por hidrelétricas, que representam 60% da oferta de eletricidade no país. Diante da crise que se avolumou, a Abdib centrou atividades de análise e elaboração de contribuições no Comitê Estratégico do Setor Elétrico, formando pelas lideranças de algumas das principais companhias energéticas que atuam no país.



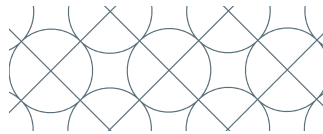


A crise exigiu diversos encontros com autoridades públicas envolvidas na decisão estratégica, no planejamento e na operação do sistema elétrico. No dia 12 de julho de 2021, por exemplo, empresários avaliaram as contribuições da Abdib para a gestão da crise hídrica e elétrica com a equipe do Ministério de Minas e Energia, liderada por Marisete Pereira, secretária-executiva, e por Christiano Vieira, secretário de Energia Elétrica, além de diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), conduzidos pelo diretor-geral Luiz Ciocchi. Foram detalhadas as propostas da associação entregues ao ministério endereçando diretrizes de curto e médio prazo consideradas importantes para o enfrentamento da crise hídrica.

O Comitê Estratégico do Setor Elétrico também contribuiu no planejamento e na execução de uma websérie para discutir a transição energética e o desenvolvimento sustentável. Composta por sete capítulos, foi organizada para analisar temas como a modernização do setor elétrico, impactos ambientais e produtividade, os desafios da escassez hídrica no setor elétrico, o papel da nova Eletrobras na expansão do setor elétrico, geração de energia e fontes renováveis, o gás natural como alternativa na transição energética, inovação tecnológica, eficiência energética e política industrial; financiamento, riscos e garantias.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ✓ Validação de posicionamentos<sup>24</sup> dos setores de transmissão de energia e indústria sobre a crise elétrica.
- ✓ Monitoramento da operação do sistema elétrico nacional com executivos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- ✓ Agenda legislativa: impactos da Lei 14.120/2021 e avaliação do PL 414/2021 (modernização do modelo do setor elétrico) e do PL 5.829/2019 (geração distribuída).



**24.** Com a condução e validação do Comitê Estratégico do Setor Elétrico, a Abdib ainda emitiu posicionamento e enviou contribuições ao Ministério de Minas e Energia e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico sobre o programa de redução voluntária de demanda de energia elétrica.



# Comitê Geração de Energia

## Contribuição ao planejamento

Comitê Geração de Energia da Abdib tem liderado discussões sobre a necessidade de as políticas públicas retomarem o desenvolvimento de hidrelétricas em cenário de expansão das fontes intermitentes

A perspectiva de expansão das fontes de energia elétrica consideradas variáveis ou intermitentes, devido à imprevisibilidade de produzir sem interrupção que lhes são características, como a solar e a eólica, e o cenário de crises hídricas mais frequentes e intensas, trouxe à agenda do Comitê Geração de Energia da Abdib em 2021 um assunto de primeira ordem: a importância crescente das hidrelétricas no Brasil, capazes de garantir, entre outros benefícios, a segurança ao suprimento elétrico e a continuidade do crescimento dos investimentos em geração via painéis solares e torres eólicas.



Avaliações realizadas no Comitê Geração de Energia focaram o potencial de geração de energia elétrica – e de contribuição ao sistema interligado nacional – da retomada do desenvolvimento de projetos de usinas hidrelétricas de médio porte e da viabilidade de plantas reversíveis<sup>25</sup>. Além de contar com um parque industrial já instalado para a fabricação de equipamentos e prestação de serviços especializados para as usinas, e da possibilidade de seguir com uma matriz elétrica baseada majoritariamente em fontes renováveis, outro benefício é a capacidade de armazenar água por reservatórios e, assim, oferecer possibilidade para equilibrar o sistema elétrico em momentos de elevada demanda.

As discussões entre empresários e especialistas na Abdib apontaram que atualmente há um hiato no desenvolvimento de projetos hidrelétricos<sup>26</sup> e que o Estado brasileiro, via planejamento, deveria apoiar políticas públicas para empresas e investidores interessados nesse tipo de geração, pois as usinas hidrelétricas entregam, além de serviços para o próprio sistema elétrico interligado, vários outros benefícios para a sociedade. Por isso, é necessário evoluir em questões como precificação dos benefícios da fonte hidrelétrica, mensurando serviços ancilares, flexibilidade, arbitramento de energia de ponta e mesmo o custo evitado da transmissão de energia.



- 25.** Encontro realizado no Comitê Geração de Energia da Abdib no dia 06/04/2021 tratou do potencial para a expansão da capacidade de geração hidrelétricas por meio de usinas de médio porte e de usinas reversíveis.
- 26.** Estudo da PSR apresentado no Comitê Geração de Energia da Abdib mostra que as hidrelétricas, cuja capacidade instalada em 2016 foi de 102 GW, tendem a crescer para 119 GW em 2026, mantendo esse patamar em um cenário hipotético quando a demanda será o dobro da verificada em 2017. A fonte solar tende a aumentar de praticamente zero (2016) para 9,7 GW (2026) e 59,2 GW quando a demanda dobrar. A fonte eólica tende a subir de 10 GW (2016) para 28,5 GW (2026) e 69,7 GW quando a demanda dobrar. Há aumento da base térmica a gás natural também, em menor escala.

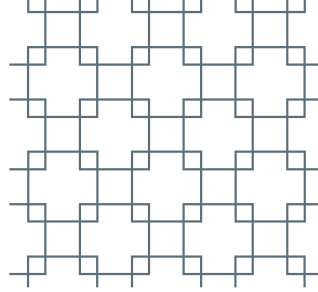


# Comitê Transmissão de Energia

## Na fronteira da regulação

Com forte participação em consultas públicas e interlocução intensa com tomadores de decisão, o Comitê Transmissão de Energia da Abdib tem insistido no aperfeiçoamento normativo para manter o ambiente atrativo para investimentos

Com o objetivo maior de apoiar iniciativas que atraiam investimentos e garantam a adequada rentabilidade e qualidade na prestação do serviço, o Comitê de Transmissão de Energia da Abdib tem um método de funcionamento que alia forte participação em processos de consultas públicas<sup>27</sup> abertos pelos órgãos públicos e intensa articulação com tomadores de decisão a fim de oferecer argumentos que permitam o aperfeiçoamento normativo e a manutenção da viabilidade econômica e financeira das concessões de transmissão.



Nesse sentido, em 2021, o Comitê Transmissão de Energia da Abdib participou e entregou contribuições em dez assuntos da agenda regulatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – um recorde de atuação do grupo em um ano. Entre consultas públicas e tomadas de subsídios, alguns itens podem ser destacados, como, por exemplo, as regras para a liquidação financeira dos encargos de transmissão de energia. Há também temas de fronteira regulatória, como soluções para armazenamento no sistema elétrico, área em que a transmissão poderá exercer papel importante, bem como a segurança cibernética e a metodologia de cálculo do Fator X e do ganho de eficiência empresarial para o segmento de transmissão de energia elétrica.

Além do envio de contribuições escritas nos processos de consulta pública, o comitê, que conta com a participação de concessionárias, fabricantes de equipamentos, empresas de consultoria, epecistas, entidades financeiras e escritórios de advocacia, mantém agenda regular de interlocução com autoridades de diversos órgãos do setor elétrico – Ministério de Minas e Energia, Aneel e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) – para explicar e defender os argumentos apresentados<sup>28</sup>.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ✔ Compartilhamento de instalações de transmissão de energia.
- ✔ Licenciamento ambiental na transmissão de energia.
- ✔ Impactos da crise hídrica no segmento de transmissão.
- ✔ Propostas para norma da Aneel sobre análise de impacto regulatório.
- ✔ Regras para autorização de reforços e melhorias.
- ✔ Ocorrências de roubos e vandalismo em instalações de transmissão de energia.



27. Os variados tipos de processos formais de consultas públicas abertos pelos órgãos reguladores exigem avaliação de notas técnicas, análises de impacto regulatório e prestação de informações precisas para perguntas específicas listadas. O Comitê Transmissão de Energia organiza grupos de trabalho multidisciplinares que permitem mergulhar com profundidade nos assuntos estudados.

28. Em 2021, diversas autoridades participaram das reuniões do Comitê Transmissão de Energia. Ministério de Minas e Energia – Rodrigo Fornari, diretor de programa da Secretaria de Energia Elétrica; Victor Protazio, coordenador-geral do Monitoramento da Expansão da Transmissão do Sistema Elétrico. ONS – Luiz Carlos Ciochi, diretor-geral; Sinval Zaidan Gama, diretor de operação; Marcelo Prais, diretor de Tecnologia da Informação, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios; Gustavo Rodrigues, gerente executivo de Serviços aos Agentes. Aneel – André Pepitone da Nóbrega, diretor-geral; Efrain Pereira da Cruz, diretor; Sandoval de Araújo Feitosa Neto, diretor; Ivo Sechi Nazareno, superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição; Leonardo Mendonça Oliveira de Queiroz, superintendente de Regulação dos Serviços de Transmissão. Ministério da Economia – Rose Hofmann, secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação do Programa de Parcerias de Investimentos; Gustavo Ene, secretário do Desenvolvimento da Infraestrutura.






# Comitê Iluminação Pública

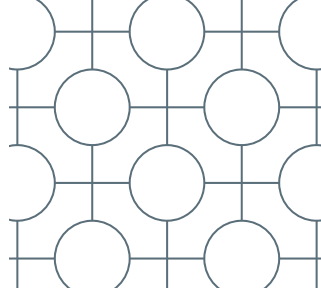
## Cidades mais inteligentes

A partir de estudo realizado pelo Comitê Iluminação Pública, a Abdib pôde propor medidas para avançar na digitalização dos serviços públicos locais de infraestrutura



Ao longo de seis meses em 2021, um grupo multidisciplinar do Comitê Iluminação Pública da Abdib estudou como os contratos de PPPs de iluminação pública vigentes tratam a questão do desenvolvimento de receitas acessórias. Além disso, eles também entrevistaram diferentes atores que compõem o mercado com o objetivo de identificar entraves sobre o tema.

O resultado deste esforço foi o lançamento de um estudo no qual a Abdib propõe medidas para que os próximos projetos de PPPs de iluminação tenham configuração contratual diferente, de forma a permitir a digitalização de serviços



públicos municipais, dando um passo ainda inexistente rumo ao conceito de cidades inteligentes no Brasil.

A principal proposta é que as cidades brasileiras tenham uma política pública para desenvolver os serviços associados a cidades inteligentes e que haja, sempre que possível, a inclusão de obrigações relacionadas a isso no escopo original da PPP de iluminação. Outra medida é a ampliação das possibilidades para o uso e aplicação da Cosip, contribuição que custeia a prestação do serviço de iluminação pública, a partir de alteração da legislação, a fim de possibilitar a remuneração destes serviços que tenham relação com a rede de iluminação.

Outra sugestão, para os casos em que tais serviços digitalizados não estejam incorporadas no escopo do contrato da PPP de iluminação, é a simplificação do excesso de trâmites burocráticos envolvidos nas autorizações de receitas acessórias. O estudo também propõe ampliar a capacitação dos servidores municipais para que eles estejam aptos a lidar com temas como cidades inteligentes, regulação e modelos contratuais.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ✦ A aplicação de debêntures de infraestrutura na área de iluminação pública.
- ✦ Perspectivas da Caixa e do BNDES no desenvolvimento de PPPs de iluminação<sup>29</sup>.
- ✦ Enquadramento de projetos de PPPs de iluminação pública nas agências de fomento regionais.
- ✦ Implementação da Resolução 888/2020 da Aneel<sup>30</sup>, que modernizou as normas sobre a interface entre distribuição de energia e iluminação pública.



29. No dia 18/03/2021, houve apresentação de André Araújo, gerente nacional da Caixa. No dia 20/05/2021, houve apresentação de Rodrigo Pedrosa, executivo do BNDES.
30. O diretor-presidente da Aneel, André Pepitone, participou de reunião do Comitê Iluminação Pública da Abdib dia 08/04/2021 para discutir a implementação da Resolução 888/2020. Alguns dispositivos da nova norma estão suspensos por decisão judicial.



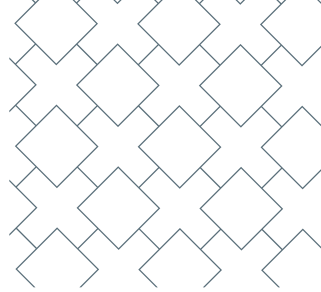
# Comitê Petróleo e Gás Natural

## Mercado em transformação

O gás natural é considerado um insumo essencial para a transição energética rumo a uma economia de baixo carbono, que ganha passos mais acelerados no mundo e também no Brasil

Com a missão de apresentar e apoiar propostas que permitam o desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural, que promovam a expansão da infraestrutura e que contribuam para a ampliação das oportunidades de negócio para empresas operadoras e fornecedoras de bens e serviços, o Comitê Petróleo e Gás Natural da Abdib monitorou iniciativas de desestatização do mercado brasileiro e atuou na disseminação de conhecimento sobre este setor em transformação.





Uma das iniciativas conduzidas foi o planejamento e execução de um debate dentro da websérie Transição Energética e Desenvolvimento Sustentável, organizada pela Abdib. O episódio<sup>31</sup> discutiu o papel do gás natural na transição para uma economia de baixo carbono no Brasil.

Os palestrantes apontaram que o gás natural é um insumo importante para a transição energética da economia e que o energético pode prover estabilidade ao suprimento elétrico em momento de crescente inserção das energias renováveis intermitentes. Além disso, defenderam avanços na legislação estadual referente ao gás natural bem como votação de projetos de lei que promovem reforma regulatória no setor elétrico. Os especialistas indicaram que há um processo de aceleração da transição energética, marcado por queda consistente do preço e maior inserção das renováveis – e a substituição dos combustíveis fósseis não tem sido gradual como era esperado, mas sim muito mais rápida.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Monitoramento do processo da venda de ativos da Petrobras.
- Monitoramento de processos estaduais de desestatização.



31. O debate foi realizado dia 12/11/2021 com a participação de Heloísa Borges Esteves, diretora de Estudos de Petróleo, Gás Natural da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Sylvie D'Apote, diretora executiva de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP); Paulo Pedrosa, presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace); Carla Primavera, superintendente da Área de Energia do BNDES; e Marcos Cintra, diretor de Relações Institucionais da Eneva.

# Comitê Rodovias

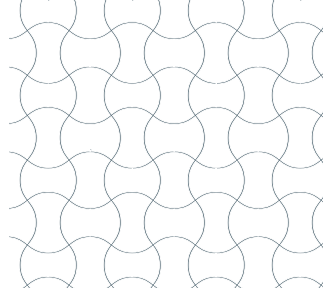
## Crescimento com segurança jurídica

Com boas perspectivas de investimento para os próximos anos, empresários e especialistas do Comitê Rodovias conduziram ações para fortalecer o modelo de concessões rodoviárias

Em um ano desafiador, com o setor ainda sob efeitos da pandemia da Covid-19, o Comitê Rodovias da Abdib buscou promover debates entre os representantes das empresas associadas e autoridades governamentais e também contribuir em processos de consulta pública para cumprir a missão de avaliar os impactos e propor soluções com foco no aumento dos investimentos no setor de rodovias<sup>32</sup>, por meio das concessões em parceria com o setor privado e por investimentos públicos, bem como analisar os temas regulatórios mais relevantes.

Ao longo de 2021, para cumprir esses objetivos, foram realizadas reuniões<sup>33</sup> sobre diversos assuntos, incluindo autoridades públicas federais e estaduais. Para atuar na melhoria da regulação, o Comitê Rodovias





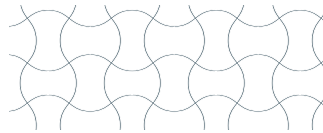
organizou encontro para discutir o Regulamento de Concessões Rodoviárias (RCR), proposto pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e previsto para ser construído em fases, inclusive com a presença de André Freire, superintendente de Infraestrutura Rodoviária da ANTT<sup>34</sup>. Para promover os investimentos privados, houve avaliação sobre um programa federal para incentivar a modernização da malha de rodovias, desde que atendidos três pilares: aumentar a segurança viária, melhorar a fluidez do tráfego e inserir tecnologia.

Em âmbito regional, foi organizada uma agenda para conhecer detalhes dos programas de concessões dos estados de Minas Gerais e Pernambuco<sup>35</sup>. O esforço incluiu ainda, em conjunto com Ministério da Infraestrutura, debates para a definição de critérios licitatórios adequados para as concessões de rodovias do Paraná.

Outra linha de atuação importante foi a participação em consultas públicas sobre temas regulatórios. O Comitê Rodovias da Abdib apresentou contribuições em reunião da ANTT sobre *sandbox* regulatório<sup>36</sup>, reequilíbrio em razão dos efeitos da pandemia<sup>37</sup> e Regulamento das Concessões Rodoviárias (RCR 2)<sup>38</sup>.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Metodologia para reequilíbrio econômico e financeiro devido aos efeitos da pandemia.
- Monitoramento de proposições legislativas que impactam os contratos.
- Destinação das outorgas das concessões de rodovias.
- Ferramentas do BIM na implantação e gestão de investimentos rodoviários.



32. Cumprido o programa do governo federal, a iniciativa privada pode passar a administrar 30% da malha federal asfaltada no regime de concessões, contra pouco mais de 15% atualmente.
33. Diversos encontros contaram com a presença de executivos da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).
34. O superintendente da ANTT participou de reuniões nos dias 26/03/2021 e 24/09/2021.
35. No dia 27/08/2021, reunião contou com participação de Fernando Marcato, secretário de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais. No dia 29/10/2021, Marcelo Bruto, secretário executivo de Parcerias e Estratégias de Pernambuco, foi recebido para apresentar a carteira de projetos.
36. Reunião Participativa ANTT 7/2021 em 13/10/2021. A expressão *sandbox* regulatório é utilizada para descrever a adoção de um modelo de regulação experimental pela agência reguladora em ambiente controlado.
37. Reunião Participativa 4/2021 em 19 e 20/10/2021 em parceria com a ABCR.
38. Reunião Participativa 3/2021 em 22 e 23/07/2021.



# Comitê Ferrovias

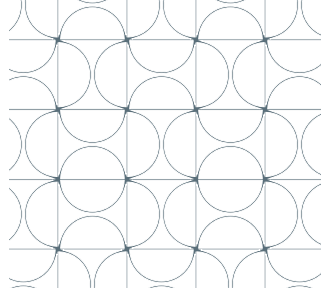
## Infraestrutura em expansão

Propostas de investimentos via autorização se juntam a programas de renovação de concessões e de novos projetos para o setor privado, temas tratados pela Abdib

O setor ferroviário segue com movimentação intensa, fruto da evolução do programa de renovação de concessões vigentes mediante pacotes significativos de investimentos e da carteira de projetos públicos que, posteriormente, serão transferidos para o setor privado concluir investimentos e operar. A isso se somam as propostas de segmentos férreos para serem viabilizados via autorização, modalidade contratual inserida no marco regulatório via Medida Provisória 1.065/2021.

Tal agenda envolveu interação com diversas autoridades públicas, federais e estaduais<sup>39</sup> para discutir temas relevantes para os investimentos. Outra questão que



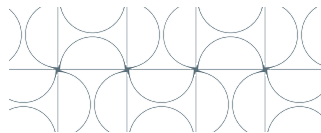


permeou a atenção dos empresários foi a renovação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). Isso porque os planos de negócios de importantes projetos ferroviários e portuários em curso consideram o benefício tributário no longo prazo – e, sem a prorrogação, é provável que surjam pleitos de reequilíbrio econômico e financeiro.

Mas o assunto que exigiu atenção especial do Comitê Ferrovias da Abdib foi a modernização do arcabouço regulatório e a perspectiva de inserir a modalidade de autorização como alternativa para viabilizar investimentos na malha férrea. A partir de várias reuniões, a Abdib ofereceu contribuições para aprimoramento do texto do PLS 261/2018 e da MP 1.065/2021. As propostas trataram de temas como transporte de produtos perigosos, caracterização correta do conceito de ociosidade para devolução de trechos ferroviários para revitalização, modelo de avaliação de desempenho do transporte ferroviário, adaptação do contrato de concessão para autorização e indenização de bens reversíveis na autorização, entre outras.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ✦ Evolução dos projetos ferroviários conduzidos pela Valec.
- ✦ Revisão das normas da ANTT e modernização da regulação.
- ✦ Avaliação comparada entre MP 1.065/2021 e PLS 261/2018.
- ✦ Impactos das propostas de reforma tributária.



39. Alexandre Porto, então diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), explicou o andamento de projetos ferroviários no dia 02/03/2021. Andre Kuhn, presidente da Valec, abordou o trabalho da estatal federal e o andamento de projetos conduzidos pela empresa, como as ferrovias de integração Centro-Oeste (Fico) e Oeste-Leste (Fiol) no dia 07/04/2021. Tito Livio Pereira Queiroz e Silva, diretor do Departamento de Política e Planejamento Integrado Ministério da Infraestrutura, deu informações sobre o setor ferroviário no Plano Nacional de Logística (PNL 2035) no dia 04/05/2021. Luiz Henrique Fagundes, coordenador do Grupo de Trabalho do Plano Estadual Ferroviário do Paraná, apresentou o Nova Ferroeste no dia 06/07/2021. Rafael Vitale Rodrigues, diretor geral da ANTT, avaliou perspectivas para o setor ferroviário de cargas no dia 14/09/2021.

# Comitê Aeroportos

## História de dez anos

Empresários e especialistas conduziram discussões para contribuir para a realização de novas concessões federais e estaduais ao setor privado, programas com os quais a Abdib tem contribuído há dez anos

O Comitê Aeroportos da Abdib serviu ao longo de 2021 como bússola para a associação avaliar e se manifestar para órgãos públicos competentes a respeito de questões relevantes para o desenvolvimento do programa de concessões de aeroportos federais para o setor privado. Tem sido assim desde o início do programa, que completou dez anos<sup>40</sup>. A licitação da 7ª rodada, com 16 ativos, está prevista para ser realizada no segundo trimestre de 2022.

Nesse sentido, a partir da constituição de um grupo de trabalho, a Abdib analisou aspectos do edital e dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental

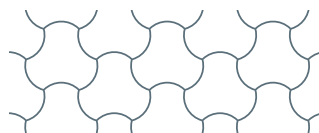
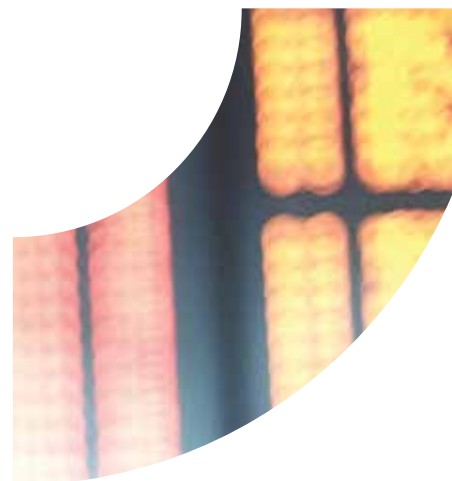
dos ativos da 7ª rodada de concessões de aeroportos federais, avaliação que foi entregue<sup>41</sup> em seguida para autoridades da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Quatro temas foram abordados, sugerindo aperfeiçoamentos: liberdade tarifária, possibilidade de voos internacionais nos aeroportos Congonhas e Santos Dumont, mecanismos de cobertura cambial para financiamento externo e riscos de contratos processos judiciais em curso.

O desenvolvimento de programas de concessões de aeroportos regionais também entrou na pauta dos empresários e especialistas que participam do Comitê Aeroportos da Abdib. Em maio de 2021, o diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), Rodrigo Barata, explicou detalhes da modelagem de concessão de 22 aeroportos regionais de São Paulo. Já em outubro, foi a vez do presidente da Maranhão Parcerias (MAPA), Antonio Nunes, apresentar informações sobre processo de elaboração de estudos do Aeroporto de Barreirinhas lançado pelo Governo do Estado do Maranhão. Já o governador do Piauí, Wellington Dias, acompanhado de Viviane Moura, superintendente de Parcerias e

Concessões, apresentou informações sobre a viabilidade do projeto de PPP do Aeroporto Internacional de Parnaíba.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ✓ Discussões sobre reequilíbrios econômicos e financeiros por efeitos da pandemia nos contratos de concessão aeroportuários.
- ✓ IPTU na infraestrutura.
- ✓ Avaliação sobre estudos referentes às licitações dos aeroportos de Viracopos e São Gonçalo do Amarante.



40. Nas seis primeiras rodadas de concessões federais, 44 aeroportos foram transferidos à iniciativa privada com investimentos de R\$ 20 bilhões previstos. A 7ª rodada concederá 16 aeroportos e prevê R\$ 8,8 bilhões em investimentos.

41. Em 21/07/2021, houve reunião com Ricardo Sampaio, da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Adriano Miranda, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para tratar dos temas estudados pela Abdib. No dia 06/10/2022, houve reunião com Ronei Saggiro Glanzmann, secretário Nacional de Aviação Civil, sobre as contribuições da Abdib.



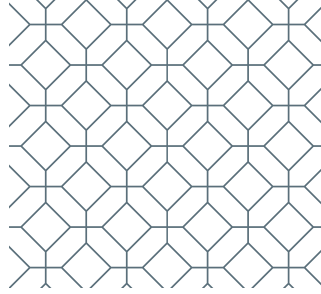
# Comitê Portos

## Maior inserção privada

Iniciados em 2000, os estudos para a privatização das Companhias Docas do governo federal entraram em fase de audiência pública em 2021 – e o Comitê Portos subsidiou a participação da Abdib

Os inéditos processos de desestatização das companhias portuárias federais avançaram em 2021 e o Comitê Portos da Abdib organizou encontros para avaliar as informações publicadas pelo Ministério da Infraestrutura e para participar das audiências públicas. Ainda em janeiro, mais de cem pessoas tomaram parte em videoconferência para conhecer o modelo e os detalhes do projeto de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a concessão dos portos de Vitória e de Barra do Riacho.



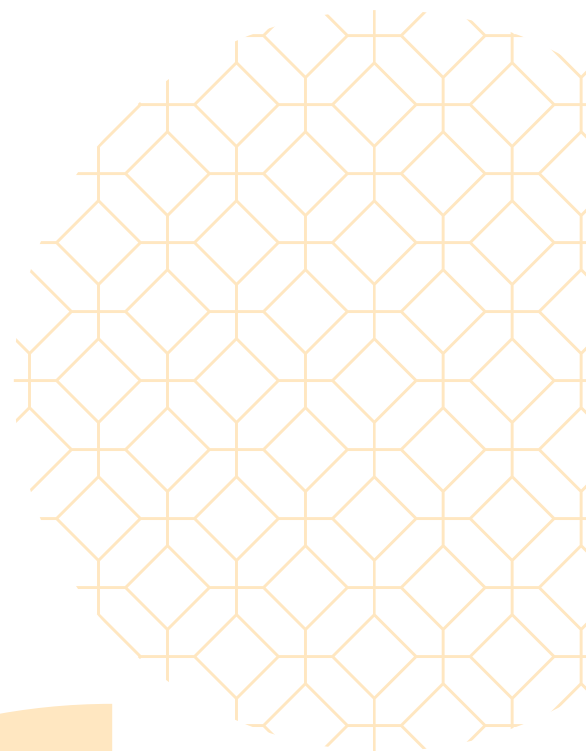
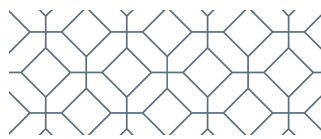


Na ocasião, os empresários e especialistas souberam que a inserção da iniciativa privada na gestão dos portos públicos capixabas prevê alienação de 100% das ações da Codesa e a concessão para um concessionário assumir a função da autoridade portuária por 35 anos. A desestatização no Espírito Santo é considerada estratégica porque, caso bem-sucedida, vai inaugurar a transferência para o setor privado de outros portos públicos, inclusive mais complexos, como Santos.

Os participantes apontaram que o risco a ser evitado é o de abrir espaço para o concessionário do porto concorrer com os operadores dos terminais. Essa ponderação foi feita na contribuição da Abdib na audiência pública<sup>42</sup> sobre o projeto. Os integrantes do Comitê Portos da Abdib indicaram alguns outros pontos para melhoria em temas como o tratamento das relações comerciais com os atuais arrendatários da companhia docas em uma fase de transição, os critérios de escolha dos ocupantes das áreas operacionais, os limites do futuro concessionário e a matriz de alocação de risco.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Debate sobre privatização da Codeba (Companhia das Docas do Estado da Bahia) com a presença de Fábio Lavor Teixeira, diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias do Ministério da Infraestrutura.



42. A Abdib entregou as contribuições em processo de audiência pública aberto pela Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq) em fevereiro de 2021.



# Comitê Mobilidade Urbana

## Solução estrutural

A Autoridade Metropolitana de Transportes é a proposta número 1 do Comitê Mobilidade Urbana da Abdib, que busca criar as bases para a ampliação da participação privada na oferta dos serviços de transporte de passageiros

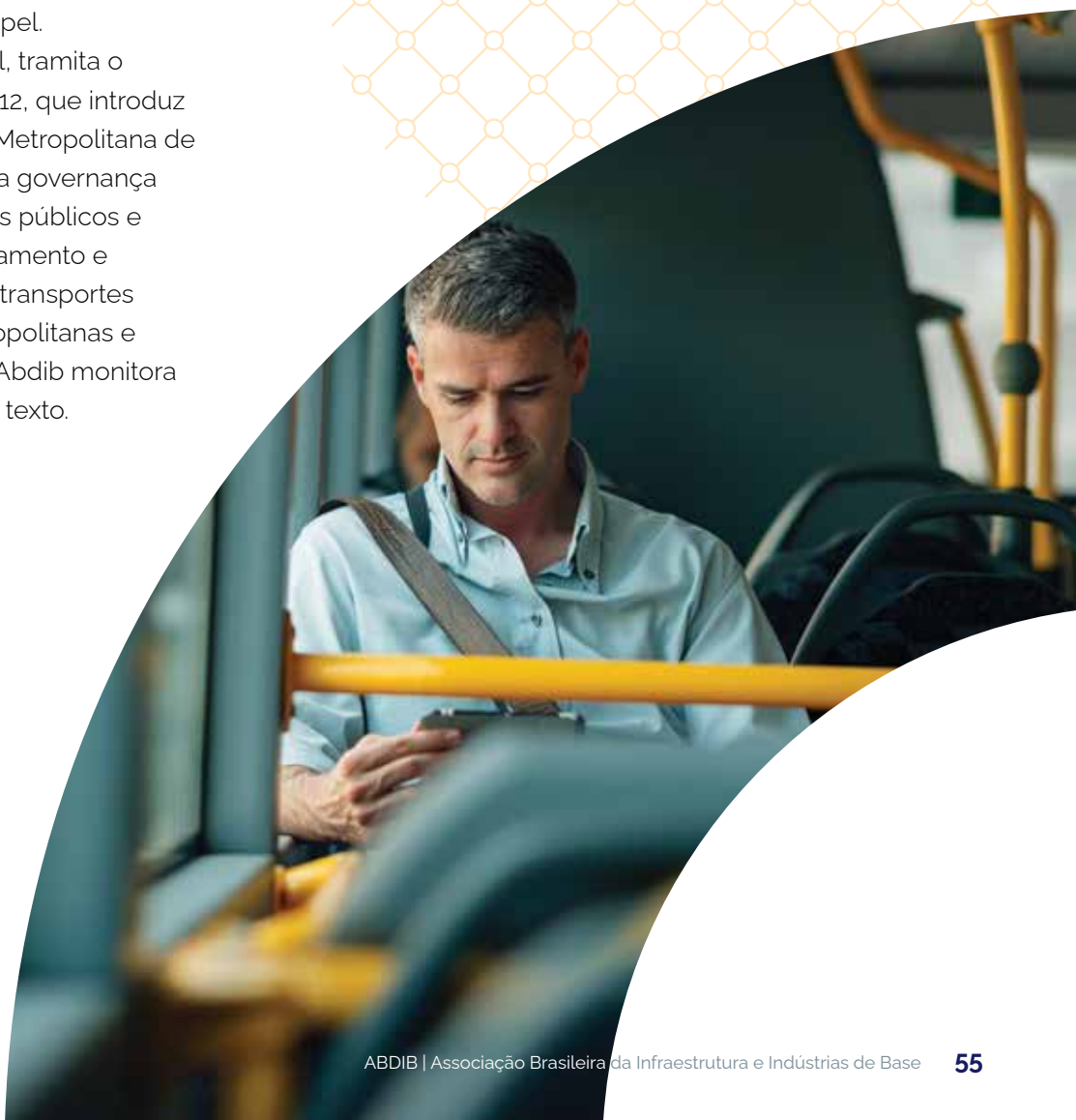
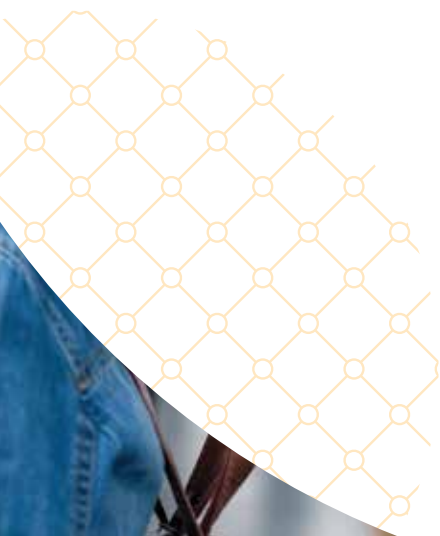
Ao longo de 2021, como em anos anteriores, a pauta número 1 do Comitê Mobilidade Urbana da Abdib foi a proposta de instituir, nas metrópoles e grandes aglomerações urbanas no Brasil, a Autoridade Metropolitana de Transportes. Para buscar essa finalidade, foi retomada a elaboração de um estudo que tem como objetivo oferecer modelos de funcionamento de autoridades metropolitanas para os sistemas de mobilidade urbana no Brasil a partir da análise das melhores práticas internacionais e das necessidades das partes relacionadas locais.



A Autoridade Metropolitana de Transporte é realidade em muitas capitais globais, mas ainda não no Brasil. Ela congrega funções espalhadas em diversos entes públicos e permite mais eficiência no planejamento, expansão do sistema e a operação dos serviços públicos de transporte de passageiros, com mais segurança jurídica e estabilidade regulatória. Por organizar a governança pública, é considerada como um indutor do investimento privado nesta área, cujas competências estão espalhadas pela União, estados e municípios.

Em Londres, por exemplo, a Transport For London (TfL) é o ente com função ampla na gestão da mobilidade urbana. Já em Nova Iorque, a Metropolitan Transportation Authority (MTA) desempenha o mesmo papel.

No Congresso Nacional, tramita o Projeto de Lei PL 4.881/2012, que introduz o conceito da Autoridade Metropolitana de Transporte para organizar a governança entre os governos e órgãos públicos e exercer funções de planejamento e operação dos serviços de transportes públicos em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. A Abdib monitora e defende a aprovação do texto.





## Comitê

# Recursos Hídricos e Saneamento Básico



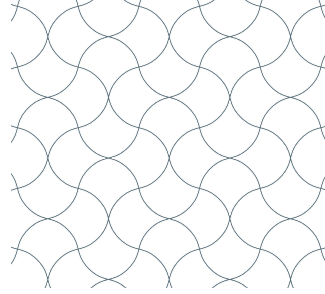
## Mãos à obra

Já regulamentado, o novo marco regulatório do saneamento básico completou um ano e tem ampliado as oportunidades de investimentos. A Abdib tem trabalhado para evitar retrocessos

Em julho de 2021, a Lei 14.026 completou um ano de vigência, já regulamentada. Mas a letra da lei foi apenas o pontapé inicial de uma partida mais longa que tem envolvido a criação de unidades regionais nos estados para a prestação dos serviços de saneamento básico para grupos de municípios, a preparação de estudos e projetos que dinamizem as oportunidades de investimentos para as empresas públicas e privadas e a realização dos investimentos nos prazos determinados. O objetivo, no fim, é garantir a universalização dos serviços.

Por meio das atividades do Comitê Recursos Hídricos e Saneamento Básico, a Abdib atuou em algumas frentes:



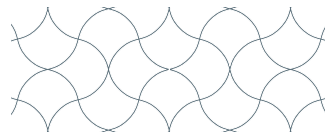


regulamentar a legislação, expandir a compreensão dos agentes públicos e privados para cumprir a nova lei e monitorar questionamentos jurídicos para evitar retrocessos ao modelo recém-criado. Nesse sentido, quando o Decreto 10.710 foi publicado em maio de 2021<sup>43</sup>, a Abdib realizou reuniões com as equipes dos ministérios do Desenvolvimento Regional e da Economia<sup>44</sup> para esclarecer dúvidas e difundir informações entre os operadores – os dois encontros reuniram mais de 150 pessoas no total.

Uma das principais iniciativas conduzidas no ano foi a produção de uma websérie de seis capítulos<sup>45</sup> para esclarecer dúvidas e difundir conhecimento sobre especificidades e impactos na nova legislação, reunindo entre os debatedores autoridades públicas, especialistas jurídicos e lideranças empresariais. Foram abordados temas como a formação de blocos regionais, inovações na regulação, capacidade financeira dos operadores de fazerem os investimentos no montante necessário para cumprir as metas da Lei 14.026/2020, modelagens contratuais, oportunidades para fornecedores de bens e serviços e, por fim, lições aprendidas e desafios envolvendo conflitos judiciais.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Monitoramento e ações em defesa pela preservação de vetos na Lei 14.026/2020 durante apreciação do Congresso Nacional.
- Discussão sobre contribuições das empresas de engenharia para a operação das concessionárias.
- Acompanhamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal contra pilares do novo marco legal.



43. O Decreto 10.710/2021 estabelece a metodologia para que as empresas que prestam serviços de saneamento básico possam comprovar que têm capacidade econômica e financeira de realizarem os investimentos no montante suficiente para cumprirem as metas de universalização do atendimento determinadas na Lei 14.026/2020.
44. Reuniões no dia 9 de junho com equipe do Ministério do Desenvolvimento Regional, liderada pelo secretário nacional de Saneamento, Pedro Maranhão, e no dia 15 de junho com a equipe do Ministério da Economia, conduzida pelo secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura, Gabriel Fiuza.
45. No total, os seis episódios, realizados em conjunto com a Abcon (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), atingiram mais de 8.500 visualizações.

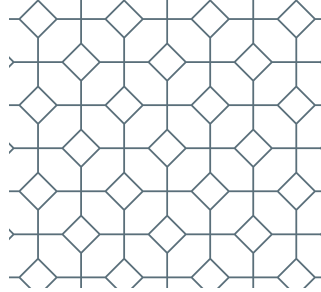
# Comitê Resíduos Sólidos

## A regra agora é clara

Depois de anos de discussões sobre a necessidade de instituir cobrança pelos serviços de resíduos sólidos, há determinação legal regulamentada. O desafio agora é colocar a lei em prática

Quando o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.026/2020, atualizando o marco regulatório do setor de saneamento básico, que envolve avanços na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos além de estratégias para universalizar o acesso aos serviços de água e esgoto, empresários e especialistas que participam do Comitê Resíduos Sólidos da Abdib perceberam avanços<sup>46</sup>, mas também que havia muito trabalho a fazer para erradicar a existência de lixões e descarte irregular de lixo, bem como ampliar a qualidade e o acesso aos serviços.





Para fortalecer a legislação recém-modernizada, os participantes do Comitê Resíduos Sólidos da Abdib apoiaram, com contribuições ao poder público, o processo de regulamentação da nova lei. Além disso, foram oferecidas sugestões, a partir de análises setoriais, nas audiências públicas realizadas para a elaboração da primeira norma de referência regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que recebeu tal competência na Lei 14.026/2020 – o intuito é fortalecer a segurança jurídica por meio de um esforço de padronização da regulação praticada nos entes infranacionais.

A produção de conteúdo de orientação e disseminação de conhecimento manteve-se como diretriz do comitê. Além do tradicional Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU), atualmente na sexta edição e referência para instituições públicas e privadas, as entidades empresariais produziram o documento Guia para a Implementação da Cobrança<sup>47</sup> e a cartilha A Importância do Lixo para a Administração, com orientações para auxiliar na gestão da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Seminário Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável da Indústria de Resíduos Sólidos no Brasil.
- Seminário Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável da Indústria de Resíduos Sólidos no Rio Grande do Sul.
- Seminário Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável da Indústria de Resíduos Sólidos na Bahia.
- Roteiros para o manejo de resíduos sólidos e para a implementação de consórcios.
- Desenvolvimento de programa setorial envolvendo agenda ESG.



46. O atual marco legal reforça que a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços deve ser buscada pela cobrança de tarifas ou taxas dos usuários. Há definições para celebração de contratos a partir da competição. A ANA recebeu a competência de criar normas de referência para entes reguladores infranacionais. As diretrizes foram defendidas e apoiadas pelas empresas e entidades de classe, como a Abdib.
47. O guia busca orientar os municípios brasileiros no cumprimento da legislação e do novo marco legal, sobretudo na instituição da cobrança pelos serviços de manejo de resíduos sólidos, possibilitando a atração de investimentos, fortalecendo as relações público-privadas com segurança jurídica e sustentabilidade econômico-financeira

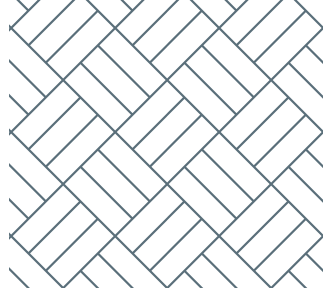
# Comitê Indústria

## Um olhar especial para a desindustrialização

Além de incentivar a criação de políticas de longo prazo para o fomento da produção industrial brasileira, o Comitê Indústria da Abdib acompanhou o processo de abertura comercial e atuou para apoiar a gestão da crise elétrica

Em um ano marcado por interferências nas principais cadeias globais de produção, efeitos ainda da pandemia da Covid-19, o Comitê Indústria da Abdib procurou dialogar com autoridades federais para encaminhar políticas públicas que contribuam para a recuperação e o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional. Com Gustavo Ene, então secretário do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação do Ministério da Economia, a agenda incluiu debater planos para o setor industrial. Houve ainda avaliação das iniciativas governamentais para a redução dos fatores que impactam o custo-Brasil<sup>48</sup>.





Além da interlocução com o poder público, e diante da missão de liderar discussão e formulação de proposta para desenvolvimento de uma política industrial nacional ampla de longo prazo, com o engajamento de outras instituições, o Comitê Indústria aprovou um texto de posicionamento pelo qual a Abdib demonstrou a importância de um país contar com uma base industrial robusta e moderna para conseguir atingir níveis mais avançados de desenvolvimento econômico<sup>49</sup>. A análise incluiu ainda recomendações para estancar e depois ampliar a participação da indústria brasileira no PIB e nas cadeias globais de produção.

Em outro documento<sup>50</sup>, desta vez para contribuir com os esforços do setor público para o enfrentamento da crise elétrica, fruto de índices pluviométricos entre os piores da história, o Comitê Indústria produziu proposta para auxiliar na redução do consumo energético do setor de serviços de abastecimento de água e esgoto, para incentivar a eficiência energética nas plantas industriais a partir de mecanismos tributários e creditícios para renovar equipamentos como motores e inversores de frequência, e impulsionar a implantação de microrredes nas indústrias para integrar recursos energéticos distribuídos.

#### Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- Avaliação da trajetória da indústria brasileira e a atualidade da estratégia industrial.
- Acompanhamento do processo de abertura comercial.



48. Encontro realizado no dia 19/05/2021 com Luca lacona, coordenador geral de Ambiente de Negócios para Indústria da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Comércio Exterior. O impacto do custo Brasil é avaliado em R\$ 1,5 trilhão em gastos adicionais incorridos pelas empresas brasileiras em virtude de disparidades do ambiente de negócios em comparação com a média dos países incluídos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

49. O texto de posicionamento narra o histórico de desenvolvimento da indústria no Brasil e lista razões que demonstram a importância do setor, que sempre foi central para o avanço de diversas nações. Atualmente, a indústria de transformação responde por 11% do PIB, contra 18% do PIB na década de 80. Acesso em <https://www.abdib.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Documento-ind%C3%A9ria.pdf>

50. As propostas do setor industrial para a gestão da crise hídrica foram entregues pela Abdib no dia 30/07/2021 o Ministério de Minas e Energia.



# Planos de Trabalho 2022

## Comitê Financiamento, Riscos e Garantias

### Objetivo

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos, riscos e sugerir estruturas de seguros e garantias (projetos/financiamento) para mitigar os riscos de operação e bancabilidade. O comitê tem como principais pilares de sua atuação: I) implementação do *project finance non recourse*, utilizando a experiência internacional, contribuindo com a Susep, que pretende desregulamentar os seguros de grandes riscos no Brasil; II) ampliar a atratividade de financiamento interno e externo para investimentos em infraestrutura (*equity*) e acompanhar as mudanças na legislação enfatizando a importância do mercado de capitais; III) buscar alternativas para mitigação de riscos não gerenciáveis (riscos políticos, crédito, demanda e variação cambial) e avaliar instrumentos contratuais e extracontratuais (públicos e privados) que possam amenizar as consequências financeiras, econômicas e sociais da materialização destes riscos.

### Plano de ação: Financiamento

- Atuar juntos às instituições oficiais de crédito (BNDES, CEF, BB, BASA, BNB, dentre outras) para definir modalidades e condições de aplicação de recursos para a infraestrutura.
- Atuar junto ao mercado de capitais estabelecendo parceria com as entidades representativas desse mercado como Anbima e B3 para fomento do setor.
- Atuar junto aos investidores institucionais para ampliação de *funding* para projetos de infraestrutura. Exemplo: utilização de debêntures de infraestrutura tratadas no PL 2.646/2020

- Promover a articulação com instituições multilaterais (BID, BIRD, NDB e CAF) para o apoio aos investimentos no setor.
- Cooperar para o estabelecimento de critérios e parâmetros para projetos adequados para o fomento da financiabilidade do setor em linha com os pilares ESG (governança corporativa, ambiental e social) e mercado de carbono.
- Atuar para desenvolver seguros contra riscos não gerenciáveis, dentre eles os riscos de variação cambial para captação de recursos externos, riscos políticos, de demanda e de crédito.

### Plano de ação: Riscos

- Analisar e propor mecanismos contratuais e extracontratuais que possam ser aplicados em projetos de infraestrutura para mitigação dos riscos que possam dificultar a atração de investimentos, dentre os quais destacamos: políticos, crédito, demanda, variação cambial, entre outros.
- Em ação conjunta com o Comitê Engenharia, discutir com mercado segurador melhores práticas para adoção do BIM ou outras ferramentas tecnológicas para gestão e administração contratual.
- Divulgar as vantagens na implementação do conceito de ESG como mecanismos de redução e otimização de riscos e seguros.
- Propor uma estrutura (a exemplo de fundo existente na Inglaterra) para mitigar riscos não gerenciáveis pela iniciativa privada.

### Plano de ação: Garantias

- Implementação *project finance non recourse* ou *limited recourse*: intensificar os debates com bancos de desenvolvimento e agências multilaterais sobre estruturas de seguros e garantias que podem ser utilizadas como alternativa às fianças bancárias *pré-completion*.
- Mudanças na legislação de licitações e concessões: acompanhamento das mudanças na legislação vigente para

orientar associados da Abdib em relação às adaptações necessárias aos novos dispositivos legais previstos no capítulo das garantias, além de compartilhar e colaborar com órgãos de governo e Poder Legislativo com as melhores práticas nacionais e internacionais sobre garantias em licitações.

- Desenvolver canal de comunicação com agências reguladoras com objetivo de melhorar a relação com o mercado segurador, focando na eficiência da execução do seguro garantia.
- Implantar agenda periódica com a Superintendência de Seguros Privados (Susep) com a finalidade de propor melhorias nos contratos de seguros aplicáveis ao *project finance*, dentre eles o seguro garantia.

**Coordenador:** Venilton Tadini (Abdib)

**Coordenador adjunto:** André Dabus (Marsh)

### Comitê Legal e Tributário

#### Objetivo

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da Abdib, bem como aos demais comitês da entidade, em temas coletivos que digam respeito a atividades estratégicas relacionadas à infraestrutura. São duas linhas de atuação. A primeira, prospectiva, visa o desenvolvimento de nova legislação, regulamentos e normas que impactem o setor. A segunda, reativa, visa solucionar problemas enfrentados pelo conjunto de empresas associadas em suas atividades. O comitê também analisa e orienta a diretoria e associados da Abdib sobre o ingresso da entidade como *amicus curiae* e outras medidas judiciais em temas de interesse coletivo da entidade.

#### Plano de ação:

- Acompanhamento dos projetos de lei de interesse dos associados, dentre os quais: BR do Mar para incentivo ao transporte de cabotagem, nova lei de concessões,

implementação e regulamentação da nova lei de licitações e licenciamento ambiental.

- Acompanhamento de editais de concessão e privatização, especialmente da Eletrobras.
- Acompanhamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da ADI 2.946, de 2003, sobre transferência de contratos de concessões e de controle acionário de concessionárias.
- Manter monitoramento sobre temas que o comitê está acompanhando: reforma tributária (PECs e projetos de lei), reforma do Imposto de Renda e tributação de dividendos, bem como incidência de IPTU em imóveis em concessão.
- Estudar a legislação europeia sobre banimento de carbono e consequência para exportadores brasileiros e reflexos da COP26 sobre créditos de carbono.

**Coordenador:** Lauro Celidônio Neto (Mattos Filho Advogados) e Marcio Alabarce (CCR)

### Comitê Desestatização

#### Objetivo

Fomentar a agenda de projetos de desestatização (concessões, PPPs e venda de ativos), inclusive no âmbito subnacional, oferecendo apoio para estruturação de novos projetos, financiamento e relacionamento com as áreas técnicas dos órgãos de controle.

#### Plano de ação:

- Monitorar a agenda legislativa.
- Promover interface com prefeituras para fomentar medidas educativas e mapear pontos de atenção na estruturação dos projetos.
- Convidar representantes de bancos de fomento federais e estaduais para dialogar sobre programas de estruturação de projetos e de apoio financeiro a estes programas.
- Convidar representantes de órgãos multilaterais para apresentação de ações e discussão de práticas referentes a projetos de concessões e PPPs.

## Planos de trabalho 2022

- ✦ Convidar representantes de instituições financeiras para aprimorar medidas de financiamento dos projetos em estruturação (dívida e *equity*), incluindo ações com ênfase em ESG (governança corporativa, social e ambiental), como, por exemplo, *green bonds*.
- ✦ Convidar representantes de agências reguladoras para discutir questões referentes a estruturação de projetos.
- ✦ Convidar representantes da área técnica de órgãos de controle para discutir novos projetos e dificuldades em projetos em execução.
- ✦ Realizar reuniões com outros comitês para alinhar temas setoriais.

**Coordenadores:** Rosane Menezes Lohbauer (Madrona Advogados) e Luiz Claudio S. Campos (EY)

### Comitê Sustentabilidade

#### Objetivo

Identificar, avaliar e apoiar o setor nas soluções dos problemas enfrentados que devem ser encaminhadas às autoridades competentes, considerando os principais gargalos identificados: insegurança jurídica e redução de conflitos judiciais, legislação ambiental, dados ambientais (insuficiência de informações ambientais e de cooperação entre os órgãos competentes), órgãos intervenientes (compensações sem relação com impactos ambientais causados pelo empreendimento, mas sim para suprir carências institucionais não atendidas pelo Estado) e concessões (contribuir nas audiências e consultas públicas). Atuar para prevenir ou reverter a judicialização das disputas ambientais, trazendo as discussões para âmbito técnico proporcionado pela instância de mediação de conflitos. Fomentar o engajamento das empresas do setor de infraestrutura no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e nas práticas ESG (governança corporativa, ambiental e social).

#### Plano de Ação:

- ✦ Acompanhar e participar na discussão dos projetos de lei e das normas infralegais relacionados ao licenciamento ambiental visando preservar os interesses do setor de infraestrutura.
- ✦ Promover a discussão sobre o papel do setor de infraestrutura nas políticas relacionadas às mudanças climáticas e propor encaminhamentos.
- ✦ Acompanhar a discussão sobre a nova norma que substituirá a Resolução 4.327 do Banco Central – Política de Responsabilidade Socioambiental nas Instituições Financeiras – naquilo que afeta o financiamento ao setor de infraestrutura.
- ✦ Contribuir com os demais comitês da Abdib na análise dos termos de referência nas audiências e consultas públicas para as concessões e PPPs de infraestrutura.
- ✦ Estabelecer parcerias com outras instituições não governamentais para buscar soluções técnicas e jurídicas no âmbito da mediação ambiental e na agenda de mudanças climáticas.
- ✦ Estabelecer parcerias com os comitês setoriais e entidades atuantes na área de mudanças climáticas e economia do baixo carbono na avaliação das potencialidades e principais tecnologias voltadas para a sustentabilidade ambiental do setor de infraestrutura.
- ✦ Discutir os principais avanços e potenciais entraves para o setor de infraestrutura no Brasil na agenda do clima, inclusive na discussão sobre mercado de carbono.
- ✦ Promover a discussão da agenda ESG (governança corporativa, social e ambiental) das empresas do setor de infraestrutura.

**Coordenadoras:** Marilene Ramos (Norte Energia)

**Coordenadora adjunta:** Cosette Xavier (Naturis)

## Comitê Inovação

### Objetivo

Desenhar e implementar um *hub* digital de inovação aberta da Abdib para a infraestrutura (Digital Hub Infra Tech Abdib) para liderar a transformação dos diversos setores da infraestrutura com foco na gestão, modelo de negócios e uso de tecnologias (*data & analytics*, inteligência artificial, internet das coisas e robotização) objetivando aumentar significativamente a eficiência e a sustentabilidade na construção, no financiamento, na operação e na manutenção dos ativos, visando reduzir o déficit nacional de infraestrutura e aumentar a qualidade, segurança e a sustentabilidade dos serviços resultantes desses ativos.

### Plano de Ação:

- Criar um centro de inovação de infraestrutura (Infra Tech) na Abdib.
- Discutir estratégias e ações de inovação para aumentar a produtividade, a segurança, a qualidade e a sustentabilidade da operação dos serviços de infraestrutura.
- Elaborar proposições de melhoria na regulação existente para acelerar a utilização de soluções inovadoras na implantação, operação e manutenção de infraestrutura.
- Firmar parceria com um ecossistema de *startups* de inovação aberta com alcance nacional e internacional.
- Desenhar e implementar uma plataforma Digital Hub Infra Tech com o parceiro.
- Realizar reuniões mensais por meio da plataforma do Digital Hub Infra Tech para discutir soluções inovadoras para os desafios nos diversos setores de Infraestrutura.
- Realizar um encontro anual do Digital Hub Infra Tech.

**Coordenador:** Mauricio Endo (KPMG)

## Comitê Engenharia

### Objetivo

Priorizar e disseminar informações relevantes sobre as melhores práticas de engenharia, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e engenharia. Através do compartilhamento da experiência e conhecimento de agentes relevantes do segmento de engenharia consultiva, e de forma imparcial e institucional, proporcionar compartilhamento de conhecimento, melhores práticas, lições aprendidas e modelos de gestão e engenharia de projetos, buscando promover o debate, melhor conhecimento e integração dos serviços com os diversos setores da indústria e com os demais comitês matriciais da Abdib.

### Plano de ação:

- Realizar um *workshop* no primeiro semestre sobre gestão de riscos - principais fatores de risco em empreendimentos de infraestrutura, ações mitigadoras, prevenção e resolução de conflitos
- Realizar dois *workshops* no segundo semestre sobre atração e desenvolvimento de talentos no setor de engenharia e construção

**Coordenador:** Mauro Viegas Neto  
(Concremat)

**Coordenador adjunto:** José Carlos Valsecchi  
(Arcadis Logos)

## Comitê Relações Internacionais

### Objetivo

Avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

### Plano de ação:

- Acompanhar e discutir temas que impactam a competitividade do comércio exterior e

## Planos de trabalho 2022

inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

- ✦ Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- ✦ Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- ✦ Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como BRICS, Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros.

**Plano de ação:** Daniel Godinho (WEG)

### Comitê Estratégico do Setor Elétrico

#### Objetivo

Para 2022 o comitê propõe a continuidade das discussões da agenda regulatória do setor elétrico, análise do impacto e propostas de melhorias, promovendo as adequações necessárias e atuando com a administração pública, instituições e agentes setoriais.

#### Plano de ação:

- ✦ Propor, atuar e participar, com autoridades do setor, das discussões sobre as novas fontes de energia (matriz de energia em transformação).
- ✦ Acompanhar e propor sobre questões abordadas no Plano Nacional de Energia (PNE 2050), dando continuidade às discussões sobre o futuro do setor de energia.
- ✦ Aprofundar, propor e estruturar os critérios de sustentabilidade nas operações do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).
- ✦ Acompanhar e propor as condições para implantação de redes inteligentes de energia no Brasil.
- ✦ Acompanhar e atuar nos temas da agenda

regulatória que possuam efeitos sistêmicos e estruturantes, com destaque para reavaliação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), prorrogação das concessões e medidas de segurança do mercado.

- ✦ Acompanhar e propor ações que mantenham as regras gerais de equilíbrio dos contratos de concessão, dando continuidade às discussões relacionadas aos eventos extraordinários, como a pandemia da Covid-19 e a crise hídrica.
- ✦ Atuar em prol da modernização do setor elétrico nos processos regulatórios e legislativos, notadamente os PL 414/2021 e PL 1.917/2015, bem como o estabelecimento das condições de sustentabilidade para a abertura de mercado.
- ✦ Atuar para a redução dos subsídios setoriais, com prazos, transição e alocação de custos adequados à cadeia do setor e ao consumidor, com discussões sobre geração distribuída previstas na regulação e no Poder Legislativo.
- ✦ Acompanhar e propor ações para integração entre setores correlatos, com benefícios integrados.
- ✦ Acompanhar e propor ações para inserção de novas tecnologias integradas, com destaque para a mobilidade elétrica, armazenamento de energia, novas fontes e visão integrada com foco no cliente.

**Coordenador:** Luiz Otávio Assis Henrique (EDP)

### Comitê Geração de Energia

#### Objetivo

Apoiar a Abdib com análises e propostas para interlocução com agentes públicos e privados para a construção de um ambiente favorável ao investimento que garanta segurança no suprimento elétrico a partir do aproveitamento das mais variadas fontes energéticas disponíveis no Brasil, com sustentabilidade financeira, ambiental e segurança jurídica.

### Plano de ação:

- Contribuir para adequada aplicação das novas medidas do marco legal do setor elétrico, inclusive com proposições de regulamentação.
- Acompanhar o monitoramento do risco hidrológico e promover interações com representantes dos agentes para proposição de contribuições.
- Contribuir para a retomada da expansão hidrelétrica considerando a necessidade de superação das restrições socioambientais, em particular as de sustentabilidade na Amazônia e de questão indígena.
- Apoiar a expansão de fontes renováveis de geração de energia, buscando sua complementariedade com outras fontes de geração de energia.
- Estimular e apoiar a valoração de atributos de capacidade de geração de usinas hidrelétricas para viabilização do aproveitamento de potencial remanescente (por instalação de unidades geradoras complementares ou por repotenciação).
- Discutir e propor condições regulatórias para a valoração de energia de reserva de capacidade por soluções híbridas, de térmicas de partida rápida, hidrelétricas reversíveis, armazenamento de energia e uso de hidrogênio.
- Contribuir para a expansão da geração térmica a gás a partir da Lei 14.182/2021.
- Apoiar e contribuir para a efetivação do processo de capitalização da Eletrobras, buscando o entendimento e oportunidades de suas consequências.

**Coordenador:** Flávio Dutra Doehler (Abdib)

### Comitê Transmissão de Energia

#### Objetivo

Identificar, propor e apoiar medidas que atraiam investimentos e garantam a rentabilidade adequada para setor de

transmissão de energia, bem como adequada qualidade de serviço.

### Plano de ação:

- Aprimorar e consolidar o modelo regulatório. Contribuir para a agenda regulatória do setor de transmissão de energia elétrica visando aprimoramento e consolidação, atuando no sentido de influenciar e promover amplo debate para que o setor se torne cada vez mais atrativo, eficiente e estável do ponto de vista de respeito aos contratos e previsibilidade regulatória.
- Apoiar a transição energética. O especial momento de forte transição energética no sistema elétrico nacional, decorrente de processos de descarbonização e de maciça utilização de novas fontes de geração distribuída, impõe uma reavaliação das funções e dos recursos tecnológicos aplicáveis ao setor de transmissão de energia. O objetivo é buscar influenciar o processo de modernização do setor de transmissão, explorando novas soluções e promovendo debates que propiciem a seleção de técnicas e das melhores práticas observadas internacionalmente.
- Buscar a competitividade e liberdade econômica. A forte expansão e modernização do sistema de transmissão exige uma cadeia de fornecimento pujante e competitiva, com condições e prazos de fornecimento compatíveis com cronogramas dos empreendimentos. Nesse sentido, a meta é atuar junto aos órgãos de governo, associações de fornecedores e fabricantes de forma a garantir os insumos necessários para a efetivação dos programas de expansão e modernização da transmissão, sempre privilegiando princípios de liberdade econômica vigentes.
- Manter diálogo com instituições do setor elétrico. É fundamental o papel da entidade no estabelecimento de canal de diálogo permanente com diversas entidades do setor, em especial MME, EPE, ONS e ANEEL, além de outras esferas governamentais.

**Coordenador:** Carlos Adolfo de Souza Pereira (Abdib)

## Planos de trabalho 2022

### Comitê Iluminação Pública

#### Objetivo

Avaliar, propor e promover soluções e recomendações visando a modernização da iluminação pública e outras funcionalidades associadas nos municípios brasileiros, particularmente incentivando a adoção de PPPs em iluminação pública.

#### Plano de ação:

- Propor e executar ações para a plena implantação da Resolução Aneel 888/2020, em especial para os municípios afetados por decisão judicial que suspendeu a aplicação desta norma.
- Desenvolver e aprofundar propostas para incorporar e viabilizar, de forma consistente e sustentável, soluções de cidades inteligentes como receitas acessórias nos contratos de PPPs de iluminação pública, inclusive no que concerne à modelagem dos projetos e a eventuais dispositivos que inibam propostas irrealistas nas licitações.
- Desenvolver iniciativas para a viabilização de propostas de nova regulamentação sobre usos permitidos pela COSIP, buscando sua ampliação, inclusive exercendo ações de influência para a implementação, por meio de instrumentos juridicamente sólidos.
- Incrementar ações de promoção e divulgação das PPPs de iluminação pública como modelos eficientes, modernos e sustentáveis para o desenvolvimento de parques de iluminação pública nos municípios brasileiros, com consequentes benefícios adjacentes em políticas públicas de segurança pública e de bem-estar ao cidadão.

**Coordenador:** Miguel Noronha (BMPI)

### Comitê Petróleo e Gás Natural

#### Objetivo

Apresentar e apoiar propostas que permitam o desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural no Brasil e promovam projetos de infraestrutura e oportunidades de negócio para empresas fornecedoras de bens e serviços.

#### Plano de ação:

- Na área de gás natural, apoiar e defender a revisão de instrumentos legais e regulatórios que versem sobre o mercado de gás canalizado nos estados, incentivando que as regras locais se tornem aderentes aos princípios da Nova Lei do Gás (Lei 14.134/2021), assegurando o aumento da segurança jurídica do segmento, essencial para atração de investimentos, aumento da competição, diversidade de agentes e preços competitivos para indústria e demais usuários.
- Apoiar e incentivar iniciativas e políticas públicas que permitam o avanço de soluções multimodais de transporte de gás natural, especialmente o transporte rodoviário de gás natural liquefeito (GNL) em pequena escala e sua integração com reservas domésticas e terminais de importação do insumo.
- Na área *onshore*, apoiar os esforços do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate) para induzir a entrada de pequenas e médias empresas no *upstream* brasileiro. Estimular a exploração de bacias terrestres de nova fronteira. Apoiar o plano de desinvestimentos de ativos *onshore* da Petrobras e a cessão de direitos dos campos maduros, de baixo potencial de produção e riscos reduzidos.
- Na área de recursos não convencionais, fomentar a exploração desses recursos no país por meio de iniciativas próprias e do apoio às ações do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e outras

entidades representativas do setor, como Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro).

- Trabalhar pelo aprimoramento da política de conteúdo local, apoiando a criação e a implementação de mecanismos de incentivo e bonificação, a exemplo do Pedefor. Incentivar que agentes com exposição a penalidades que venham a celebrar termos de ajustamento de conduta (Resolução ANP 848/2021) incorporem projetos de reinvestimento nos planos.
- Na área de midstream, defender que o desenvolvimento da infraestrutura de escoamento de gás natural seja adequadamente estimulado e incorporado no planejamento estatal, gerando oportunidade de investimentos para agentes privados. O aumento na oferta do insumo poderá estimular diversos segmentos produtivos.
- No *downstream*, trabalhar pela manutenção de mecanismo de mercado estável para o reajuste de preço dos derivados, condição necessária à construção de novas unidades de refino privadas no Brasil. Estímulo à política de desinvestimento da Petrobras, que prevê a venda de parte de suas refinarias.
- Apoiar a harmonização das legislações e regulamentações estaduais ao novo marco regulatório do gás federal (Lei 14.134/2021) para adoção de boas práticas internacionais, atração de investimentos; aumento da competição; diversidade de agentes; maior dinamismo e acesso à informação; participação ativa dos agentes do setor e respeito aos contratos firmados. O compartilhamento de melhores práticas entre o regulador federal e agências estaduais, com foco na capacitação técnica e baseado nas melhores práticas regulatórias, é ponto relevante.

**Coordenador:** Marcos Cintra (Eneva)

## Comitê Rodovias

### Objetivo

Monitorar informações, avaliar os impactos e propor soluções com o objetivo de aumentar os investimentos no setor de rodovias por meio das concessões em parceria com o setor privado e por investimentos públicos. Analisar os temas regulatórios mais relevantes e os impactos da modelagem e da estruturação dos projetos de concessão em fase de consulta pública. Além disso, apoiar interlocução com representantes dos órgãos públicos setoriais, em âmbito federal e estadual.

### Plano de ação:

- Acompanhar e sugerir aprimoramentos regulatórios que possam contribuir com a evolução do setor de concessões de rodovias. Contribuir para a construção dos Regulamento de Concessões Rodoviárias (RCR) do âmbito federal. Acompanhar os diálogos de implementação do sistema *free flow* em rodovias.
- Incrementar discussões sobre a governança e segurança jurídica no âmbito estadual, de modo a incentivar a criação de entidades reguladoras, bem como a revisão e a consolidação de normas, com objetivo de obter maior efetividade dos programas de concessões de rodovias estaduais. Incrementar a governança das agências já existentes.
- Acompanhar e contribuir com diálogo transparente e técnico para projetos de lei e de regulamentação que impactam o setor de rodovias.
- Ampliar a interação com órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU), para discussão da matriz de risco dos contratos de concessão.
- Acompanhar as concessões rodoviárias em dificuldades financeiras e regulatórias (especialmente processos de reequilíbrio econômico e financeiro), bem como

## Planos de trabalho 2022

discutir os temas relacionados ao equilíbrio contratual.

- Ampliar o diálogo para incentivar a realização de investimentos públicos nas rodovias não concedidas, com foco em mecanismos de financiamento público e vinculação de receitas/outorgas.
- Explorar os modelos de concessões estaduais, buscando interação com agentes públicos de todos os estados.
- Ampliar o diálogo técnico e qualificado por meio de realização de eventos (seminários, cursos, ciclos de debates) com a academia, mídia, mercado e poder público, avaliando o desenvolvimento de produção científica.
- Contribuir nas discussões sobre o planejamento de médio e longo prazos para o setor, incluindo programas de inovação. Contribuir para um modelo de *sandbox* regulatório da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

**Coordenador:** Gustavo Barreto (CCR)

**Coordenador adjunto:** Luis Baeta (Aroeira Salles Advogados)

### Comitê Ferrovias

#### Objetivo

Avaliar e propor ações e recomendações com vistas a ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes do país, bem como sugerir ações que resultem em investimentos na malha existente (por meio da prorrogação dos contratos em vigor) e em ampliação da malha (com novas concessões), sempre com intuito de trazer maior eficiência ao setor de transporte, reduzir custos logísticos e fomentar o setor produtivo.

#### Plano de ação:

- Colaborar para prorrogar a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) até 31/12/2025, medida

importante para concretizar a política de infraestrutura de transportes na qual estão previstos investimentos com renovações das concessões ferroviárias, com novas ferrovias e com leilões de terminais portuários.

- Endereçar solução para cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre bens públicos arrendados da União.
- Contribuir na implantação das propostas para modernização da regulação do setor ferroviário.
- Apoiar a realização de evento jurídico e regulatório do setor ferroviário envolvendo setores público e privado para fomentar o setor.
- Acompanhar e apoiar os processos ligados à renovação de concessões ferroviárias nas ações dos órgãos públicos de transportes e do Tribunal de Contas da União (TCU).
- Acompanhar e apoiar ações sobre o novo marco regulatório do setor ferroviário (PLS 261/2018 e MP 1.065/2021) para garantir o tratamento mais adequado em questões relevantes para os investimentos, considerando pontos já contemplados, pontos relevantes ainda não contemplados e rejeição de pontos prejudiciais aos investimentos e ao modelo regulatório.
- Acompanhar e participar de discussões legislativas para garantir que as faixas não edificáveis contíguas às faixas de domínio público de ferrovias não sejam reduzidas.
- Atuar na reforma tributária para assegurar que seja benéfica ou neutra para o setor.

**Coordenador:** Júlio Fontana (Rumo)

**Coordenador adjunto:** Fernando Paes (ANTF)

### Comitê Aeroportos

#### Objetivo

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.

### Plano de ação:

- Discutir os impactos da pandemia sobre o setor aéreo e aeroportuário, bem como temas relativos à segurança sanitária e à confiança dos passageiros.
- Acompanhar os leilões da 7ª rodada de concessões federais e contribuir na formatação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) de concessão de aeroportos, inclusive estaduais, e de venda de participações da Infraero.
- Acompanhar as relitações dos aeroportos Viracopos (SP) e ASGA (RN), pelo precedente importante para o setor aeroportuário.
- Contribuir nos temas da agenda regulatória da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), bem como para discussões sobre cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
- Acompanhar os processos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, visando aperfeiçoar a regulação dos pleitos de recomposição em concessões do setor.

**Coordenador:** Marcelo Allain (BR Infra Group)

### Comitê Portos

#### Objetivo

Promover iniciativas voltadas ao incremento dos investimentos na expansão da infraestrutura de portos, terminais e hidrovias e à melhoria do ambiente regulatório e de interação com órgãos de controle.

#### Plano de ação:

- Acompanhar o programa de privatização de autoridades portuárias, incentivando seu debate público e democrático
- Apoiar o aumento da segurança jurídica, a diminuição da burocracia e o alinhamento entre órgãos de controle para realização de investimentos em portos, terminais e hidrovias

- Acompanhamento e participação nas discussões da agenda regulatória da Agência Nacional Transportes Aquaviários (Antaq).

**Coordenador:** Décio Amaral (Ultracargo)

**Coordenador adjunto:** José Augusto de Castro (TozziniFreire Advogados)

### Comitê Mobilidade Urbana

#### Objetivo

Manter a Abdib como interlocutora com competência reconhecida para discussão de questões vinculadas à mobilidade urbana, em particular nos grandes centros metropolitanos, inclusive apoiando ações destinadas à implantação de mecanismos de gestão como a criação de Autoridades de Metropolitana de Transportes (AMT) e legislações específicas à mobilidade.

#### Plano de ação:

- Concluir o estudo de *benchmarking* buscando desenvolver modelo de Autoridade Metropolitana de Transportes que possa ser implementado em regiões metropolitanas acima de 1 milhão de habitantes, bem como identificar arcabouço legal e institucional existente ou a ser desenvolvido que possa viabilizar a criação do modelo de AMT escolhido, e identificar potencial região metropolitana para desenvolver um projeto piloto.
- Identificar principais fatores que, além da inexistência de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, dificultam o desenvolvimento da mobilidade urbana, desenvolvendo propostas que possam ser apresentadas e discutidas com autoridades públicas e representantes do setor privado.
- Identificar estruturas de financiamento e garantias para projetos de mobilidade urbana.

**Coordenadores:** Flavio Borges Carvalho (CCR) e Roberto Labarthe (CCR)

## Planos de trabalho 2022

### Comitê Recursos Hídricos e Saneamento Básico

#### Objetivo

Monitorar e subsidiar o desenvolvimento das ações decorrentes do novo marco legal do saneamento.

#### Plano de ação:

- Avaliar os resultados da aplicação do Decreto 1.0710/21, focando nos desdobramentos para o mercado e a universalização dos serviços.
- Acompanhar o processo de edição de normas de referência para regulação setorial, conduzido pela Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA).
- Debater sobre modelagens para concessões, PPPs e eventuais privatizações, vinculadas ao acompanhamento de licitações correspondentes.
- Realização de seminários em articulação com associações de classe representativas do setor de saneamento básico.
- Examinar alternativas de financiamento para universalização, notadamente via mercado de capitais.
- Construir e encaminhar proposta sobre decreto regulamentador da Lei 14.026/2020.

**Coordenador:** Rogério Tavares (Aegea)

**Coordenador adjunto:** Daniel Keller (Una Partners)

### Comitê Resíduos Sólidos

#### Objetivo

Oferecer sugestões de ações e propostas para os problemas e entraves enfrentados pelo setor, que podem e devem ser encaminhadas às autoridades e discutidos com a sociedade de forma a retratar as necessidades setoriais. Dentre os temas que são objeto do comitê estão a garantia da sustentabilidade econômico-financeira, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da governança pública e a

busca de uma maior segurança jurídica para a atividade empresarial no setor de resíduos sólidos.

#### Plano de ação:

- Dar continuidade ao plano de ações feito a partir do planejamento de comunicação do setor de resíduos sólidos promovendo eventos, como o realizado em maio de 2021 em Brasília, em outros estados brasileiros e fomentando parcerias com diversos segmentos da sociedade.
- Divulgar e elaborar as edições do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) apontando a importância da arrecadação específica para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em linha com o novo marco legal do saneamento e com o atingimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para gestão e manejo de resíduos sólidos assumidas pelo governo brasileiro, permitindo a erradicação de cerca de 3.000 lixões.
- Difundir o Guia para a Implementação da Cobrança e o Guia A Importância do Lixo para a Administração – Prioridades e Urgências sobre cobrança tarifa/taxa dos serviços para o desenvolvimento sustentável de resíduos sólidos nas cidades, implementando a figura do usuário pagador (poluidor-pagador).
- Acompanhar os projetos de lei que impactam o setor, que tratam de temas como insalubridade na atividade profissional de limpeza, proteção da trabalhadora gestante ou lactante, regulamentação do marco regulatório do saneamento básico e regras para contratação pública.
- Avançar na governança do Pacto Setorial de Integridade de Limpeza Urbana, Resíduos Sólidos e Efluentes por meio das entidades de classe do setor em parceria com o Instituto Brasileiro de Autorregulação do Setor da Infraestrutura (Ibric).
- Acompanhar os julgamentos do Supremo Tribunal Federal STF (embargos de

declaração da decisão do STF que impediu a implantação e operação de aterros sanitários em áreas de proteção permanente) e manifestações por *amicus curiae* (julgamento de recurso contra a cobrança de tarifa por concessionária de serviços de limpeza urbana na cidade de Joinville-SC).

- Monitorar a atual situação do MTR eletrônico (Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos) nos diferentes estados já implantados e a situação da implantação em novos estados fortalecendo a parceria na gestão do SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos.
- Fortalecer o mercado global de créditos de carbono, continuando o Brasil na condição de gerador/vendedor para atender às demandas de compensação no Brasil e em outros países, por meio dos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL).

**Coordenador:** Carlos Villa (Solvi)

### Comitê Indústria

#### Objetivo

Apoiar o Brasil na recuperação da indústria por meio de contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas e um ambiente econômico mais favorável aos investimentos em setores com grande potencial de inovação. A finalidade é aumentar a competitividade e a produtividade do país e, conseqüentemente, acelerar a taxa do crescimento econômico e social do país à luz das experiências internacionais bem-sucedidas.

#### Plano de ação:

- Fomentar e debater modelos de negócios nacionais e internacionais de indústria 4.0, 5G, internet das coisas (IoT), cidades inteligentes aplicáveis ao Brasil com foco em melhoria de eficiência e produtividade.

- Liderar uma discussão para o desenvolvimento de uma política industrial nacional ampla de longo prazo, com o engajamento de outras instituições, visando o protagonismo do empresariado na formulação de proposta.
- Promover debates para definição de uma política pública de comércio exterior visando uma maior integração produtiva do setor industrial brasileiro.
- Colaborar com a reforma tributária para favorecer a agenda do desenvolvimento industrial a fim de acelerar a remoção de obstáculos e avançar no crescimento.
- Liderar a discussão para o fomento de investimentos em infraestrutura junto a outras instituições e à luz das tendências mundiais, tendo como base um estudo sobre impactos e benefícios gerados pelos investimentos para a competitividade, produtividade, melhoria de qualidade e soluções produto-serviço via digitalização dos setores industriais brasileiros.
- Aprofundar o entendimento dos gargalos da infraestrutura na ótica dos estados e apoiar os governos estaduais na busca de soluções para destravar os investimentos e garantir a implantação de tecnologias modernas (infraestrutura 4.0, políticas de curto prazo de 5G, fundos de pesquisa e desenvolvimento, cidades inteligentes, segurança cibernética para infraestrutura crítica, mobilidade elétrica).
- Auxiliar a indústria para recuperação dos investimentos e o incentivo à capacitação da mão de obra técnica a fim de viabilizar a estratégia nacional.
- Apoiar a expansão de linhas governamentais para projetos de fomento a novas tecnologias e inovações.

**Coordenador:** Luis Mosquera (Siemens)

# Encontros e Debates



## **Diogo Piloni**

**Ministério da Infraestrutura**

**19 de janeiro.**

Mais de cem pessoas participaram de encontro para conhecerem o modelo e os detalhes do projeto de desestatização dos Portos de Vitória e de Barra do Riacho, administrados pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). A inserção da iniciativa privada ocorrerá por meio da alienação de 100% das ações da Codesa aliada à concessão para um concessionário atuar assumir a função da autoridade portuária por 35 anos. As explicações foram dadas pelo secretário nacional de Portos acompanhado por Cleverson Aroeira, superintendente de Estruturação de Parcerias, e Gabriel Ervilha, chefe do Departamento de Relações com Investidores do BNDES.



## **Diogo Mac Cord**

**Ministério da Economia**

**24 de fevereiro.**

No Conselho Consultivo da Abdib, o secretário especial de Desestatização explicou a situação do programa federal de privatização. As prioridades são Eletrobras e Correios, mas há ainda ativos nas áreas de mobilidade urbana (CBTU e Trensurb) e portos (Docas do Espírito Santos e Santos). Os empresários presentes elogiaram a condução dos trabalhos e mostraram interesse em conhecer as próximas etapas de cada projeto de desestatização para analisar os modelos de negócios. Mac Cord também explicou sobre a venda de R\$ 1 bilhão em imóveis e terrenos da União. O objetivo é que o setor privado promova desenvolvimento imobiliário em várias regiões do país.



### **Petronio Cançado**

**BNDES**

**01 de março.**

Em reunião do Comitê de Financiamento, Riscos e Garantias da Abdib, o

diretor de Crédito e Garantia apontou que o ano de 2021 pode ser um marco para financiar investimentos na modalidade *project finance non recourse*. O banco quer a presença de outras instituições financeiras no compartilhamento de empréstimos e garantias, tomar mais risco individualmente e incorporar seguros entre as opções para mitigar riscos. Uma nova política permite dispensar garantias corporativas, fiança bancária e apólices de seguro para projetos selecionados, com limite de R\$ 500 milhões. O banco também estuda mecanismos para não segurar garantias para 100% das operações.



### **Gustavo Ene**

**Ministério da Economia**

**02 de março.** No Comitê Indústria, empresários dialogaram com o então secretário do

Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, que disse que a missão da pasta é remover barreiras para os negócios e que há atuação especial para micro e pequenas empresas por ser um grupo que contempla 98% das firmas brasileiras e onde a produtividade é menor. Ao responder questões, Ene explicou que as políticas industriais mais recentes no Brasil consumiram muitos recursos fiscais como medidas compensatórias, o que considera um erro. Agora, a atuação está voltada menos para criar novas políticas setoriais e mais para atacar problemas horizontais.



### **Alexandre Porto**

**Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**

**02 de março.** No Comitê Ferrovias da Abdib, o então diretor-geral da ANTT

apresentou o estágio de evolução dos projetos ferroviários em andamento – tanto prorrogações antecipadas quanto novos segmentos de vias férreas – e as iniciativas da agenda regulatória da agência. Porto lembrou que o processo de prorrogação das concessões, inaugurado com a Malha Paulista, aperfeiçoa os contratos, principalmente com melhor alocação de riscos. Ele também enalteceu a confirmação da legalidade e das vantagens do instrumento do investimento cruzado. Outro benefício é o desenvolvimento de projetos executivos para todas as intervenções planejadas pelas concessionárias.



### **Sandoval Feitosa**

**Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)**

**04 de março.** Para apoiar o planejamento do setor privado, tanto nos

investimentos quanto no fornecimento de equipamentos, o diretor da Aneel indicou que a agência prepara dois leilões em 2021 para o setor de transmissão. Em 2020, devido à pandemia, apenas um certame foi realizado. O primeiro prevê 5 lotes somando 515 km de linhas de transmissão e investimentos estimados em R\$ 1,3 bilhão. O segundo, no fim do ano, pode incentivar aportes entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões, o que criou perspectiva positiva entre os participantes da reunião do Comitê Transmissão de Energia da Abdib. Feitosa explicou que foi uma estratégia vitoriosa o fatiamento dos lotes em escopos menores.

## Encontros e debates



### **Marcelo Costa Ferreira**

**Caixa**

**18 de março.** O banco federal, que tem apoiado fortemente a elaboração de projetos para PPPs de

iluminação pública, apresentou perspectivas de desenvolvimento de novos projetos para empresários do Comitê Iluminação Pública da Abdiib. A carteira total de projetos da Caixa somava 39 projetos envolvendo 65 municípios (alguns em consórcios) em setores como saneamento básico, iluminação pública e resíduos sólidos, beneficiando mais de 15 milhões de habitantes. O executivo disse que a Caixa elabora estudos para licitar alguns projetos em consórcios e prioriza bastante a capacitação dos gestores públicos, preparando-os para a gestão dos contratos ao longo do prazo da PPP.



### **André Pepitone**

**Agência Nacional de Energia**

**Elétrica (Aneel)**

**08 de abril.** No Comitê Iluminação Pública, o diretor-geral analisou

a perspectiva de implementação da Resolução 888/2020, que modernizou procedimentos que regulam a interface entre distribuidoras de energia e parques de iluminação pública dos municípios diante de um cenário no qual alguns dispositivos da nova norma foram suspensos por decisão judicial – as distribuidoras contestam a gratuidade imposta para arrecadar a contribuição setorial que custeia a iluminação. Foi explicado que a metodologia de custos operacionais da Aneel para a distribuição de energia já contempla na tarifa gastos diversos como sistemas, leitura e arrecadação bancária e tributária.



### **André Freire**

**Agência Nacional de Transportes**

**Terrestres (ANTT)**

**26 de março.** No Comitê Rodovias, o superintendente de Infraestrutura

Rodoviária abordou o Regulamento das Concessões Rodoviárias (RCR), novo sistema normativo que será composto por diversas resoluções. O RCR significará uma reforma regulatória necessária na medida em que há discrepâncias entre os contratos de concessão vigentes, assinados ao longo de diversas etapas. Há incentivos inadequados, profusão normativa, rigidez contratual e complexidade contratual – um contrato costuma ter 150 páginas. O RCR pretende transferir para resoluções as normas que forem horizontais, fazendo com que futuras mudanças normativas sejam aplicáveis em todas as concessões.



### **André Kuhn**

**Valec**

**07 de abril.** No Comitê Ferrovias, o presidente da estatal ferroviária apresentou detalhes

dos projetos em andamento – ferrovias de integração Centro-Oeste (Fico) e Oeste-Leste (Fiol) – e discorreu sobre o futuro da empresa. Kuhn também explicou sobre as ações do poder público para dar solução para a concessão da Transnordestina, empreendimento que o governo federal está proibido de aportar recursos por causa de decisão do TCU e que é alvo de um processo de caducidade iniciado pela ANTT. Kuhn ofereceu uma visão panorâmica dos diversos empreendimentos ferroviários em condução no governo federal visando futuras concessões para a iniciativa privada.



### **Rodrigo Barata**

**Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp)**

**30 de abril.** Em reunião do Comitê Rodovias, os empresários e especialistas

avaliaram diversos assuntos, entre eles o InovaBR, programa federal que prevê novos investimentos para melhorar segurança e eficiência em rodovias, podendo injetar investimentos adicionais de R\$ 9,7 bilhões nas concessões e criar 94 mil postos de trabalho. Presente ao encontro, o novo diretor de Assuntos Institucionais da agência paulista, recém-empossado, indicou os desafios do mandato à frente do ente regulador paulista em cenário de avanço do programa estadual de concessões e resolução para passivos contratuais, iniciativas com propósito de liberar novos investimentos nas rodovias do estado.



### **Tito Livio Pereira Queiroz e Silva**

**Ministério da Infraestrutura**

**04 de maio.** O diretor do Departamento de Política e Planejamento Integrado

do ministério, acompanhado de executivos da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), apresentou o Plano Nacional de Logística (PNL) 2035 a empresários no Comitê Ferrovias da Abdib. O planejamento incluiu novas bases de dados para complementar a matriz origem-destino nacional, como registros de notas fiscais eletrônicas, para gerar os fluxos atuais e futuros de 38 tipos de cargas. Segundo o PNL 2035, em um cenário com a realização efetiva de investimentos previstos, as ferrovias devem representar 36,1% da movimentação total de cargas no Brasil, contra 21,5% no cenário de 2017.



### **André Pepitone**

**Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)**

**03 de maio.** O diretor-geral da Aneel, em novo encontro da Abdib,

explicou as ações mais importantes que têm sido desenvolvidas pela agência reguladora nos últimos anos, todas já em linha com as diretrizes dos projetos de lei que têm o objetivo de modernizar o modelo regulatório do setor elétrico, como abertura de mercado, redução de subsídios e instituição do preço-horário. Um diagnóstico constatou alocação ineficiente de custos e subsídios mal dimensionados, sinalização equivocada para consumidores e agentes e aumento das tarifas para os consumidores. Para cerca de 60 empresários, ele afirmou que existe cuidado com a transição para o futuro modelo.



### **Roberto Frendt**

**Ministério da Economia**

**06 de maio.** Em reunião do Comitê Relações Internacionais, o secretário-especial

de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais analisou ações de abertura comercial empreendidas pelo governo federal com destaque para redução de tarifas de importação, acordos multilaterais e adesão à política internacional de compras governamentais. Ele disse que o governo federal reduziu o tempo necessário para fazer operações de exportações (de 13 para 6,5 dias) e de importações (de 17 para 10 dias). Frendt explicou que o Brasil trabalha para cumprir requisitos para ingresso na OCDE e que um novo sistema para financiar exportação de serviços será lançado até o fim de 2021.

## Encontros e debates



**David Salles de Barros Valente**

**Banco Central**

**18 de maio.** No Comitê Sustentabilidade, o executivo do

Departamento de Regulação Prudencial e Cambial discutiu propostas do BC para orientar a divulgação de informações sobre riscos sociais, ambientais e climáticos por parte das instituições financeiras e para aperfeiçoar regras de gerenciamento destes riscos. A regulação do BC impacta o setor financeiro, mas empresas de infraestrutura precisam se preparar pois serão analisadas pelos riscos que incorrem. A incorporação de riscos sociais e ambientais já é comum, mas considerar riscos climáticos é um desafio pela dificuldade de identificar impactos pelos quais as concessionárias estarão expostas no longo prazo.



**Rodrigo Barata**

**Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp)**

**19 de maio.** O Comitê Aeroportos da Abdib recebeu o diretor da agência reguladora para

conhecer os projetos e estudos para a concessão de 22 aeroportos, leiloados em julho. O governo paulista promoveu mudanças em temas como plano de investimentos, gestão ambiental e receitas acessórias para ampliar a atratividade. Diante da dificuldade para implementar gatilhos de investimentos vinculados a níveis de serviços, todos os investimentos do plano geral da infraestrutura foram estipulados como obrigatórios, mas com novas regras que permitem reordená-los nas revisões ordinárias – ao longo do tempo ou entre aeroportos – caso eles se mostrem desnecessários, exceto para as obrigações dos anos iniciais. Estudos em cada aeroporto mostram a necessidade de ações e gastos para regularização ambiental.



**Luca Iacona**

**Ministério da Economia**

**19 de maio.** No Comitê Indústria, o coordenador geral de Ambiente de Negócios para Indústria

da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Comércio Exterior apresentou o projeto Redução do Custo Brasil. O objetivo é implementar reformas e medidas infralegais. O impacto do custo Brasil é avaliado em R\$ 1,5 trilhão em gastos adicionais incorridos pelas empresas brasileiras em virtude de disparidades do ambiente de negócios em comparação com a média dos países incluídos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São três frentes: agenda legislativa, ações que não dependem do Congresso Nacional e iniciativas já conduzidas por ministérios.



### **Wellington Dias**

**Governo do Estado do Piauí**

**27 de maio.** O governador liderou a apresentação dos estudos de viabilidade do projeto de parceria

público-privada (PPP) do Aeroporto Internacional de Parnaíba para empresários do setor de infraestrutura em encontro organizado pela Abdib. Dias informou que o processo de ajuste fiscal local tem sido bem-sucedido, dando ao Estado capacidade de realizar investimentos públicos e de dar segurança para PPPs na medida em que o governo assume e cumpre responsabilidade e contrapartidas. Viviane Moura, superintendente de Parcerias e Concessões, explicou os objetivos do projeto, oferecendo detalhes da estrutura legal e operacional de garantias do poder público ao investidor privado.



### **Pedro Maranhão**

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

**09 de junho.** O secretário nacional de Saneamento explicou questões

intrínsecas ao Decreto 10.710/2021, que estabelece diretrizes para que operadores de saneamento básico comprovem capacidade econômico-financeira para realizarem investimentos em montante suficiente para cumprirem as metas de universalização previstas na Lei 14.026/2020. O encontro foi dividido em duas sessões: a primeira, para pontuar sobre destaques e dúvidas sobre regras do decreto; a segunda, para esclarecer questões relativas aos conceitos e à aplicação da metodologia. Há Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal e a expectativa é que elas serão superadas.



### **Luciano Lourenço da Silva**

**Ministério da Infraestrutura**

**28 de maio.** No Comitê Rodovias, o diretor de Planejamento de Gestão e Projetos Especiais

da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres explicou objetivos do Inova BR, programa de modernização das estradas federais que permite realizar investimentos novos em contratos de concessão vigentes desde que os aportes se encaixem em três diretrizes: aumentar a segurança viária, melhorar a fluidez do tráfego e inserir tecnologia. Lourenço ressaltou a iniciativa permite superar o "enrijecimento contratual e da regulação" para adaptar contratos de concessões rodoviárias no longo prazo, incorporando demandas. Nos trechos federais, os novos investimentos podem somar R\$ 9,7 bilhões.



### **Gabriel Fiuza**

**Ministério da Economia**

**15 de junho.** O secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura,

acompanhado de diversos executivos do ministério, dialogou com empresários sobre aspectos jurídicos, econômicos e financeiros do Decreto 10.710/2021, que estabelece diretrizes para a comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas prestadoras dos serviços de água e esgotamento sanitário. Resumidamente, em duas fases, há verificações para aferir o cumprimento de índices de referência da situação financeira dos operadores e para certificar a adequação dos estudos de viabilidade e dos planos de captação de recursos para fazer frente aos investimentos de longo prazo.



### **Christiano Vieira da Silva**

**Ministério de Minas e Energia**

**18 de junho.** O secretário de Energia Elétrica, acompanhado de Luiz Carlos Ciochi, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, avaliou as condições de atendimento elétrico e da situação dos reservatórios para empresários do Comitê de Gestão da Crise da Abdib. A possibilidade de racionamento foi afastada diante das medidas de gestão que estão sendo adotadas, que visam assegurar o suprimento também em 2022 em possibilidade de novo cenário adverso. Os empresários ressaltaram que há uma situação conjuntural crítica a ser superada por meios de esforços conjuntos e que é fundamental endereçar as soluções estruturais para que as restrições não ocorram nos próximos anos.



### **Arnaldo Jardim**

**Câmara dos Deputados**

**21 de junho.** O deputado federal explicou ações para tentar votar o PL 2.646/2020, que cria as debêntures de infraestrutura e do qual é relator. Após negociações com o Ministério da Economia, 90% dos pontos são convergentes. No encontro, do qual também participou o deputado federal João Maia, que é autor do PL, presidentes e diretores de algumas das principais entidades de classe do setor de infraestrutura manifestaram apoio à aprovação do projeto, encaminhando também contribuições de redação ao texto. Benefícios das debêntures de infraestrutura foram ressaltados, como o potencial de atrair recursos de investidores institucionais, principalmente fundos de pensão. Dia 21 de julho, Jardim voltou a falar com empresários na Abdib e explicou a evolução de projetos de infraestrutura e da reforma tributária no Congresso Nacional



### **Verônica Rios**

**Ministério de Desenvolvimento Regional**

**24 de junho.** A chefe da Assessoria Especial do ministério teve oportunidade de explicar a empresários do Comitê Financiamento, Riscos e Garantias da Abdib os detalhes e objetivos da Medida Provisória 1.052/2021, que propôs um novo fundo para fomento de concessões e PPPs. A prioridade será para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, consideradas menos favorecidas no desenvolvimento econômico, mas sem deixar de atender o Sul e Sudeste. O fundo atuará em estruturação de projetos, prestação de garantias e investimento em fundos de investimento de infraestrutura atraindo capital privado por meio de compartilhamento de riscos. Com os novos mecanismos, o objetivo é atrair investimentos privados para áreas como habitação social, iluminação pública, saneamento básico, resíduos sólidos, mobilidade urbana e segurança hídrica, uma carteira de oportunidades que soma R\$ 1 trilhão em investimentos.



### **Luiz Henrique Fagundes**

**Governo do Estado do Paraná**

**06 de julho.** O governo paranaense quer licitar o projeto Nova Ferroeste, em fase de estudos e

desenvolvimento, em março de 2022. Essa foi a principal mensagem transmitida pelo coordenador do Grupo de Trabalho Ferroviário do Estado do Paraná a empresários em reunião do Comitê Ferrovias da Abdib. Ele apresentou informações dos estudos de traçado, viabilidade técnica, econômica e ambiental. Uma proposta legislativa para permitir o regime de autorização para ferrovias tramita na Assembleia paranaense – o mesmo deverá ocorrer no Mato Grosso do Sul – com potencial de viabilizar trechos férreos mais curtos de empresas da região em conexão ao futuro traçado da Nova Ferroeste.



### **Marisete Pereira**

**Ministério de Minas e Energia**

**12 de julho.** As medidas de gestão e operação para o enfrentamento da crise hídrica, que impacta

a oferta de energia, foi alvo de mais uma reunião na Abdib, desta vez com a secretária-executiva do ministério e com Christiano Vieira, secretário de Energia Elétrica, além de diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), liderados pelo diretor-geral Luiz Ciochi. Foram explicados detalhes das propostas da Abdib, já entregues ao governo federal. O documento listou conceitos e diretrizes de curto e médio prazo para o enfrentamento da crise e indicou que o cenário exige também medidas estruturais para antecipar a novas restrições que podem ocorrer em 2022.



### **Rose Mirian Hofmann**

**Ministério da Economia**

**05 de agosto.** Empresários do Comitê Transmissão de Energia da Abdib dialogaram com a secretária

de Apoio ao Licenciamento Ambiental e Desapropriação da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) sobre gargalos enfrentados na obtenção de licenças para implantação de sistemas de transmissão. A executiva analisou a situação da gestão ambiental para projetos de infraestrutura no cenário federal e explicou as funções do PPI, que é atuar na articulação dos órgãos públicos para viabilizar empreendimentos qualificados como prioritários e analisar transversalmente temas que podem significar melhorias normativas e fortalecimento da previsibilidade e da segurança jurídica.



### **Fábio Abrahão**

**BNDES**

**16 de agosto.** Liderados pelo diretor de Concessões e Privatizações, executivos do banco

de fomento apresentaram detalhes da carteira de projetos de rodovias federais e estaduais que estão em fases variadas de estruturação. Os projetos federais e estaduais totalizam 18.700 km. Um dos objetivos é ter sempre uma carteira significativa de projetos para indicar as oportunidades para os investidores no longo prazo, bem como atrair novos operadores e financiadores e buscar um mercado mais dinâmico, com mais competição e com foco na prestação de serviços para a população. Os projetos estaduais passaram a absorver inovações inseridas na modelagem de rodovias federais.

## Encontros e debates



### **João Octaviano Machado Neto**

Governo do Estado de São Paulo

**25 de agosto.** O secretário estadual de Logística e Transporte do Estado de

São Paulo apresentou na Abdib o plano de investimentos em transportes paulista planejado para os próximos 20 anos. Com foco tanto em cargas quanto em passageiros, o plano visa evitar gargalos logísticos para os próximos anos nas principais rotas paulistas e prevê até R\$ 70 bilhões de investimentos até 2040, dos quais mais de 75% deste valor para o setor ferroviário. Estão previstos projetos como a construção de ferrovias e rodovias ligando cidades como Campinas, Sorocaba e São José dos Campos até a capital paulista e também uma nova rota da até o porto de Santos, chamada Linha Verde – este com empresas já em fase de preparação de estudos.



### **Rafael Vitale Rodrigues**

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

**14 de setembro.** O diretor-geral da agência indicou para empresários do Comitê

Ferrovias da Abdib as expectativas da nova diretoria da ANTT, então recém-empossada, na condução da agenda regulatória e de investimentos para o transporte ferroviário de cargas. Ele lembrou as últimas realizações governamentais para garantir novos investimentos, como os processos de renovação antecipada de contratos de concessão já concluídos ou em andamento, a viabilização de novos segmentos ferroviários via concessão e as perspectivas que se abrem com as autorizações para construção privada de novos trechos de malha férrea – para os quais a ANTT aguarda regulamentação.



### **Fernando Marcato**

Governo do Estado de Minas Gerais

**27 de agosto.** Em encontro realizado na Abdib pelo Comitê Rodovias, o secretário de Infraestrutura

e Mobilidade apresentou detalhes de sete lotes que compõem o programa mineiro de concessões rodoviárias, totalizando cerca de 3.000 quilômetros e R\$ 7 bilhões de investimentos, cujos editais começam a ser lançados ainda em 2021. Já o Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte terá investimento de R\$ 5,6 bilhões. Foram adotadas soluções regulatórias já consagradas no mercado. Para consolidar a segurança jurídica na fiscalização e regulação dos contratos, a Comissão de Regulação de Transportes, embrião para uma agência reguladora mineira na área de transportes, já começou a editar normas.



### **Ricardo Sampaio**

Ministério da Infraestrutura

**15 de setembro.** O diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretaria de Aviação Civil

(SAC), acompanhado do coordenador-geral de Acompanhamento de Mercado da SAC, discutiram em encontro do Comitê Aeroportos da Abdib detalhes dos estudos de viabilidade das novas licitações dos aeroportos de Viracopos e São Gonçalo do Amarante. Os empresários e especialistas conheceram detalhes dos dois projetos, como escopo, investimentos e principais obras e regras para pagamento de outorga, entre outros aspectos. O governo federal espera licitar novamente os dois ativos em 2022. Há um impasse entre ministério e Tribunal de Contas da União sobre indenização nos ativos.



### **Pedro Bruno Barros**

**BNDES**

**16 de setembro.**

Empresários conheceram, em encontro liderado

pelo superintendente de Governo e Relacionamento Institucional do BNDES, o potencial de investimentos e de desenvolvimento regional na concessão de parques públicos, um setor cujo crescimento anual é de dois dígitos. A carteira de projetos em fase de estudos e estruturação pelo banco de fomento inclui 34 iniciativas em estados como Paraná, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Tocantins, além de um parque federal. Até o fim deste ano há consultas públicas para os projetos dos parques estaduais em cinco estados.



### **Marcelo Bruto**

**Governo do Estado de**

**Pernambuco**

**29 de outubro.** Em reunião

do Comitê Rodovias da Abdib, o secretário-executivo

de Parcerias e Estratégias de Pernambuco fez uma apresentação especial mostrando as condições históricas de investimento no estado e apresentou as oportunidades que constam no programa estadual de concessões e PPPs, com atenção mais focada nos projetos de três trechos rodoviários cujos editais estão previstos para serem lançados ao mercado em abril de 2022. Em contratos de 30 anos, a estimativa é que as iniciativas vão exigir R\$ 1,13 bilhão de investimentos e R\$ 1,14 bilhão de custos operacionais. O processo passará por avaliação do Tribunal de Contas do Estado. O critério de julgamento será pela menor tarifa.



### **André Freire**

**Agência Nacional de Transportes terrestres (ANTT)**

**24 de setembro.** Após o Tribunal de Contas da União (TCU) determinar que a

agência refaça cálculos de reequilíbrios de contratos de concessão que, por causa de inexecução de obras, tiverem previsão de desconto nas tarifas – o TCU determinou que a ANTT promova o efeito completo da não realização da obra de uma só vez – os empresários do Comitê Rodovias receberam o superintendente de Infraestrutura Rodoviária do órgão regulador federal lembrou os argumentos da agência, que não foram considerados pelo órgão de controle, e informou que as determinações deverão ser cumpridas nos prazos estipulados pela corte Contas. A decisão do TCU gerou preocupação entre as empresas.



# Seminários e Eventos

## Webséries permitem abordagem mais ampla

Tal qual em 2020, os seminários organizados pela Abdib permaneceram no ambiente digital em 2021 em virtude da pandemia da Covid-19. Foram realizados quatro grandes eventos pela Abdib em 2021, incluindo duas websérie com diversos episódios sobre saneamento básico e energia elétrica



### Abdib Fórum 2021 – Infraestrutura para a Retomada Verde

**Quando:** 11, 12, 13 e 14 de maio de 2021

**Participação:** 1.500 participantes

**O que foi?** Seminário online para discutir as estratégias para a expansão da infraestrutura que sejam capazes de promover a retomada econômica em bases ambientalmente sustentáveis.

**Debatedores:** Entre 40 participantes, constaram Marco Aurelio Mello (Supremo Tribunal Federal), Luiz Eduardo Ramos (Ministério da Casa Civil), Tarcisio de Freitas (Ministério da Infraestrutura), Marisete Pereira, (Ministério de Minas e Energia), Carlos Da Costa (Ministério da Economia), Eduardo Gomes e Wellington Fagundes (Senado Federal), Arnaldo Jardim, Edio Lopes e Marco Bertaiolli (Câmara dos Deputados), Eduardo Leite (Governo do Rio Grande de Sul), Wellington Dias (Governo do Piauí), Waldez Góes (Governo do Amapá), Fábio Abrahão (BNDES), Oscar Cordeiro (ANA), André Clark (Siemens Energy Brasil), Solange Ribeiro (Neoenergia), Eduardo Sattamini (Engie Brasil Energia), André de Angelo (Acciona), Teresa Vernaglia (BRK Ambiental), Carlos Villa (Solvi), Fernando Iannotti (Houer), Roberto Muniz (GS Inima Brasil), Hilário Pereira Filho (Engetec), Jorge Sant'Anna (BMG Seguros), Cristiane Gomes (CCR Airports), Luiz Sérgio Vieira (EY Brasil), Lauro Celidônio (Mattos Filho Advogados), Murillo de Aragão (Arko Advice)

### **Websérie Desafios da Implementação do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico**

**Quando:** De fevereiro a setembro de 2021 | **Participação:** 8.500 visualizações em 6 episódios

**O que foi?** Série de debates pelo YouTube idealizada para disseminar conhecimento sobre seis temas importantes relacionados à Lei 14.026/2020: regionalização, regulação, capacidade de investimento dos operadores para cumprir metas de universalização, modelagem de contratos, fornecedores de bens e serviços, lições e perspectivas após um ano do novo marco regulatório.

**Debatedores:** Entre 65 participantes, constaram Pedro Maranhão (Ministério do Desenvolvimento Regional), Geninho Zuliani (Câmara dos Deputados), Christianne Dias (ANA), Vitor Saback (ANA), Oscar Cordeiro Netto (ANA), Rafaella Peçanha Guzela (Ministério da Economia), Martha Seillier (PPI), Manoel Renato Machado Filho (PPI), Fábio Abrahão (BNDES), Cleverson Aroeiro (BNDES), Guilherme Albuquerque (BNDES), Rogério Tavares (Aegea), Teresa Vernaglia (BRK Ambiental), Roberto Muniz (GS Inima), Wladimir Ribeiro (Manesco Advogados) e Maurício Portugal (Portugal e Ribeiro Advogados), entre outros.

### **Websérie Transição Energética e Desenvolvimento Sustentável**

**Quando:** De agosto a dezembro de 2021 | **Participação:** 3.500 visualizações em 6 episódios

**O que foi?** Série de debates pelo YouTube idealizado para trazer conhecimento sobre temas associados à transição para uma economia de baixo carbono: regionalização, regulação, capacidade de investimento dos operadores para cumprir metas de universalização, modelagem de contratos, fornecedores de bens e serviços, lições e perspectivas após um ano do novo marco regulatório.

**Debatedores:** Entre 45 participantes, constaram Diogo Mac Cord (Ministério da Economia), Christiano Vieira da Silva (Ministério de Minas e Energia), João Antônio Patusco (MME), Rose Hofmann (PPI), Christianne Dias (ANA), Alexandre Nunes Zucarato (ONS), Renato Haddad (EPE), Heloísa Borges Esteves (EPE), Carla Primavera (BNDES), Renato Santos de Souza (BNDES), Arnaldo Jardim (Câmara dos Deputados), André Clark (Siemens Energy Brasil), Solange Ribeiro (Neoenergia), Gustavo Estrella (CPFL Energia), Max Xavier (Enel Distribuição São Paulo), Luiz Otávio Assis Henriques (EDP), Marcos Cintra (Eneva), Andre Flavio (EY), Rodrigo Machado (Madrona Advogados), João Paulo Gualberto da Silva (Weg Energia), Luiz Augusto Barroso (PSR) e Raphael Barreau (Engie Green Hydrogen), entre outros.

### **Abdib Experience - Edição 2021**

**Quando:** 7, 8 e 9 de dezembro de 2021 | **Participação:** 1.800 pessoas

**O que foi?** A Abdib lançou a Plataforma de Projetos do Livro Azul da Infraestrutura disponibilizando para consulta online todas as iniciativas de concessões e PPPs da União, estados, Distrito Federal e capitais. Além disso, apresentou a versão atualizada do Livro Azul da Infraestrutura, com os projetos dos entes públicos e análises sobre as projeções de investimentos em áreas de infraestrutura.

**Debatedores:** Tarcísio de Freitas (Ministério da Infraestrutura), Bento Albuquerque (Ministério de Minas e Energia) e Rogério Marinho (Ministério do Desenvolvimento Regional), Eduardo Leite (Governo do Rio Grande do Sul), Romeu Zema (Governo do Minas Gerais), Mauro Mendes (Governo do Mato Grosso) e Wellington Dias (Governo do Piauí), Martha Seillier (PPI), Eduardo Gomes (Senado Federal) e Arnaldo Jardim (Câmara dos Deputados).

# Agenda Legislativa

## Poderia ter sido melhor

Algumas pautas importantes para o setor de infraestrutura foram aprovadas e outras avançaram parcialmente no Congresso Nacional em 2021. Projetos essenciais não evoluíram por falta de entendimento

O Congresso Nacional passou matérias legislativas importantes para os setores de infraestrutura em 2021. Foram aprovados pelos parlamentares projetos de lei e medidas provisórias que foram posteriormente promulgados pela Presidência da República, entre elas a Lei 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras), a Lei 14.134/2021 (atividades relativas ao transporte, escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural), a Lei 14.157/2021 (implementação da cobrança pelo uso de rodovias por meio de sistemas de livre passagem) e a Lei 14.227/2021 (alteração das regras do Fundo Garantidor de Infraestrutura e criação de outros mecanismos para estruturação de projetos, garantias e financiamento).

No entanto, temas relevantes para a modernização de marcos regulatórios não avançaram a contento. É o caso dos projetos que buscam atualizar o modelo do setor elétrico que poderiam, caso aprovados, dar suporte ao enfrentamento da crise hídrica, que gera impactos na oferta de energia elétrica. Outro exemplo está nas regras para apoiar o financiamento dos investimentos e a definição de uma lei geral para o licenciamento ambiental. Muitos desses projetos tramitam há muito tempo, como é o caso da matéria ambiental, em discussão desde 2004.

Na visão da Abdib, o ano de 2021 foi desafiador para a condução dos temas presentes na agenda legislativa da infraestrutura. Por causa do isolamento social, comissões não funcionaram presencialmente – e elas são tradicionalmente locais para buscar convergências. Medidas para ajudar a gerenciar e a amenizar os impactos da pandemia da Covid-19 continuaram a ter preferência na ordem de votações.

Além disso, as eleições para as lideranças nas duas Casas Legislativas e conflitos envolvendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário retardaram a tomada de decisões. Houve ainda alinhamento insuficiente entre deputados federais e senadores em torno da importância e da velocidade para alguns assuntos, entre eles os relativos à infraestrutura.

Tema   PL	Ementa
<b>Modelo do setor elétrico</b> PL 414/2021	Medidas promovem revisão da regulação do setor elétrico, tratando de temas como expansão do mercado livre, separação entre lastro e energia, tarifa binômia, formação de preço por oferta, fim de subsídios nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição e decotização de geração hidrelétrica, entre outros.
<b>Modelo do setor elétrico</b> PL 1.917/2015	Dispõe sobre a portabilidade da conta de luz, as concessões de geração de energia elétrica e a comercialização de eletricidade, incluindo ainda algumas medidas que promovem uma melhoria na regulação do setor elétrico.
<b>Securitização</b> PLP 459/2017	Esclarece procedimentos para securitização da dívida tributária dos entes públicos, operações que podem contribuir com o aumento de receita pública e impulsionar investimentos públicos e privados.
<b>Concessões</b> PL 7.063/2017	Consolida e moderniza regras para concessões em todas as suas modalidades e cria uma Lei Geral de Concessões, incorporando soluções já praticadas.
<b>Mobilidade urbana</b> PL 4.881/2012	Entre diversas diretrizes para a mobilidade urbana, cria o Sistema de Informações dos Transportes Metropolitanos, a Autoridade Metropolitana de Transportes e o Fundo Metropolitanos de Transporte Público.
<b>Licenciamento ambiental</b> PL 2.159/2021	Esclarece competências da União, estados e municípios, aperfeiçoa aspectos processuais, autoriza uso de informações e estudos já realizados, consolida normas existentes e norteia o licenciamento nos estados.
<b>Licenciamento ambiental</b> PLS 168/2018	Cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, estabelecendo normas gerais para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais e institui a avaliação ambiental estratégica.
<b>Agências reguladoras</b> PL 4.562/2020	Institui regras para substituição de diretores de agências reguladoras.
<b>Cabotagem</b> PL 3.129/2020	Altera regras sobre transporte de mercadorias por cabotagem, sobre afretamento de embarcação estrangeira e sobre livre contratação de cobertura de seguro e resseguro.
<b>Cabotagem</b> PL 4.199/2020	Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem – BR do Mar – com medidas para reduzir custos, ampliar rotas e aumentar a competição no afretamento e no transporte de cargas por cabotagem.
<b>Debêntures de infraestrutura</b> PL 2.646/2020	Institui uma nova modalidade, as debêntures de infraestrutura, com benefícios tributários para o emissor dos títulos, além de incentivar emissão de títulos atrelados aos benefícios ambientais dos projetos, os <i>green bonds</i> , entre outras inovações.
<b>Ferrovias</b> PL 3.754/2021	Institui a modalidade de autorização para investimentos em segmentos ferroviários, além de outras modernizações no marco regulatório.

# Educação Corporativa

## Programação cheia

Com a perspectiva de crescimento das contratações e a expansão das concessões em setores de infraestrutura, a Abdib oferece cursos digitais para aperfeiçoamento profissional

Diante das medidas de isolamento social, necessárias para o enfrentamento da pandemia, o EduCorp, programa de educação corporativa da Abdib para os segmentos de infraestrutura, seguiu com a oferta de cursos digitais de curta duração, oferecendo oportunidade de atualização de conhecimento e competências para profissionais do setor.

Além da programação tradicional, foram lançados e realizados novos cursos, abordando temas como concessões e PPPs em saneamento básico e PPPs em iluminação pública, dois mercados com perspectivas crescentes de investimentos privados.

O programa de educação corporativa da Abdib tem uma história longa. Em 2021, o EduCorp completou 17 anos. Desde 2004, quando foi criado, já foram realizados 83 cursos<sup>51</sup>, beneficiando mais de 2.286 alunos no total – 321 deles em 2021.

Atualmente, os principais cursos oferecidos pelo programa de educação corporativa da Abdib são sobre *project*

*finance*, seguros e garantias para as áreas de infraestrutura, PPPs em saneamento básico e em iluminação pública.

Para 2022, a programação de cursos seguirá em expansão. Estão previstas novas turmas para cursos de *project finance*, PPPs de iluminação pública, PPPs e concessões com foco em estudo de casos avançados, concessões e PPPs em saneamento básico, regulação econômica em infraestrutura, seguros e garantias para infraestrutura, estrutura e modernização do setor elétrico e nova lei de licitações e contratos, incluindo cursos fechados sob demanda.

### Cursos realizados em 2021:

**11 de março** | Concessões e PPPs em Saneamento: Critério Econômicos, Financeiros, Regulatórios e Jurídicos – Turma I

**22 de março** | Project Finance – Turma XX

**26 de abril** | PPPs de Iluminação Pública – Turma I

**26 de abril** | Seguros e Garantias para Infraestrutura – Turma VIII

**22 de junho** | Regulação Econômica em Infraestrutura – Turma III – nível I

**15 de setembro** | Concessões e PPPs em Saneamento: Critério Econômicos, Financeiros, Regulatórios e Jurídicos – Turma II

**20 de setembro** | Project Finance – Turma XXI

**20 de setembro** | Estrutura e Modernização do Setor Elétrico: Oportunidades e Desafios – Turma I

<sup>51</sup> Nos últimos anos, alguns cursos e iniciativas envolveram parcerias com instituições no exterior, como a London School of Economics (Reino Unido), Universidade de Columbia (Estados Unidos) e PPP Council (Canadá), fortalecendo o treinamento oferecido pela Abdib aos profissionais do setor de infraestrutura.

# Comunicação

## Transparência para as propostas

A produção e divulgação de conteúdo tem o objetivo de esclarecer à sociedade e aos agentes de mercado as avaliações, os alertas e as propostas da Abdib

Em ano marcado por crises de cunho sanitário e energético, discussões importantes no Congresso Nacional e oscilações na perspectiva de recuperação econômica, a Abdib, a partir da consulta aos conselhos e comitês que compõem a associação, emitiu posicionamentos à sociedade refletindo a visão empresarial sobre temas relevantes para a condução dos negócios e promoção dos investimentos nas áreas de infraestrutura.

A gestão da crise elétrica provocada pela escassez hídrica demandou a divulgação de comunicados que expressaram as avaliações e as propostas dos executivos e especialistas das empresas associadas da Abdib. O mesmo ocorreu com os riscos de aumento da carga tributária embutidos em projetos de lei e propostas de emenda à Constituição no âmbito da reforma da legislação brasileira sobre tributos.

Outros temas abordados em comunicados da Abdib foram o risco de intervenção governamental em preços de serviços públicos e casos de insegurança jurídica relacionados à cobrança de pedágios em concessões rodoviárias. Outro assunto relevante foi o início de

juízo no Supremo Tribunal Federal (STF) de contestação sobre transferências de contratos de concessão ou de controle acionário de concessionárias.

A produção e distribuição de conteúdo por parte da Abdib tem objetivo de dar transparência à sociedade a respeito de temas em discussão, alertas necessários e propostas oferecidas às autoridades públicas competentes. Diversas plataformas e meios são utilizados, como portal, mídia, redes sociais, podcast e pesquisas.



# Barômetro da Infraestrutura

## A opinião do mercado

O Barômetro da Infraestrutura Brasileira tem apresentado semestralmente a percepção dos executivos e especialistas do setor sobre temas importantes para os investimentos

A perspectiva de crescimento econômico para o curto e médio prazo está mais pessimista, mas a visão sobre contratação de novos profissionais nas empresas e no mercado segue positiva. A percepção quanto ao cenário para promoção de investimentos nos próximos seis meses permanece equilibrada após uma deterioração significativa 12 meses antes entre os que veem o horizonte favorável. O segmento de saneamento básico mantém a liderança em uma lista que indica, na percepção dos executivos

e especialistas, os setores com maior chance de receber investimentos nos próximos três anos. Energia elétrica e ferrovias completam o pódio.

Essas são algumas das revelações trazidas pelo Barômetro da Infraestrutura Brasileira<sup>52</sup>, pesquisa de opinião semestral conduzida pela Abdib e pela EY em parceria que detecta o ânimo dos empresários que conduzem os negócios e os investimentos na área de infraestrutura<sup>53</sup>.

A pesquisa é a única que avalia, além de questões referentes a perspectiva sobre o crescimento econômico, o esforço do Estado em prol da infraestrutura, o apoio a entes subnacionais no desenvolvimento de projetos, aspectos relativos à governança pública, evolução na percepção sobre segurança jurídica e órgãos de controle, entre outros. Todos são temas relevantes para a expansão dos investimentos na infraestrutura.

Em novembro de 2021, foi lançada a 6ª edição do Barômetro da Infraestrutura Brasileira. O conteúdo das pesquisas é publicado no site da Abdib e distribuído por diversos canais de comunicação.

**52.** Para acessar as edições do Barômetro da Infraestrutura Brasileira, acesse: <https://www.abdib.org.br/blog/secoes/barometro-da-infraestrutura/>

**53.** O questionário é distribuído entre representantes das empresas associadas da Abdib, sendo facultativa a resposta.

# Índices Econômicos

## Informações estratégicas

Em parceria, Abdib e Vallya lançam dois indicadores que mensuram mensalmente a evolução da demanda de serviços de infraestrutura, permitindo conhecer o nível de atividade e potenciais gargalos e auxiliar no planejamento

A Abdib e a Vallya lançaram em junho de 2021 o Índice Abdib-Vallya de Infraestrutura, indicador composto pelas variáveis de demanda de serviços de infraestrutura dos setores de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, energia elétrica e telecomunicações.

O lançamento incluiu também a apresentação de outro indicador, o Índice Abdib-Vallya de Transportes e Logística, que mensura o ritmo mensal de evolução da demanda pelos serviços da área de transporte – aeroportos, portos, rodovias e ferrovias.

Os dois indicadores foram apresentados ao mercado com dados desde janeiro de 2012 e seguem sendo atualizados mensalmente.

O objetivo da parceria<sup>54</sup> entre Abdib e Vallya é prover indicadores que sejam representativos da demanda dos serviços de infraestrutura contemplados, possibilitando aos públicos de interesse conhecer tanto o nível da atividade econômica quando o possível surgimento de potenciais gargalos de oferta nas áreas mencionadas. Os índices ainda oferecem a oportunidade de incentivar ações de planejamento por parte de gestores públicos e investidores.

**54.** A Vallya é uma consultoria focada em assessoria estratégica, econômica e financeira, em especial no setor de infraestrutura. Atua no mapeamento e apoio para realização de bons investimentos e parcerias, os quais exigem visão multidisciplinar e compreensão acerca dos principais elementos envolvidos no processo.

# Investimentos em Infraestrutura

## A curva não muda

Os programas de concessões de projetos de infraestrutura para o setor privado seguem com resultados positivos, mas o total de investimentos no setor permanece estagnado desde 2016

Leilão após leilão, em 2021 os investidores privados ofereceram uma perspectiva de que estão dispostos a seguir investindo na infraestrutura brasileira. Foram bem-sucedidas as licitações de projetos como a BR 163/230/MT/PA, a BR-153/080/414/GO/TO e a BR-116/101/SP/RJ, bem como a 6ª rodada de aeroportos federais, totalizando, somente nestes casos, compromisso de investimentos acima de R\$ 30 bilhões ao longo do período dos contratos.

Nos estados, foram também realizadas licitações que envolveram a contratação de volumes significativos de investimentos privados, como a das Linhas 8 e 9 da CPTM, com mais R\$ 3 bilhões ao longo dos anos. Estados como Rio de Janeiro e Alagoas, a partir de estudos e projetos realizados pelo BNDES, atraíram em leilões de concessão investimentos superiores a R\$ 30 bilhões, que serão aplicados no longo prazo, mas principalmente nos primeiros anos do contrato.

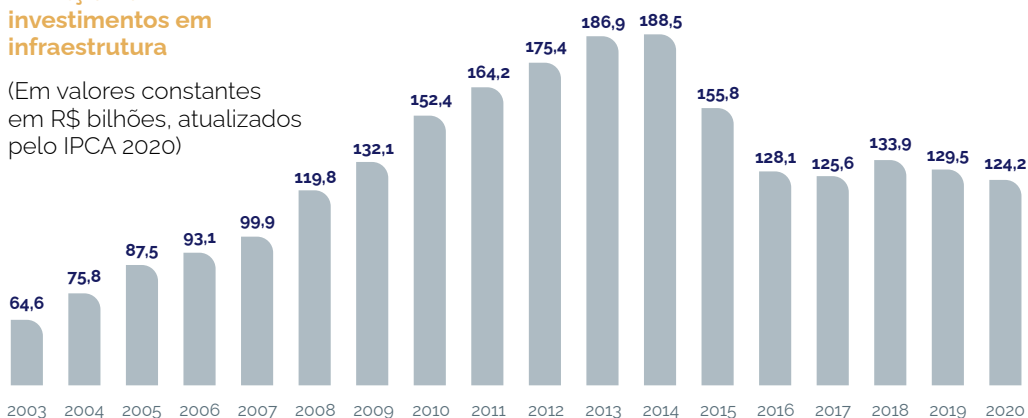
Os leilões de concessão nas áreas de infraestrutura econômica e social têm sido importantes para promover investimentos nos últimos anos, atraindo financiadores e investidores privados comprometidos em contratos de longo prazo. Esses aportes, além de gerar empregos e renda e também aumentar a produtividade da economia, têm o objetivo de ampliar a capacidade da infraestrutura e melhorar os serviços públicos prestados à sociedade.

No entanto, apesar do avanço, o fato é que a curva de investimentos em infraestrutura permanece estagnada nos últimos anos – e, pior, em patamar muito baixo e insuficiente diante das necessidades de aportes anuais. Isso decorre basicamente da queda do investimento público nos últimos anos.

Desde 2016, a soma dos investimentos públicos e privados realizados na infraestrutura brasileira, em números atualizados a preços de 2020, atingiu, em média, valores abaixo de R\$ 130 bilhões por ano.

## Evolução dos investimentos em infraestrutura

(Em valores constantes em R\$ bilhões, atualizados pelo IPCA 2020)



Fonte: Abdib.

**Necessidade de investimentos** – Segundo outro estudo da Abdib, o Brasil precisa investir em infraestrutura anualmente 4,3% do PIB. No entanto, os valores aplicados, somados os aportes públicos e privados, atingiram 1,7% do PIB em 2020.

A principal razão para a estagnação dos investimentos em patamar baixo e insuficiente diante das necessidades anuais do país é a redução drástica dos investimentos públicos desde 2014. No Brasil, o capital privado já representa 70% do total de investimentos realizados na infraestrutura, participação que tem se mantido estável nos últimos anos.

Entre países emergentes e em desenvolvimento, o Brasil é aquele que registra a maior parcela de aportes privados em relação ao total investimento na infraestrutura anualmente.

### Cenário dos investimentos na infraestrutura brasileira

Números de 2020

Sector	Investimentos realizados	Investimentos realizados % PIB	Investimentos necessários % PIB
Transportes   Logística	R\$ 23,0 bilhões	0,31%	2,26%
Energia Elétrica	R\$ 56,4 bilhões	0,76%	0,84%
Telecomunicações	R\$ 31,2 bilhões	0,42%	0,76%
Saneamento	R\$ 13,6 bilhões	0,18%	0,45%
<b>Total</b>	<b>R\$ 124,2 bilhões</b>	<b>1,67%</b>	<b>4,31%</b>

Fonte: Abdib.

# Committees and workgroups



## The infrastructure think tanks

Abdib committees act as real think tanks and are the foundation for drawing up diagnoses and inputs to governments and the private sector on the most diverse matters related to the infrastructure value creation links.

In 2021, based on scheduled discussions, Abdib was able to analyze and disclose opinions to invite public authorities and social segments to think over on various matters, among which the management of the water crisis, which impacted power generation and all other production-related segments, and also on the possible effects of the proposed tax legislation reforms on businesses and investments.

Abdib's committees also make studies that help market agents and public authorities see new possibilities and trends for infrastructure development. Abdib currently has 22 committees – 13 of which

addressing sectoral agendas and nine addressing matrix issues related to all infrastructure sectors. The works at the Ethics and Social Responsibility Committee and Crisis Management Committee progress according to the events and are constantly updated.

Due to social distancing measures implemented to face the Covid-19 pandemic, the activity of the committees and workgroups was carried out through videoconferencing in 2021. Similarly to 2020, online meetings had broad participation of entrepreneurs and specialists from member companies, with attendance rates nearly 50% higher than in 2019, before the pandemic.

**Workgroups** – Workgroups are created within committees to carefully focus on certain topics. They were used over 2021 to analyze and enlighten proposals on matters related to several issues: power transmission

regulatory agenda, potential for development of the public lighting sector, rules for insurance and guarantees under the new law on public acquisitions, new round of federal airport concessions and new regulation for highway concessions. Some of them were created also to study a governance model for the public metropolitan transport authorities, infrastructure debentures, tax reform, regulation of the sanitation framework and water crisis, among others.

The workgroups are also important structures to analyze technical notes and the regulatory impact analysis published by regulatory authorities under public consultations and other formal processes that aim to collect inputs from market agents on regulatory matters.

In 2021, Abdib's committees held nearly one hundred meetings, similar to the last few years. Also in 2021, the committees organized 23 workgroups to analyze specific topics more deeply, holding over 80 meetings with its participants, a record volume in recent years.

**Public consultations** – Thanks to the workgroups, Abdib participated in 15 grant-making processes, consultations, and public hearings on power transmission, highways, basic sanitation, and railways.

The participations included inputs in railway concession contract renewals, new highway concession regulation, regulatory reference regulation on the universalization of basic sanitation services, cybersecurity in power transmission, and rules for investments in reinforcing and improving transmission systems, among others.

#### **Matrix committees**

1. Crisis Management Committee
2. Finance, Risks and Guarantees Committee
3. Legal and Tax Committee

4. Privatization Committee
5. Engineering Committee
6. International Affairs Committee
7. Sustainability Committee
8. Ethics and Social Responsibility Committee
9. Innovation Committee

#### **Sectoral committees**

1. Energy Sector Strategic Committee
2. Power Generation Committee
3. Power Transmission Committee
4. Public Lighting Committee
5. Oil and Natural Gas Committee
6. Highways Committee
7. Railroad Committee
8. Airport Committee
9. Port Committee
10. Urban Mobility Committee
11. Water Resources and Basic Sanitation Committee
12. Solid Waste Committee
13. Industry Committee

#### **Crisis management**

The Federal Government is not working with the hypothesis of rationing. The judgment was rendered by Christiano Vieira da Silva, Secretary of Electricity of the Ministry of Mines and Energy, who, accompanied by Luiz Carlos Ciochi, General Director of the Electric System National Operator (ONS), accepted the invitation from the members of the Crisis Management Committee to conduct a detailed evaluation of the electric sector authorities' vision – and possible operational actions – about the impacts of the water crisis in 2021.

The Crisis Management Committee was created by Abdib in 2020 with the outbreak of the Covid-19 pandemic to provide a quick response to the diverse production sectors

## Committees and workgroups

included in the entity's area of activity. Composed of the coordinators of the 22 sectoral and transversal committees, the structure provides organized and quick consultation to over 1,100 executives and specialists that represent the member companies in these groups, a valuable mechanism to contribute with the government when quick concise evaluations and assertive proposals are required.

At the meeting, entrepreneurs were informed that the Federal Government would address the water crisis issue with transparency and provide predictability and stability to society and the production sector. Moreover, authorities of the electrical sector and ONS asked for Abdib's inputs for the management of the crisis, voluntary engagement of large industrial consumers to shift demand to off-peak hours (Demand Response Program), support communication and clarification campaigns to segments of society, and energy efficiency actions.

### Financing, risks and guarantees

One of the most important agendas of the infrastructure sector is related to investment financing conditions, in which key issues such as internal and external sources of funds, undertakings risk matrix, and guarantees are addressed.

This agenda is detailed in Abdib's Finance, Risks and Guarantees Committee. For instance, with Petrônio Cançado, BNDES's Credit and Guarantee Director, it was possible to discuss non-recourse project finance.

Insurance and other protection instruments are related to non-recourse project finance. Specialists explained the insurance companies' point of view about the market, guarantee structure, and regulatory agents for financing operations

with no corporate guarantees. The Innovation and Insurance Institute, an institution that will work to revamp the Brazilian insurance market, was created within this context.

Another important matter was addressed on June 24, 2021, when Verônica Rios (Ministry of Regional Development) explained the rules of a new fund to foster private investments, activities that include funds for structuring concession projects and PPPs, provision of guarantees from subnational entities, and infrastructure investments.

### Legal and tax

With a series of tax reform and regulatory changes proposals under discussion in the Brazilian Congress, Abdib's Legal and Tax Committee worked hard in 2021. The group was the foundation for analysis and positioning of the changes provided for in such legislation, which have a direct impact on the management of contracts, businesses, and infrastructure investments. Emergency meetings, in addition to regular ones, were required for taking timely actions because of rules that suddenly appeared during the Bills.

Based on analysis carried out by the Legal and Tax Committee, Abdib pointed out inconsistencies in several statements to society and Congresspeople, and reported impacts of the tax reform proposals, both in Bill 2,337/2021 (Income Tax) and Bill 3,887/2020 (Social Contribution on Transactions with Goods and Services – CBS), as well as in Constitutional Amendment Bills 45 and 110. Regarding positions and correspondence, Abdib highlighted the request for the creation of a mixed commission to carry out a broader analysis on the changes in the Income Tax

legislation, pointed out the risk of increasing the tax burden, which was considered unacceptable.

By designation of the Board of Directors, the Legal and Tax Committee also leads the industry efforts to safeguard the rules for the transfer of concession agreements and shareholding control of concessionaires with no prior bidding process, which are being challenged by the Attorney General Officer (PGR) in a Direct Action for the Declaration of Unconstitutionality (ADI) from 2003. Through the preparation of documents and arguments submitted to the Ministers of the Federal Supreme Court (STF), Abdib defended the constitutionality of the rules and the expeditious trial of the matter, avoiding legal uncertainties and risks to investments.

### Privatization

Important privatization initiatives were conducted by Brazilian governments in 2021. One of the main initiatives was the enactment of a Bill that authorizes the privatization process of the state-owned company Eletrobras, which is undergoing a capital increase process that will dilute the Federal Government's share in that company. At the regional level, state governments, with BNDES's support for both preparation of studies and during several preparatory stages, have progressed with privatizations in basic sanitation, especially Cedae. Actions related to opening the gas market and the privatization of dock companies also advanced, and all these issues were part of Abdib's Privatization Committee's agenda.

Other matters as important as the privatization processes were addressed, such as those related to the ESG agenda, which highlights environmental, social, and corporate governance aspects related to

products, companies, and entire production segments. Accordingly, over 2021, Abdib's Privatization Committee held several meetings to better understand the impacts and opportunities provided for by the ESG agenda in structuring and project financing processes in the infrastructure area.

### Sustainability

In a year marked by advances in the environmental agenda to the top of business priorities, and with COP-26, one of the most important United Nations conferences, Abdib's Sustainability Committee, a supporter of the work plan prepared for 2021, worked to disseminate knowledge on the emerging topics, point out improvements in Bills pending at the Brazilian Congress, and support infrastructure companies in important adjustments on environmental matters. Abdib adhered to a business standpoint by requesting the Brazilian Government to be bold and committed to carbon emission reduction targets agreed upon in the Paris Agreement, signed in 2015 and to which Brazil is a signatory.

In the Brazilian Congress, an extremely important matter for both Abdib's Sustainability Committee and the entire infrastructure sector was PL 3.729/2004, which proposes a General Environmental Licensing Law, approved by the House of Representatives in May and currently under evaluation by the Federal Senate. Abdib held discussions to understand the rules being changed and submitted a proposal to Congresspeople to make them aware of the business point of view on some mechanisms included in the Bill.

Abdib's Sustainability Committee's agenda also included debates on public consultations opened by the Central Bank of

## Committees and workgroups

Brazil to discuss environmental and climate risks. One of the debates evaluated a proposal for the creation of rules to guide the disclosure of information on social, environmental, and climate risks by financial institutions. Another one aimed to improve the management rules of such risks, when applicable to banks.

### Engineering

After a year marked by activities related to necessary adjustments and the economic and health crisis arising from the pandemic, Abdib's Engineering Committee's activities in 2021 emphasized the presence of reference cases in sectors important for consulting and construction engineering. This new schedule was introduced with solutions in the basic sanitation sector and was boosted by programs from the Federal Government and the Brazilian States to advertise for bids water and sewage blocks of several municipalities at the same time to the private sector.

The adjustment did not change the purpose of the Engineering Committee, which remains to disseminate important information about the best engineering practices, trends, planning models, and contracting of works and services in the area aiming to encourage debates, improved knowledge, and integration of services with the various production sectors. The included debates on execution strategies and contracting models in projects of the infrastructure and industry areas and technological trends in large projects.

Building Information Modeling (BIM), a trend that has been increasingly consolidating in the consulting and construction engineering sector, was part of the agenda. At Abdib's meetings, company executives and specialists emphasized the benefits of technology.

### Innovation

Together with infrastructure companies that lead projects with a high content of innovative solutions, Abdib's Innovation Committee sought to meet the objective of evaluating and proposing ideas on novelties and topics related to the use of innovation, from emerging technology such as the Internet of Things and robotization to improved practices in data collection and processing and artificial intelligence.

Over 2021, the committee organized meetings offering nearly a dozen lectures through which member companies, among which infrastructure concessionaires, construction and engineering companies, law firms, and equipment manufacturers, had the chance to present and learn about practical cases of development and application of technology with actual results with increased efficiency, safety, reliability, productivity and/or quality of infrastructure services.

At the end of the presentations, the Innovation Committee's members became aware of the operations of Distrito, the company elected as the largest open innovation ecosystem in Latin America, with over 30,000 qualified startups, whose mission is to support new emerging companies in the implementation of new business models through a digital transformation platform, connection with startups, and data intelligence. Abdib and Distrito informed back then that they will evaluate a way of cooperation between the parties to benefit the infrastructure sector.

### International affairs

Trade opening was the focus of the agenda of Abdib's International Affairs Committee's activities in 2021. To evaluate

and propose ideas and actions on matters related to foreign trade and international inclusion of infrastructure and basic companies, the committee invited experts to debate with entrepreneurs and specialists the impacts of the ongoing changes on infrastructure companies.

Among the guests was Lucas Spadano, who provided details on the progress and characteristics of the World Trade Organization (WTO) Government Procurement Agreement, highlighting the opportunities and risks for the infrastructure and basic sector in Brazil. The matter became even more important after the Brazilian government announced its proposal to join the WTO agreement. Roberto Fendt, Special Secretary for Foreign Trade and International Affairs of the Ministry of Economy, pointed out the Federal Government's trade opening program for integration in global value chains, highlighting the schedule for reducing import tariffs and the bilateral and multilateral agreements.

### **Ethics and social responsibility**

Because of medical and hospital demands generated by the Covid-19 pandemic, which was responsible for bottlenecks in public health infrastructure, some Abdib member companies organized an initiative to donate funds for projects focusing on strengthening the medical care infrastructure.

The Hospital das Clínicas of the University of São Paulo Medical School (HC-FMUSP) was chosen to receive a donation from ten companies that engaged in the first phase of Abdib's Health Infrastructure program. The Health Infrastructure Program was created by Abdib's Social Responsibility Ethics Committee and is expected to last two

years. An institutional effort to raise funds from member companies focusing on strengthening public health infrastructure was carried out over two years.

### **Energy sector strategic committee**

The Brazilian power supply scenario gradually became more critical over 2021 because of one of the worst rainfall rates in Brazil. Despite the increase of power generation by wind and solar sources, the Brazilian power supply still comes mainly from hydroelectric plants, which account for 60% of Brazil's power supply. Because of the escalating crisis, Abdib focused its analysis and contributions on the Energy Sector Strategic Committee, composed of leaders from some of the main energy companies operating in Brazil.

The crisis required several meetings with public authorities involved in the energy sector's strategic decisions, planning, and operations. On July 12, entrepreneurs analyzed Abdib's contributions to the management of the water and energy crisis together with the team from the Ministry of Mines and Energy, led by Marisete Pereira, Executive Secretary, and Christiano Vieira, Secretary of Energy, in addition to directors of the Electric System National Operator (ONS), led by Luiz Ciochi, Director-General. The Energy Sector Strategic Committee also contributed to the planning and implementation of a web series to discuss power transmission and sustainable development.

### **Power generation**

The perspective of expanding energy sources considered as variable or intermittent because of their unpredictability of producing without interruption, such as

## Committees and workgroups

solar and wind power, together with a scenario of more frequent and intense hydric crisis, introduced an extremely important matter to Abdib's Power Generation Committee in 2021: the growing importance of hydroelectric plants in Brazil that are capable of ensuring, among others, power supply security and continuous growth of investments in solar panels and wind towers.

Evaluations carried out at the Power Generation Committee focused on the potential for generating electricity – and contributing to the Brazilian interconnected system – to resume the development of medium-sized power plants, and the feasibility of developing reversible plants. In addition to having an industrial park already installed for manufacturing equipment and rendering specialized services for the plants, and the possibility of continuing with an electric matrix mainly based on renewable sources, another benefit is the ability to store water in reservoirs, thus offering the possibility to balance power grids in times of high demand.

### Power transmission

With the main purpose of supporting initiatives that attract investments and guarantee adequate profitability and service quality, Abdib's Power Transmission Committee has an operation method that combines strong participation in public consultations opened by public agencies and intense articulation with decision-makers to offer evidence that allows the improvement of regulations and the maintenance of the economic and financial feasibility of power concessions.

Accordingly, in 2021, Abdib's Power Transmission Committee participated and contributed to ten matters of the National Electric Energy Agency (Aneel)'s regulatory

agenda – the group's activity record in one year. Among public consultations and subsidy granting, we can highlight some items, such as the rules to financially settle power transmission costs. Other matters were addressed, such as regulatory boundaries for storage in the power grid, an area in which transmission may play an important role, as well as cybersecurity and the X-Factor calculation methodology, as well as business efficiency gains for the power transmission segment.

### Public lighting

Over six months in 2021, a multidisciplinary group of Abdib's Public Lighting Committee analyzed how current public lighting PPPs contracts address the development of ancillary revenues. They also interviewed different market players to identify bottlenecks on the matter.

The result was the launch of a study where Abdib proposes measures for the next PPP public lighting projects to have a different contract structure that allows the digitization of municipal public services, taking a step towards the still inexistent concept of intelligent cities in Brazil.

The main proposal is that Brazil has a public policy to develop smart-city-related services that include, whenever possible, related obligations to the original scope of lighting PPPs. Another measure is the expansion of possibilities for the use and application of Cosip, a contribution that funds the provision of public lighting services, based on law changes, to allow that the charge for such services is related to the lighting network.

Another suggestion for cases not including digitalized services in the lighting PPP contracts is the simplification of excessive bureaucratic procedures involved

in ancillary revenue authorization. Moreover, the study proposes increasing training to municipal servers, to allow them to be ready to deal with topics such as smart cities, regulation, and contract models.

### Oil and natural gas

With the mission of presenting and supporting proposals that allow the development of the oil and natural gas sector that further infrastructure expansion and contribute to increasing business opportunities for companies operating and providing goods and services, Abdib's Oil and Natural Gas Committee monitored initiatives to privatize the Brazilian market, and disseminated knowledge about this changing sector.

One of the main initiatives was the participation in planning and implementing a debate within the web series Energy Transition and Sustainable Development, organized by Abdib. The episode discussed the role of natural gas in the transition into a low-carbon economy in Brazil.

Speakers highlighted that natural gas is an important input for energy transition and can provide power supply stability with the increasing inclusion of intermittent renewable energies.

### Highways

In a challenging year, with the sector still under the effects of the Covid-19 pandemic, Abdib's Highways Committee sought to hold debates between the representatives of the member companies and government authorities and to contribute to public consultation processes to fulfill the mission to evaluate the impacts and propose solutions focusing on increasing investments in the highway sector, through concessions

in partnership with the private sector and public investments, as well as analyze the most important regulatory matters.

Over 2021, to meet these objectives, meetings on several matters were held with federal and state public authorities. Aiming to improve the regulation, the Highways Committee organized a meeting to discuss the Highway Concessions Regulation (RCR) proposed by the National Land and Transport Agency (ANTT), expected to be constructed in phases. To promote new private investments, a federal program to encourage new investments to modernize the highway network was evaluated and included demands and social needs with a view to meet three pillars: increase road safety, improve traffic, and include technology.

At a regional level, an agenda was organized to learn more about the details of the Minas Gerais and Pernambuco States concession programs. Together with the Ministry of Infrastructure, the effort also included debates to define more appropriate criteria to evaluate the bidding process of the Paraná highway concessions. Another important line of activity was the participation in public consultations to offer contributions on regulatory matters.

### Railways

The railway sector continues to experience high activity, as a result of the progress of the program to renew current concessions through significant investment packages and the public project portfolio, which will be subsequently transferred to the operation, as well as new contributions from the private sector. More recently, this volume of activities included proposals for segments to be made feasible through authorization, a contract type recently

## Committees and workgroups

included into the regulatory framework by Provisional Measure 1,065/2021.

This agenda included interaction with several federal and state governments to discuss important matters for the investment programs. Another issue that called entrepreneurs' attention was the adjustment of the Tax Regime for Modernization and Expansion of the Port Structure (Reporto).

But the modernization of the regulatory framework and the perspective to include authorization as an alternative to make investments feasible in the railroad structure was the matter that required special attention from executives and specialists working at Abdib's Railroad Committee. After several meetings, Abdib was able to send contributions to improve the text of Bill 261/2018 and Provisional Measure 1,065/2021. The proposals addressed matters such as transportation of dangerous products, correct classification of the concept of idleness for the return of railway stretches for revitalization and/or use in other functions, the performance evaluation model of railway transportation, concession agreement adjustment for authorization, procedures, and indemnification of reversible assets in authorization, among others.

### Airports

Over 2021, Abdib's Airport Committee worked as a compass for the association's analysis and opinions to competent public authorities regarding important matters for the development of the federal airport concession program for the private sector. It has been like this since the beginning of the program ten years ago. After the successful 6th round, which awarded 22 asset contracts to operators in April 2021, the 7th round is expected to be held in the second quarter of 2022, with 16 assets.

Accordingly, after creating a workgroup, Abdib analyzed aspects of the request for proposals and technical, economic, and environmental feasibility studies of the assets of the 7th round of federal airport concessions, which was then delivered to authorities of the National Civil Aviation Secretariat (SAC) and National Civil Aviation Agency (Anac). Four topics were addressed for improvements: tariff freedom, international flights at the Congonhas and Santos Dumont airports, exchange mechanisms for international financing, and risks of ongoing lawsuits.

The development of regional airport concession programs was also addressed by entrepreneurs and specialists participating in Abdib's Airport Committee. Executives of the state governments of Piauí, Maranhão, and São Paulo presented details about the projects.

### Ports

The unprecedented privatization processes of federal port companies progressed in 2021, and Abdib's Ports Committee organized meetings to analyze information published by the Ministry of Infrastructure and participate in public hearings. Also in January, over one hundred people participated in a videoconferencing to learn about the details of the privatization projects of Vitória and Barra do Riacho ports, administered by Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

Back then, entrepreneurs and specialists became aware that the inclusion of the private sector in the management of public ports of Espírito Santo provides for the disposal of 100% of Codesa's shares and the concession for a concessionaire to become the port authority for 35 years. Privatization in Espírito Santo is considered strategic

because, if successful, will pioneer the transfer of other public ports to the private sector, including more complex ones, such as Santos.

The participants pointed out that the risk of creating room for the port concessionaire to compete with terminal operators should be avoided. This consideration was made in Abdib's consideration at the public hearing on the project.

### Urban mobility

Over 2021, similarly to previous years, the main topic on the agenda of Abdib's Urban Mobility Committee was the proposal to create the Metropolitan Transport Authority in Brazil's metropolises and large cities. The Transportation Metropolitan Authority exists in several capital cities around the world but is not present in Brazil yet. It aggregates functions spread across several public entities and allows more efficient planning, system expansion, and operation of public passenger transportation services, with increased legal security and regulatory stability. Because of its role of organizing public governance, it is considered a private investment inducer in the area, whose jurisdiction is spread among the Federal Government, states, and municipalities.

Bill 4,881/2012 is pending at the National Congress. The Bill introduces the concept of Metropolitan Transport Authority to organize governance between governments and public authorities, and plan and operate public transportation in metropolitan regions and large cities. Abdib monitors and is in favor of the approval of the Bill.

### Water resources and basic sanitation

Through the activities of the Water Resources and Basic Sanitation Committee,

Abdib was active on some fronts, such as regulating the legislation, increasing the understanding of public and private agents to comply with the new law, and monitoring legal questions to avoid setbacks to the newly created model. Accordingly, with the publication of Decree 10.710 in May 2021, Abdib held meetings with teams of the Regional Development and Economy Ministries to provide explanations and spread information among operators – both meetings gathered over 150 people in total.

One of the main initiatives of the year was the production of a six-chapter web series to provide explanations, spread knowledge about the specifics, and impacts on the new law, which had the presence of public authorities, legal experts, and business leaders. It addressed topics such as the creation of regional blocks, innovations in regulation, financial capacity of operators to invest the necessary amount to meet the requirements of Law 14.026/2020, contract modeling, opportunities for suppliers of goods and services, and lessons learned and challenges involving legal conflicts.

### Solid waste

When the Brazilian Congress approved Bill 14.026/2020, updating the regulatory framework of the basic sanitation sector, which includes signs of progress in urban cleaning and solid waste handling, in addition to strategies to universalize access to water and sewage services, entrepreneurs and specialists that participate in Abdib's Solid Waste Committee noticed improvements but also realized that there was much work to be done to eradicate dumpsites and irregular waste disposal and increase quality and access to services.

To consolidate the recently-modernized legislation, the participants of Abdib's Solid

## Committees and workgroups

Waste Committee supported the regulation process of the new law by providing contributions. In addition, based on sectoral analysis, suggestions were made in public hearings for the edition of the first regulatory reference rule by the National Water and Basic Sanitation Agency (ANA), which received this authority from Law 14.026/2020 to help the standardization effort of the regulatory exercise of the sub-national entities.

The creation of content for guidance and dissemination of knowledge was the committee's guideline. In addition to the traditional Urban Cleaning Sustainability Index (ISLU), currently in its sixth edition, the business entities created the Guide for Implementation of Charges and the primer The Importance of Garbage for the Administration, with explanations to help manage urban cleaning and urban solid waste handling.

### Industry

In a year marked by interferences in the major global production chains, effects from the Covid-19 pandemic until now, Abdib's Industry Committee sought to keep conversations with federal public authorities to send public policies that contribute to the recovery and technological development of the Brazilian industry. With Gustavo Ene, the secretary of Development, Industry, Trade, Services, and Innovation of the Ministry of Economy at the time, the agenda included the discussion of plans for the industrial sector. Moreover, government initiatives to reduce factors impacting the Brazil cost were also analyzed.

In addition to conversations with the government, and given the mission to lead discussions and prepare a proposal for the development of a long-term broad Brazilian

industrial policy, the Industry Committee, together with the engagement of other institutions, prepared a text in which Abdib showed how important it is for a country to have a strong and modern industrial base to reach higher economic development levels.

In a different document, aiming to contribute to the public sector's efforts to overcome the electricity crisis, the Industry Committee prepared a proposal to help reduce energy consumption and increase the energy efficiency of the industrial sector.

### Legislative agenda

In 2021, the Brazilian Congress passed important legislative measures for the infrastructure sectors. The House representatives approved Bills or provisional presidential decrees that were later enacted by the Brazilian President. Some examples: Bill 14.182/2021 (privatization of Eletrobras), Bill 14.134/2021 (activities related to transportation, flow, treatment, processing, underground storage, conditioning, dissolution, regasification, and sale of natural gas), Bill 14.157/2021 (implementation of charging for the use of highways through free passage systems), and Bill 14.227/2021 (change of the rules of the Infrastructure Guarantee Fund and creation of other mechanisms for structuring projects, guarantees, and financing).

However, important matters for the modernization of regulatory frameworks did not progress as expected, such as projects that aim to improve the electricity sector and could, if approved, provide support to face the water crisis, which impacts the supply of electricity. Another

example is the rules to support investment financing and the creation of a general environmental licensing law. Many of these projects have been under discussion for a long time, such as the environmental issue, which has been pending a decision since 2004.

For Abdib, 2021 was a challenging year to keep up with the topics included on the legislative infrastructure agenda. Because of social distancing, the works of the commissions – traditionally places for interaction – were not carried out in person. Measures to help manage and mitigate the impacts of the Covid-19 pandemic continued a priority in the voting order. Moreover, leadership elections in both legislative houses and conflicts involving the Executive, Legislative, and Judiciary Branches slowed decision-making processes. In addition, federal congresspeople and senators were not sufficiently aligned on the importance and celerity of certain issues, among which those related to infrastructure.

### **Infrastructure barometer**

The Brazilian Infrastructure Barometer is a biannual opinion survey conducted by Abdib in a partnership with EY that detects the mood of entrepreneurs that lead businesses and investments in the infrastructure area.

The survey is the only of its kind that evaluates, in addition to matters related to the prospect of economic growth, the State's effort for infrastructure, the support to subnational entities in the development of projects, aspects related to public governance, progress in the perception of legal security and controls bodies, among others. All of them are important matters for the expansion of infrastructure investments.

### **Economic indexes**

In June 2021, Abdib and Vallya introduced Abdib-Vallya Infrastructure Index, an index composed by demand variables of infrastructure service like highway, railway, airport, port, electricity, and telecommunications sectors. The Abdib-Vallya Transportation and Logistics Index, which measures the monthly evolution of demand for transportation services (airports, ports, highways, and railways), was also introduced on the same occasion. Both indexes were presented to the market with data for the January 2012-December 2020 period.

The partnership between Abdib and Vallya aims to provide indexes representative of demand for infrastructure services, allowing stakeholders to get familiar with both the level of economic activity and potential supply bottlenecks in the aforementioned areas. The indexes also offer the opportunity to encourage planning initiatives by public managers and investors.

# Conselhos e Diretoria

## Diretoria executiva da Abdib

Venilton Tadini • Presidente-executivo  
Ralph Lima Terra • Vice-presidente executivo  
Nivaldo Tetti • Diretor Administrativo e Financeiro  
José Maria de Paula Garcia • Diretor de Comitês  
Igor Rocha • Diretor de Planejamento e Economia  
José Casadei • Diretor de Comunicação  
Evellyn Dias • Coordenadora de Eventos  
Ana Cláudia Calegari • Coordenadora de Educação Corporativa  
Frederico Barreto • Economista

## Conselho de Administração

### Presidente

André Clark • Siemens Energy Brasil

### Vice-Presidente

Solange Ribeiro • Neoenergia

## Conselheiros

André Lima de Angelo • Acciona  
Bruno Sena • BMPI Infra  
Carlos Hitoshi • Macquarie Brasil  
Carlos Villa • Solvi  
Daniel Godinho • Weg  
Décio Amaral • Ultrapar  
Roberto Penna • CCR  
Gustavo Estrella • CPFL  
Jose Roberto Paiva • Hitashi Energy Brasil  
Lauro Celidônio Neto • Mattos Filho Advogados  
Luiz Sergio Vieira Filho • EY Brasil  
João Colagrossi • Camargo Corrêa Infra  
Marco Siqueira • OEC  
Marcos Almeida • Brookfield  
Mauricio Bähr • Engie Brasil  
Max Xavier • Enel  
Nathanael da Mota • Engetec  
Paulo Garcia • Alupar  
Radames Andrade Casseb • Aegea  
Saulo Alves Pereira Junior • Andrade Gutierrez  
Teresa Vernaglia • BRK Ambiental  
Viveka Kaitila • GE  
Roberto Limp Nascimento • Eletrobras

## Conselho Consultivo

Alberto Dias • Hitashi Energy Brasil  
Andre Dabus • Marsh  
Antonio Pargana • Cisa Trading  
Antonio Bardella • Promon  
Carlos José de Souza • Andrade Gutierrez  
Celso Pedroso • Solvi  
Claudia Bonelli • Tozzini Freire Advogados  
Claudio Medeiros • OEC  
Daniela Sandoval • BRK Ambiental  
Eduardo Viegas • Concremat  
Fernando Lohmann • Macquarie Brasil  
Gabriela Dietrich • GE  
Gustavo Barreto • CCR  
Gustavo Gachineiro • CPFL  
Gustavo Portella • Wiz Corporate  
João Greco Pinheiro • Alupar  
João Paulo Papa • Sabesp  
Jorge Nemr • Leite, Tosto e Barros Advogados  
José Reynaldo • Tsea  
José Virgilio Enei • Machado Meyer Advogados  
Julio Fontana Neto • Rumo  
Luiz Otavio Henriques • EDP  
Marco Antonio Buzzo • Caixa  
Marcos Cintra • Eneva  
Marcos Costa • Wabtec  
Massimo Guala • Webuild  
Mauricio Endo • KPMG  
Michel Boccaccio • Asltom  
Miguel Noronha • BMPI Infra  
Pedro Bruno • BNDES  
Rafael Toneli Arcanjo • Wiz  
Renato Sucupira • BF Capital  
Rogerio Tavares • Aegea  
Rosario Zaccaria • Enel  
Rui Chamas • ISACTEEP  
Sergio Garcia • Arteris  
Thomas Felsberg • Felsberg Advogados

## Empresas Associadas

Accenture do Brasil  
Acciona Infraestructuras  
Aegea Saneamento e Participações  
Alstom Brasil Energia e Transporte  
Alupar Investimento  
Andrade Gutierrez  
AON Holding Corretores de Seguros  
Arap, Nishi & Uyeda Advogados  
Arcadis Logos  
Aroeira Salles Advogados  
Arteris  
Azevedo Sette Advogados Associados  
Barbosa Mello Participações e Investimentos  
Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados  
BDO RCS Auditores Associados  
BF Capital Assessoria em Operações Financeiras  
BMG Seguros  
BNDES  
BR Infra Group  
BRK Ambiental  
Brookfield Brasil  
Caixa Econômica Federal  
Camargo Corrêa Infra  
Campos Mello Advogados  
Caragua Luz  
Cascione, Pulino, Boulos Advogados  
Castilho Engenharia e Empreendimentos  
Castro Barros Advogados  
CCR  
Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais  
Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados  
Cisa Trading  
Concremat Engenharia e Tecnologia  
Construtora OAS  
Construtora OEC  
Construtora Queiroz Galvão  
Copasa  
CPFL Energia  
Crasa Infraestrutura  
CSO Ambiental de Salto  
Da Fonte Advogados  
Delta Comercializadora de Energia  
Demarest Advogados  
Desenvolve São Paulo  
ECB – Empresa Construtora Brasil  
EDP Energias do Brasil  
Egis Engenharia e Consultoria  
Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras  
Enel Distribuição São Paulo  
Eneva  
Engetec Construções e Montagens  
Engie Brasil Participações  
EY Brasil  
Fabiane Tessari Sociedade Individual de Advocacia  
Fator Seguradora  
Felsberg e Pedretti Consultores Legais  
Fidens Construções  
Furnas Centrais Elétricas  
General Electric Energy do Brasil

GLP Brasil  
GO Associados Consultoria Empresarial  
GS Inima Brasil  
Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental  
Hitashi Energy Brasil  
Houer Consultoria e Concessões  
HTB Engenharia e Construção  
ICSK Brasil Construção  
Intertechne Consultores Associados  
IPGC – Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades  
Isa Cteep  
Itazi Engenharia  
J.P. Morgan  
KPMG Corporate Finance  
Leite, Tosto e Barros Advogados Associados  
Lopes Kalil Engenharia e Comércio  
Machado, Meyer, Sandacz e Opice Advogados  
Macquarie Brasil Participações  
Madrona Advogados  
Manesco, Ramires, Peres, Sociedade e Advogados  
Marsh Corretora de Seguros  
Mattos Filho Advogados  
Motta Fernandes Advogados  
Natturis Consultoria e Assessoria Ambiental  
Neoenergia  
Norte Energia  
Nuclep – Nuclebrás Equipamentos Pesados  
PAR Riscos Especiais | Wiz Soluções  
Pinheiro Neto Advogados  
Primav Construções e Comércio  
Promon Engenharia  
Redram Construtora de Obras  
Repume Repuxação e Metalúrgica  
Roadis Brasil Participações de Infraestrutura  
Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Sociedade de Advogados  
Rumo  
Sabesp – Cia. Saneamento Básico do Estado de SP  
Saneamento Ambiental Águas do Brasil  
Sete – Soluções e Tecnologia Ambiental  
Siemens Energy Brasil  
Siemens Infraestrutura e Indústria  
Socicam Infraestrutura e Participações  
Solví Participações  
State Grid Brazil Holding  
Taesa – Transmissora Aliança de Energia Elétrica  
Tarobá Engenharia e Negócios  
Taul & Chequer Advogados  
Terrafirma Consultoria Empresarial e de Projetos  
Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados  
TSEA Energia  
Ultrapar Participações  
UNA Consultoria Econômica  
Vale  
Vallya Advisors Assessoria Financeira  
Vinci Airports  
VLI Multimodal  
Voith Hydro  
Wabtec Brasil Fabricação e Manutenção de Equipamentos  
Webuild SPA  
WEG Equipamentos Elétricos



**Associação Brasileira da  
Infraestrutura e Indústrias de Base**

Praça Monteiro Lobato, 36

cep: 05506-030

Butantã - São Paulo-SP

Tel.: 11 3094-1950

Fax: 11 3094-1970

[abdib@abdib.org.br](mailto:abdib@abdib.org.br)

[www.abdib.org.br](http://www.abdib.org.br)